



DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, ([ID 1957352](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

[assinado eletronicamente]

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

Docto ID: 2044611 v1



SUPERINTENDENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

PORTARIA Nº 002/SUPECOL/PMJP/2026

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

CONSIDERANDO, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

CONSIDERANDO que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

CONSIDERANDO que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO, ainda, a inexistência, no momento, de outros servidores devidamente capacitados para a elaboração de editais e atos correlatos, circunstância que impõe a adoção de medida excepcional, devidamente motivada, a fim de assegurar a continuidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação lotados da SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações.

Art. 2º As atribuições previstas no artigo anterior deverão ser exercidas em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, aos decretos regulamentadores e às normas internas aplicáveis, preservando-se o princípio da segregação de funções.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 20 de janeiro de 2026.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)
LOURRANT CANTÃO PESSOA
Superintendente de Compras e Licitações
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 20/01/2026 às 08:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2352757** e o código verificador **5444B235**.

Docto ID: 2352757 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0003/SUPECOL/PMJP/RO/2026
(CADASTRO COMPRASNET: 90003/2026)

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-6401/2025 - SEMASF

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma de instalações prediais visando a implantação de acessibilidade, a complementação e a adequação de calçadas no entorno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado à Av. Dois de Abril, 1021 - Centro - Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/03/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO por empreitada, por preço global

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PARTICIPAÇÃO: AMPLA PARTICIPAÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 112.710,66 (cento e doze mil, setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos).

FONTE DE RECURSOS:

18 Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

08 Assistência Social

08 245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

08 245 0009 PRO-VIDAS Proteção às Vítimas de Violação de Direitos

08 245 0009 2012 0000 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Ficha Orçamentária nº 1215

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto deste certame, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I – Projeto Básico.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná-RO, 10 de fevereiro de 2026.

Willian Gabriel Resende Matias
Pregoeiro/Agente de Contratação
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0003/SUPECOL/PMJP/RO/2026

(CADASTRO COMPRASNET: 90003/2026)

AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, seus Agentes de Contratação e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no Decreto n. 2465/GAB/PMJP/2025, torna público aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, modo de disputa ABERTA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados à licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 06 março de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-6401/2025 - SEMASF

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para reforma de instalações prediais visando a implantação de acessibilidade, a complementação e a adequação de calçadas no entorno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado à Av. Dois de Abril, 1021 - Centro - Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Não poderão** disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, **nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital**, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que **a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando **apto a usufruir do tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública

4.2. Não se admitirão propostas que apresentem preços unitários e/ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas lances.

4.5. Antes da abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão **de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.11. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional**, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 4.12. Apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.13. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.14.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.
- 4.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão **encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global por empreitada**.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual

de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. **No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**
- 5.18. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.2. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.3.2. Empresas brasileiras;

5.21.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no **prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM** ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço **permanença superior** ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.24. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.25. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 5.25.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 5.25.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.26. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.26.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 5.26.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 5.26.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 5.26.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor **cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 5.27. Se houver **indícios de inexequibilidade da proposta de preço**, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.28. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.29. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

5.30. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

5.31. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

5.32. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

5.33. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.34. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.35. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.36. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.37. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei Federal n. 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens neste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração *do serviço*.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fim de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivo agendado com a Administração da Secretaria Municipal de Saúde.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no item acima por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 04 (quatro) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no ANEXO III do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para** (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação **poderá sanar erros ou falhas**, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Os documentos necessários à habilitação, deverão ser inseridos no sistema, juntamente com a proposta de preços, e deverão estar com prazo vigente, na data definida para a sessão pública, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.1. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.2. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.3. comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.4. cometer fraude fiscal.

10.2. Em razão do atraso na execução do objeto, a Administração Pública pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

10.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. Multa moratória de:

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela com atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

10.2.3. Multa compensatória:

10.2.3.1. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese:

10.2.3.2. Inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 10% do valor contrato;

10.2.3.3. Inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 20% do valor contrato;

10.2.3.4. 0,2% a 3,2% do valor do contrato, caso as licitantes causem tumultos ou atrasos ao procedimento licitatório, caso a vencedora do certame deixe de assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo

10.2.3.5. de validade da proposta, ou em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais/legais;

10.2.3.6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de modo justificado, autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

10.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.3.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos;

10.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 10.4. As sanções previstas nos subitens 10.3.1 e 10.3.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, após regular processo administrativo.
- 10.5. Também fica sujeitas às penalidades do art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- 10.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:
- 10.6.1. A natureza e a gravidade da infração;
 - 10.6.2. Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;
 - 10.6.3. A vantagem auferida em virtude da infração;
 - 10.6.4. Os antecedentes da empresa; e
 - 10.6.5. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.
- 10.7. Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.
- 10.8. A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:
- 10.8.1. Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;
 - 10.8.2. Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.
- 10.9. A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.
- 10.10. Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:
- 10.10.1. - a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
 - 10.10.2. - a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
 - 10.10.3. - a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.
- 10.11. Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.
- 10.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 10.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.16. O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

10.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.18. A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail supecol@ji-parana.ro.gov.br

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. Os preços dos serviços do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação do valor estimado, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas FGV, acumulado em 12 (doze) meses;

12.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação do orçamento estimado, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei 14.133/2021).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. **ANEXO I – Projeto Básico**

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. **ANEXO II – Planilha Orçamentária;**

13.11.3. **ANEXO III – Modelo de Proposta;**

13.11.4. **ANEXO IV – Documentos de Habilitação;**

13.11.5. **ANEXO V – Declaração unificada;**

13.11.6. **ANEXO VI – Visita Técnica ou Declaração de Desistência;**

13.11.7. **ANEXO VII – Minuta de Contrato.**

Ji-Paraná-RO, 10 de fevereiro de 2026.

Willian Gabriel Resende Matias
Pregoeiro/Agente de Contratação
Decreto nº 2465/GAB/PMJP/2025



PROJETO BÁSICO

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa de construção civil para executar obra de adequação da edificação atual para atendimento à NBR 9050 (Acessibilidade) e demais normas aplicáveis, com demolição da rampa existente, construção de escada de acesso, implantação de nova rampa em "L", regularização da calçada frontal, adaptações dos sanitários e substituição de portas na rota de fuga.

Conforme Documentos Documentos Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797), o objeto definido nesta especificação técnica consiste na elaboração completa do Projeto Executivo da IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CREAS 02 DE ABRIL, contemplando o desenvolvimento de todos os elementos técnicos, gráficos e descritivos necessários para a plena caracterização da obra a ser executada. Esse projeto deverá incluir plantas, cortes, elevações, memoriais descritivos, especificações de materiais, detalhes construtivos, cronogramas, orçamentos e demais documentos exigidos para garantir a viabilidade técnica, econômica e legal da intervenção, em conformidade com as normas vigentes e diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal.

Local de prestação do serviço - CREAS sediado à Av. Dois de Abril, nº 1021 - Centro - Ji-Paraná/RO

Responsável técnico - RTT - RTT - Registro de Responsabilidade Técnica RRT 15919925 de 26/08/2025 (ID 1996801) - Cintia Rocha Silva - Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2

Proponente/Contratante - Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF

Fundamentação legal do instrumento - artigo 6º, inciso XXV e alíneas:

XXV - **projeto básico**: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a

necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos [incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei](#);

Classificação da obra e/ou serviços

1.2. O objeto deste Projeto Básico classifica-se como serviço comum de engenharia, uma vez que envolvem a execução de intervenções de natureza rotineira, padronizada e com soluções técnicas correntes no mercado da construção civil, tais como: demolição e reconstrução de rampa de acesso, adequação de banheiros, ajustes em portas e rotas de fuga, além da instalação de elementos de acessibilidade conforme a NBR 9050/2020.

1.3. Não se trata, portanto, de serviços especiais ou de complexidade técnica elevada, mas sim de adequações de caráter convencional, com especificações objetivas e de fácil definição, que permitem ampla competitividade entre os potenciais contratados.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como objetivo garantir que a edificação predial do CREAS seja plenamente acessível a pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes, usuários com deficiência visual e outros perfis de baixa mobilidade, promovendo segurança, conforto e independência, em conformidade com a NBR 9050 e normas complementares.

2.2. Nesse cenário, a Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo está disciplinada no artigo 11 da referida lei, nos seguintes termos:

Art. 11. A construção, ampliação ou **reforma** de **edifícios** públicos ou privados **destinados ao uso coletivo** deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem **acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.3. A rampa de acesso existente apresenta inclinação superior à permitida pela norma, comprometendo a segurança e acessibilidade. A reforma propõe a demolição da rampa atual e a implantação de soluções que atendam aos parâmetros de projeto da NBR 9050, garantindo acesso seguro ao pavimento com desnível de 0,80 m, bem como adequações dos sanitários e rotas de fuga.

2.4. A execução da presente obra é imprescindível para garantir o atendimento à legislação vigente e assegurar o direito de acessibilidade universal. Atualmente, a edificação apresenta barreiras físicas que inviabilizam ou dificultam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em especial:

- Rampa existente: encontra-se fora da inclinação permitida pela NBR 9050, representando risco de acidentes e impossibilitando o uso seguro por cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.
- Sanitários: não atendem aos parâmetros de acessibilidade, pois não possuem área suficiente para giro de cadeira de rodas, nem barras de apoio e portas com abertura adequada.
- Rotas de fuga: apresentam portas com vãos inferiores ao mínimo exigido, comprometendo a evacuação em situações de emergência.
- Calçada frontal: apresenta irregularidades que dificultam a circulação segura e o deslocamento de pedestres, especialmente aqueles com deficiência visual ou motora.

2.5. Assim, a adequação proposta é necessária não apenas para atender às normas técnicas e legais, mas também para assegurar dignidade, conforto e autonomia aos usuários da edificação. A intervenção possibilitará condições de igualdade de acesso, em conformidade com os princípios da inclusão social e da cidadania, além de atender às diretrizes da política pública de assistência social.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia, compreendendo a adequação das instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS às normas de acessibilidade.

3.2. Os serviços contemplam intervenções padronizadas e rotineiras, tais como ajustes em calçadas, rampas de acesso, portas, sanitários e demais rotas de circulação, visando eliminar barreiras arquitetônicas.

3.3. Considerando o enquadramento como serviço comum de engenharia, a licitação poderá ser realizada pelas seguintes modalidades, de acordo com a Lei nº 14.133/2021:

- a. Pregão: modalidade prioritária, preferencialmente na forma eletrônica, por se tratar de serviço comum de engenharia, com critérios objetivos de comparação de propostas em termos de

desempenho e qualidade.

- b. Concorrência: aplicável independentemente do valor estimado, recomendada para contratações de maior vulto.

3.4. Dessa forma, embora o presente Projeto Básico classifique o objeto como serviço comum de engenharia, passível de contratação por meio de pregão eletrônico ou concorrência, ressalta-se que, nos termos do artigo 4º, inciso VI, do Decreto Municipal nº 0308/2022, a competência para realizar o enquadramento definitivo da modalidade de licitação, bem como para avaliar hipótese de dispensa é da Superintendência Permanente de Compras e Licitações - SUPECOL, a quem caberá a decisão final quanto à forma de contratação a ser adotada.

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A presente contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que as atividades a serem executadas consistem em adequações físicas e estruturais padronizadas, de baixa complexidade técnica e sem necessidade de elaboração de projeto executivo especializado.

Dessa forma, a seleção do fornecedor deverá ocorrer mediante procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, com modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as diretrizes do Decreto Municipal que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Municipal de Ji-Paraná.

O critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço, por item ou global, conforme definido no edital, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas todas as especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução da obra deverá observar os seguintes requisitos:

5.1. Normas técnicas aplicáveis - atendimento integral à ABNT NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e demais legislações correlatas.

5.2. Qualidade dos materiais - todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender às normas técnicas da ABNT, sendo vedada a utilização de materiais reaproveitados que comprometam a durabilidade e a segurança da obra.

5.3. Mão de obra especializada - a empresa contratada deverá dispor de profissionais habilitados e com comprovada experiência na execução de obras de acessibilidade.

5.4. Segurança e meio ambiente - cumprimento integral das normas de segurança do trabalho (NRs do Ministério do Trabalho e Emprego), bem como medidas para minimizar impactos ambientais durante a execução da obra.

5.5. Prazos de execução - a contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado, compatível com as etapas da obra e aprovado pela fiscalização.

5.6. Garantia - a obra deverá ser entregue com garantia mínima de 5 (cinco) anos quanto à solidez e estabilidade, e de 12 (doze) meses quanto aos demais serviços, em conformidade com o Código Civil.

5.7. Acessibilidade plena - os serviços deverão resultar em espaços totalmente acessíveis e funcionais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em consonância com as diretrizes do projeto básico.

6. SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E ALINHAMENTO AO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

A presente contratação observa as diretrizes de sustentabilidade, alinhando-se ao Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do órgão, conforme segue:

6.1. Eficiência no uso de recursos - prevê-se a utilização de materiais com maior durabilidade e baixo impacto ambiental, reduzindo a necessidade de manutenções futuras e prolongando a vida útil da edificação.

6.2. Gestão de resíduos da construção - a empresa contratada deverá promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a obra, com separação de materiais recicláveis e descarte em locais licenciados.

6.3. Acessibilidade universal - ao tornar os espaços mais inclusivos, a obra contribui diretamente para a função social e sustentável da infraestrutura pública, promovendo a equidade e a cidadania.

6.4. Racionalização de custos públicos - ao adequar a edificação às normas de acessibilidade, evita-se a necessidade de adaptações corretivas futuras, representando economia e eficiência no uso de recursos públicos.

6.5. Alinhamento ao PLS - a contratação está em conformidade com as diretrizes do Plano de Gestão de Logística Sustentável do órgão licitante, que prevê ações voltadas à promoção da acessibilidade, ao uso eficiente de recursos e à responsabilidade socioambiental na execução de obras e serviços.

7. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1. A contratação da obra será por empreitada por preço global, compreendendo a execução integral do projeto básico, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, encargos e serviços complementares.

7.2. O ajuste decorrente desta contratação será formalizado por meio de instrumento contratual, considerando a natureza continuada da execução das obras de adequação da edificação, o que

impõe obrigações recíprocas às partes durante toda a vigência do contrato, garantindo a conformidade com o projeto, a NBR 9050 e demais normas aplicáveis

7.3. Possibilidade de prorrogação - o prazo contratual poderá ser prorrogado por interesse do órgão contratante, desde que haja justificativa técnica ou necessidade de ajustes no cronograma de execução da obra por período necessário para a conclusão dos serviços, respeitando os limites legais previstos na legislação aplicável, sem alteração do valor global do contrato, salvo ajustes decorrentes de reajuste legalmente previsto.

7.4. Reajuste

7.4.1. Os valores contratuais poderão ser reajustados periodicamente com base em índice oficial de preços aplicável à construção civil, como o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

7.4.2. O reajuste será aplicado anualmente, considerando o período completo de 12 meses com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

7.4.3. O reajuste será calculado sobre o valor atualizado do contrato, de forma proporcional, com base na variação do índice divulgado no período, respeitando a legislação vigente.

7.4.4. O índice utilizado e o cálculo aplicado deverão ser apresentados e comprovados pelo contratado, garantindo transparência e previsibilidade ao órgão contratante.

7.5.5. O reajuste não terá caráter retroativo nem cumulativo, sendo aplicado apenas a períodos subsequentes conforme previsto no contrato.

7.6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo; ou
5. cometer fraude fiscal.

7.6.2. Em razão do atraso na execução do objeto, a Administração Pública pode aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

7.6.2.1. **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.6.2.2. **Multa** moratória de:

1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela com atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima.

7.6.2.3. **Multa** compensatória:

1. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese;
2. Inexecução parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 10% do valor contrato;
3. Inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença, aplicando-se multa de até 20% do valor contrato;
4. 0,2% a 3,2% do valor do contrato, caso as licitantes causem tumultos ou atrasos ao procedimento licitatório, caso a vencedora do certame deixe de assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo;
5. de validade da proposta, ou em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais/legais;
6. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, de modo justificado, autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

7.6.2.3.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.6.2.4. **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos;

7.6.2.5. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

7.6.3. As sanções previstas nos subitens 7.6.2.4. e 7.6.2.5. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, após regular processo administrativo.

7.6.4. Também fica sujeitas às penalidades do art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.6.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, devendo observar as seguintes circunstâncias:

1. A natureza e a gravidade da infração;
2. Os prejuízos que a infração ocasionar a este Município ou aos usuários;
3. A vantagem auferida em virtude da infração;
4. Os antecedentes da empresa; e
5. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes.

7.6.6. Na ocorrência de infrações leves, as quais não acarretem prejuízos ao Município, constatando-se a boa-fé da empresa, a autoridade competente poderá converter a aplicação da penalidade de multa em advertência.

7.6.7. A não manutenção da regularidade fiscal durante a execução do contrato ensejará apuração de responsabilidade se, após concessão do prazo de 10 (dez) dias para regularização, a empresa se mantiver irregular perante os órgãos fiscais e/ou trabalhistas que contemplaram a habilitação do instrumento convocatório e observará:

1. Caso a irregularidade fiscal se verifique depois de adimplidas as obrigações contratuais pela empresa, restando pendentes apenas os procedimentos de recebimento e pagamento pela Administração, a ocorrência não resultará em abertura de processo de apuração de infrações à contratada;
2. Nos demais casos, a irregularidade fiscal será apurada por mês, somente cabendo a instauração de novo processo de apuração de infrações após o transcurso de, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da apuração anterior.

7.6.8. A primeira ocorrência sujeitará a contratada à aplicação da penalidade de advertência.

7.6.9. Na hipótese de reincidência, a multa contratual aplicável, independentemente da quantidade de certidões pendentes, deverá ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor remanescente da obra, cujo montante não poderá exceder:

1. a R\$ 1.000,00 (mil reais), em contratos de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
2. a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em contratos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) sem prejuízo de rescisão contratual;
3. a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em contratos com valores superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo de rescisão contratual.

7.6.10. Caso a ausência de regularidade seja constatada no momento de eventual prorrogação contratual, o contrato não poderá ser prorrogado, sendo fixada multa de até 5% do saldo remanescente da obra.

7.6.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

7.6.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.6.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.6.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.6.15. O Município de Ji-Paraná poderá, havendo perigo de dano, efetuar a retenção do valor de possível multa, em face dos pagamentos devidos à contratada, previamente à instauração do processo de apuração de falta, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

7.6.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.6.17. A aplicação das penalidades será de competência do Secretários Municipais, com exceção da declaração de inidoneidade que será de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

7.7. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias

Nos termos do art. 151 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá utilizar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, tais como conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem, quando compatíveis com a natureza do objeto.

7.8. Responsabilidade Técnica

7.8.1. O contratado deverá responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços e fornecimentos, garantindo que todos os trabalhos atendam às normas técnicas vigentes, à legislação aplicável (Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004, NBR 9050/ABNT) e ao projeto básico fornecido pela Administração.

7.8.2. É obrigatória a designação de profissional legalmente habilitado (engenheiro ou arquiteto) para assinatura de ART/RRT relativa aos serviços de engenharia executados, conforme a natureza da obra.

7.8.3. A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação de regularidade do profissional responsável e de sua habilitação técnica.

7.8.4. O contratado deve adotar todos os procedimentos de segurança necessários à execução da obra, incluindo proteção de usuários do CREAS e preservação do patrimônio público.

7.9. Garantia

7.9.1. O contratado deverá oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos sobre a obra e serviços executados, contados a partir da data de recebimento definitivo pela Administração.

7.9.2. A garantia abrange, sem se limitar a:

- alhas estruturais;
- defeitos em instalações hidráulicas e elétricas;
- inadequações de acessibilidade;
- falhas em pisos, portas, corrimãos e demais elementos de circulação.

7.9.3. Durante o período de garantia, o contratado deverá corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer defeitos ou falhas constatadas, mediante solicitação formal.

7.9.4. A garantia será formalmente exigida por meio de termo de responsabilidade ou fiança bancária, conforme previsto em edital ou contrato.

7.9.5. Demais condições constam no item XIV do Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797).

8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para fins deste processo, deverão ser exigidos os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada EIRELI; Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício; Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa; Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ); Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame; Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF FGTS); Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT); Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; Regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com emissão de até 90 (noventa) dias anterior à data da sessão pública; Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação

extrajudicial, conforme o caso; Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL

8.4. Qualificação Técnica Profissional: A empresa licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, profissional (is) devidamente habilitado (s) e registrado (s) no respectivo conselho de classe, que seja (m) responsável (is) pela execução do objeto licitado. A comprovação deverá ser feita por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, referente à execução de serviços de natureza similar ao objeto desta contratação. Para fins da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir: Carteira de Trabalho; contrato social; contrato de prestação de serviços; Contrato de Trabalho registrado na DRT; Qualificação Técnica Operacional: Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes a 50% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto.

9. NECESSIDADE DE VISTORIA DOS LICITANTES AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Considerando que o objeto consiste na execução de obras de adequação da edificação para acessibilidade, deverão os licitantes realizar vistoria prévia ao local de execução, a fim de conhecer as condições reais da edificação, topografia, acesso e demais características físicas que possam influenciar a execução dos serviços, conforme disposto no item I do Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797)

9.2. Esta etapa tem como objetivos:

- a. Garantir que todas as empresas licitantes tenham informações equivalentes sobre o local de execução;
- b. Reduzir riscos de divergências ou problemas durante a execução da obra;
- c. Assegurar que a proposta apresentada considere todas as condições reais do ambiente, conforme projeto básico.

9.3. A vistoria ou declaração não exime a contratada de executar os serviços conforme projeto, normas técnicas e legislação aplicável.

9.4. A vistoria deverá ser realizada no endereço da unidade, em data e horário previamente agendados com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF, conforme orientações constantes no edital.

9.5. Após a realização, o licitante deverá apresentar declaração de vistoria emitida pelo setor responsável da SEMASF, atestando que teve acesso às condições do local.

10. NORMAS GERAIS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Fiscal técnico e gestor do contrato

10.1. O órgão licitante deverá designar fiscal técnico e gestor do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, controle de qualidade e cumprimento das cláusulas contratuais.

10.2. O fiscal técnico acompanhará diariamente os serviços e verificará conformidade com o projeto, especificações técnicas e normas de acessibilidade.

10.3. O gestor do contrato terá a função de zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, prazos, cronograma e orçamento, mantendo comunicação formal com a contratada.

Acompanhamento e controle da execução

10.4. Todas as etapas da obra deverão ser inspecionadas e aprovadas pelo fiscal antes da execução de etapas subsequentes.

10.5. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos de progresso, contendo status físico-financeiro, materiais utilizados e eventuais ajustes necessários.

10.6. Será realizada documentação fotográfica das etapas principais para registro e comprovação do andamento da obra.

Ensaio e testes de qualidade

10.7. Materiais e serviços deverão ser submetidos a ensaios, quando aplicável, para comprovar conformidade com normas técnicas (ex.: resistência do concreto, antiderrapância de pisos, dimensionamento de corrimãos).

10.8. Qualquer não conformidade deverá ser corrigida sem ônus adicional para o órgão licitante.

Comunicação e formalização de ocorrências

10.9. Divergências, alterações, aditivos ou ajustes necessários deverão ser formalmente comunicados ao gestor/fiscal do contrato.

10.10. Toda alteração ou não conformidade deverá ser registrada em relatório oficial de fiscalização, anexado ao processo contratual.

Aceitação e entrega da obra

10.11. A obra somente será considerada concluída e aceita após verificação de que todos os serviços foram executados conforme projeto, normas técnicas e legislação aplicável.

10.12. Serão emitidos termo de recebimento provisório e definitivo, acompanhados de laudo de conformidade técnica e de acessibilidade.

11. REGRAS DE SUBCONTRATAÇÃO

"A CONTRATADA não poderá, sob qualquer pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços; a subcontratação será permitida quando for admitida no contrato, bem como for aprovada prévia e expressamente pelo CONTRATANTE. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços e obras, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da 'subcontratada', bem como responderá perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação" de acordo com o item IX do Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797).

11.1. A subcontratação não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, garantindo que a empresa contratada permaneça responsável pela execução da maior parte dos serviços.

11.2. Podem ser subcontratados serviços especializados, tais como: instalação de corrimãos e guarda-corpos; execução de piso tátil ou sinalização; serviços de elétrica ou hidráulica específicos; fornecimento de determinados materiais ou equipamentos, desde que não comprometa a execução integral do objeto.

11.3. A execução de serviços essenciais à obra, como alvenaria estrutural, construção da rampa e escada, e adequação dos banheiros, não poderá ser integralmente subcontratada.

11.4. Documentos exigidos para autorização da subcontratação - pedido formal de autorização da contratada, contendo:

- Identificação da empresa subcontratada;
- Descrição detalhada dos serviços a serem executados;
- Prazo estimado de execução da parcela subcontratada;
- Declaração da subcontratada assumindo integral responsabilidade pela execução do serviço e pelo cumprimento das normas técnicas e contratuais.

11.4.1. Anexar documentos de habilitação da subcontratada, compatíveis com os requisitos técnicos e legais exigidos para a obra (regularidade fiscal, registros profissionais e capacidade técnica).

11.5. A contratada permanece integralmente responsável perante o órgão contratante pela execução completa do objeto, incluindo as parcelas eventualmente subcontratadas, respondendo por quaisquer falhas ou descumprimentos.

12. FORMA DE PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

Pagamento

12.1. O pagamento será realizado mediante medição dos serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado.

12.2. O valor será pago em parcelas correspondentes às etapas concluídas, após aprovação pelo fiscal técnico e gestor do contrato, com emissão de termo de medição.

12.3. Não será efetuado pagamento por serviços não executados ou executados em desacordo com o projeto, normas técnicas e legislação aplicável.

Medição

12.4. A medição será realizada com base em quantitativos físicos, descritos no projeto básico e no memorial de serviços, considerando:

- Demolição da rampa existente;
- Construção da nova rampa em formato L;
- Execução da escada de acesso;
- Regularização e construção da calçada frontal;
- Adequação dos sanitários;
- Substituição de portas na rota de fuga;
- Instalação de corrimãos, guarda-corpos e sinalização tátil.

12.5. Cada etapa será conferida pelo fiscal técnico, que emitirá relatório de medição indicando percentual de execução e valor correspondente.

12.6. Pagamentos poderão ser retidos em caso de não conformidade, execução parcial ou descumprimento de especificações técnicas, até a correção das falhas.

12.7. Documentação para pagamento:

- a. Relatório de medição e progresso da obra, assinado pelo fiscal técnico;
- b. Notas fiscais correspondentes aos serviços executados;
- c. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da empresa no período da medição.

Prazo de pagamento

12.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a aprovação da medição e entrega de toda a documentação exigida.

13. PERIODICIDADE DAS MEDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO E DOCUMENTOS PARA ATESTAÇÃO

Periodicidade das medições

13.1. As medições dos serviços serão realizadas mensalmente ou conforme cronograma físico-financeiro aprovado, podendo ocorrer em intervalos menores quando houver etapas concluídas que justifiquem a

medição.

13.2. Cada medição abrangerá os serviços efetivamente concluídos até a data da inspeção, conforme relatório técnico do fiscal.

Prazos para pagamento

13.3. Após a emissão do atestado de medição pelo fiscal técnico e gestor do contrato, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) após a aprovação da medição e entrega de toda a documentação exigida.

13.4. Em caso de não conformidade ou documentação incompleta, o pagamento poderá ser retido até que as pendências sejam regularizadas, sem prejuízo do cronograma financeiro do contrato.

Documentos exigidos para atestação das faturas

13.5. Para cada medição, a empresa deverá apresentar:

- a. Relatório de medição emitido pelo fiscal técnico, indicando o percentual de execução das etapas;
- b. Notas fiscais ou faturas correspondentes aos serviços executados;
- c. Comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista (Certidões negativas de débitos, FGTS, INSS, etc.);
- d. Registro fotográfico das etapas concluídas, quando aplicável;
- e. Eventuais planilhas de quantitativos ou medições complementares, quando houver serviços especiais ou subcontratados.

Observações

13.6. Nenhum pagamento será efetuado sem o devido atestado de medição e conferência da conformidade técnica dos serviços.

13.7. A documentação apresentada será arquivada pelo órgão licitante, servindo como registro oficial de execução e comprovação do cumprimento contratual.

14. EVENTOGRAMA DE PAGAMENTOS EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

14.1. Para empreitadas por preço global, é recomendável organizar um eventograma que vincule marcos/etapas contratuais aos percentuais de pagamento, garantindo clareza para contratante e contratado, da seguinte forma:

marco/ etapa contratual	descrição do evento	(%) do valor contratual
mobilização e preparação do canteiro	Instalação do canteiro de obras, sinalização, limpeza e proteção do local.	5%
demolição da rampa existente	Retirada da rampa inadequada, remoção de entulhos e limpeza do local.	10%
execução da nova escada	Construção da escada de acesso, com degraus, corrimãos e guarda-corpos.	15%
construção da nova rampa em "L"	Execução da rampa, patamares, corrimãos, piso antiderrapante e guarda-corpos.	25%

regularização e reconstrução da calçada	Nivelamento e pavimentação da calçada frontal, instalação de faixa tátil.	10%
adequação dos banheiros	Ampliação, instalação de barras de apoio, portas, lavatórios e acabamentos.	15%
substituição das portas na rota de fuga	Troca de portas e verificação de vão mínimo de 0,90 m.	5%
instalação de elementos complementares	Corrimãos, guarda-corpos, sinalização tátil e acabamentos finais.	10%
limpeza final e entrega técnica	Limpeza da obra, verificação de conformidade e emissão do termo de recebimento provisório.	5%

14.2. Cada percentual será liberado após atestação da medição pelo fiscal técnico e gestor do contrato, mediante conferência da etapa concluída.

14.3. Percentuais podem ser ajustados no cronograma físico-financeiro aprovado pelo órgão licitante, mantendo a soma total em 100%.

15. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

15.1. Recebimento Provisório

- Realizado após a conclusão parcial ou integral dos serviços, mas antes da aceitação definitiva.
- Objetivo: verificar se os serviços foram executados conforme o projeto, o contrato e as normas técnicas aplicáveis.

15.2. Recebimento definitivo

- Realizado após o término do período de garantia ou correção das eventuais não conformidades detectadas no recebimento provisório.
- Confirma a conformidade do serviço, liberando o pagamento final e encerrando a execução contratual.

15.3. Prazos

- **Recebimento Provisório:** até 10 (dez) dias úteis após a comunicação formal de conclusão dos serviços pelo contratado.
- **Recebimento Definitivo:** será realizado após a correção de eventuais pendências identificadas no recebimento provisório, no prazo de até 60 (sessenta) dias, mediante termo circunstanciado, momento a partir do qual se iniciará o prazo de garantia contratual de 5 (cinco) anos, nos termos da legislação aplicável.

15.4. Documentos exigidos

Para os recebimentos provisório e definitivo, o contratado deverá apresentar:

1. Relatórios detalhados de execução dos serviços;
2. Notas fiscais, recibos e comprovantes de entrega de materiais e equipamentos;
3. Certificados de conformidade, ensaios e testes técnicos realizados;

4. Plantas, desenhos ou documentação técnica atualizada;
5. Termo de garantia dos serviços e equipamentos fornecidos;
6. Registro fotográfico e/ou relatório de testes funcionais, quando aplicável.

15.5. Ensaio e testes técnicos

Deverão ser realizados, conforme a natureza do serviço contratado:

1. Ensaio de qualidade e desempenho dos materiais e serviços;
2. Testes funcionais de equipamentos instalados;
3. Verificação da conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis;
4. Testes de segurança, acessibilidade e eficiência operacional, quando pertinentes.

Todos os ensaios deverão ser documentados e anexados aos relatórios de recebimento.

15.6. Responsáveis pelo recebimento

1. Gestor do Contrato: supervisiona a execução e coordena o processo de recebimento;
2. Fiscal Técnico: avalia a conformidade técnica dos serviços, ensaios e documentação;
3. Comissão de Recebimento (opcional): composta por especialistas ou representantes da Administração, garantindo transparência e imparcialidade.

15.7. Regras e condições complementares

1. Eventuais não conformidades deverão ser registradas em termo próprio, com prazos definidos para correção;
2. O pagamento será condicionado à aceitação dos serviços, de acordo com os percentuais de medição previstos no contrato;
3. O recebimento provisório poderá ser rejeitado parcialmente caso haja falhas relevantes, devendo o contratado corrigir as pendências antes do recebimento definitivo;
4. Todo recebimento deverá ser formalizado por ata assinada pelos responsáveis, constando observações, reservas ou pendências.

16. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O preço global apresentado pelo contratado será considerado aceitável quando:

16.1. Estiver compatível com o valor estimado pela Administração, considerando estudos de mercado, pesquisas de preços e referências de contratações similares;

16.3. Englobar todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, incluindo:

- Materiais e insumos;
- Mão de obra;
- Equipamentos;
- Encargos legais e fiscais;
- Despesas administrativas;

16.4. Permitir execução completa do objeto sem comprometer a qualidade técnica ou os prazos contratuais;

16.5. Não apresentar distorções significativas em relação a valores unitários de mercado ou referenciais técnicos, evitando preços inexequíveis ou superfaturados.

16.5. Caso o preço global esteja abaixo do valor estimado ou apresente divergências significativas, a Administração poderá solicitar justificativa detalhada do contratado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

17. REGRAS DIVERSAS SOBRE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Critério de julgamento

17.1. O critério de julgamento das propostas será o menor preço, podendo ser por item, lote ou global, conforme definido no Termo de Referência.

17.2. Eventuais ponderações de técnica ou experiência deverão estar previamente definidas e discriminadas, evitando subjetividade.

Análise de documentação e habilitação

17.3. Antes do julgamento econômico-financeiro, será verificada a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista do licitante;

17.4. Propostas com documentação incompleta ou irregular serão desclassificadas, sem análise de preço.

Verificação da Compatibilidade de Preços

17.5. Serão analisados os preços globais e unitários, considerando:

1. Pesquisa de mercado e valores referenciais;
2. Compatibilidade com estimativas da Administração;
3. Possíveis distorções que indiquem inexequibilidade, superfaturamento ou subdimensionamento.

17.6. Propostas com preços manifestamente inexequíveis poderão ser desclassificadas, mediante justificativa do licitante.

Critérios de desempate

17.7. Em caso de empate entre propostas, o desempate seguirá a ordem de preferência prevista em lei, por exemplo:

1. Proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte;
2. Maior conteúdo local, se aplicável;
3. Sorteio, se persistir o empate.

Prazo e forma de julgamento

17.8. O julgamento das propostas será realizado em sessão pública ou formalmente registrada, com emissão de relatório detalhado, contendo:

1. Classificação das propostas;
2. Justificativa da desclassificação de propostas;
3. Registro de eventuais ajustes ou negociação de preços.

Possibilidade de negociação

17.9. Quando o critério permitir, a Administração poderá negociar preços ou condições com os licitantes classificados, respeitando princípios de transparência e isonomia.

17.10. Qualquer negociação deve ser registrada formalmente em ata ou relatório de julgamento.

Regras complementares

17.11. Propostas com omissões ou divergências técnicas poderão ser esclarecidas por meio de diligência, sem alteração de preço ou conteúdo essencial ou desclassificadas se a correção for impossível ou comprometer a isonomia.

17.12. O julgamento considerará a integridade e coerência da proposta em relação ao objeto do contrato, respeitando a economicidade e a legalidade.

18. PRAZOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

Prazos de Execução dos Serviços

18.1. O início da execução dos serviços ocorrerá a partir da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviço.

18.2. O prazo total para a conclusão dos serviços será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data de início, podendo ser dividido em etapas/marcos com prazos específicos, se aplicável.

Vigência Contratual

18.3. A vigência do contrato corresponderá ao período necessário para a execução da obra de reforma, estipulado em 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, incluindo o prazo para medições, atestação e formalização do recebimento definitivo.

18.4. Eventuais prorrogações poderão ser realizadas, conforme necessidade ou ocorrência de casos fortuitos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19. PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

19.1. O contratado deverá iniciar a execução dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviço pela Administração.

19.2. Caso o início dos serviços não ocorra dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá aplicar sanções contratuais previstas, incluindo advertência, multa ou outras medidas previstas em lei e no contrato.

19.3. Eventuais atrasos justificados, por motivos de força maior ou situações excepcionais, deverão ser comunicados formalmente à Administração, que avaliará a possibilidade de prorrogação do prazo de início.

20. MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATADO

20.1. O contratado será responsável por fornecer, mobilizar e manter todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução integral dos serviços, conforme especificações técnicas e normas aplicáveis.

20.2. O contratado é responsável por: garantir que todos os materiais, ferramentas e equipamentos estejam disponíveis durante todo o período de execução; substituir imediatamente itens defeituosos ou insuficientes, sem ônus adicional para a Administração; manter o local de trabalho seguro, organizado e em conformidade com normas de segurança e saúde ocupacional; arcar com custos de transporte, manutenção e operação de todos os materiais, ferramentas e equipamentos mobilizados.

Demais orientações constantes no item XI do Documentos Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797):

20.3. Todos os materiais necessários para a completa execução dos serviços contratados serão integralmente fornecidos pela CONTRATADA, que assume total responsabilidade pela aquisição, transporte e armazenamento dos mesmos. Esses materiais deverão ser de primeira qualidade, novos, isentos de quaisquer defeitos ou danos, provenientes de fornecedores reconhecidos e confiáveis, garantindo assim a durabilidade, segurança e desempenho adequados às exigências do serviço. Além disso, todos os materiais devem cumprir rigorosamente as normas técnicas específicas da ABNT ou normas equivalentes reconhecidas, assegurando conformidade com os padrões de qualidade, segurança e funcionalidade exigidos para a correta realização dos serviços contratados.

21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

DO CONTRATANTE

21.1. Fornecer todas as informações, documentos e condições necessárias para a execução dos serviços;

21.2. Disponibilizar o acesso às instalações ou locais de prestação dos serviços, respeitando normas de segurança e protocolos internos;

21.3. Acompanhar a execução dos serviços por meio de gestor do contrato e/ou fiscal técnico, garantindo a conformidade com o objeto contratado;

21.4. Realizar os pagamentos devidos, conforme medições, cronogramas e condições previstas no contrato;

21.5. Notificar formalmente o contratado sobre falhas ou não conformidades, estipulando prazos para correção;

21.6. Garantir a proteção de dados, informações e materiais sob sua responsabilidade, quando aplicável.

DO CONTRATADO

21.7. Executar os serviços conforme o projeto, especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais;

21.8. Fornecer, mobilizar e manter todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

21.9. Cumprir rigorosamente os prazos de início, execução e entrega dos serviços;

21.10. Manter o local de trabalho seguro, organizado e em conformidade com normas de segurança, saúde e meio ambiente;

21.11. Corrigir, sem custos adicionais, quaisquer falhas ou não conformidades verificadas durante o recebimento provisório ou definitivo;

21.12. Fornecer relatórios, documentação técnica, certificados e demais informações exigidas para o recebimento dos serviços;

21.13. Respeitar normas internas, regulamentos e orientações da Administração, incluindo regras de acesso e uso das instalações;

21.14. Garantir a responsabilidade civil e técnica pelos serviços prestados, incluindo danos a terceiros ou ao patrimônio da Administração, decorrentes de execução inadequada.

Demais obrigações constantes no item X do Documentos Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797):

A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições deste contrato, bem como a observar as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis à execução das obras e serviços, devendo, para tanto:

Instalações provisórias e canteiro de obras

21.15. Submeter à aprovação da Fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o projeto das instalações provisórias ou do canteiro de serviços, compatível com o porte e características do objeto contratual, contendo a disposição de todas as áreas de vivência, dependências, espaços, instalações e equipamentos necessários, inclusive escritórios e instalações destinadas ao uso da Fiscalização, quando previstas no Caderno de Encargos.

21.16. Providenciar, por sua conta e risco, as ligações provisórias das utilidades essenciais à execução dos serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone, entre outros), responsabilizando-se integralmente pelas despesas de consumo até o recebimento definitivo da obra.

Recursos humanos e equipamentos

21.17. Manter no local da obra instalações adequadas, bem como dispor de pessoal uniformizado e identificado, e equipamentos em número, especificação e qualificação compatíveis com o cumprimento do

objeto contratual.

Planejamento e execução

21.18. Submeter à aprovação da Fiscalização, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, devidamente compatibilizados com o cronograma contratual e com técnicas reconhecidas de planejamento.

21.19. Assegurar, com a devida antecedência, a disponibilização dos materiais, insumos, mão de obra e demais recursos nos locais de execução, em conformidade com o plano de execução e o cronograma contratual.

21.20. Alocar todos os recursos técnicos, humanos, administrativos e financeiros necessários à fiel execução do objeto, inclusive aqueles destinados ao pagamento de tributos, taxas, encargos sociais, previdenciários e fiscais incidentes ou que venham a incidir sobre o contrato.

21.21. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização quaisquer ajustes no cronograma físico-financeiro e no plano de execução, de modo a manter o órgão contratante devidamente informado sobre o andamento dos trabalhos.

21.22. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização qualquer alteração nos métodos construtivos originalmente previstos.

Qualidade, fiscalização e comunicação

21.23. Executar, por determinação da Fiscalização, ajustes e correções nos serviços concluídos ou em andamento.

21.24. Comunicar imediatamente à Fiscalização qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinário que interfira, direta ou indiretamente, na execução dos serviços contratados.

21.25. Submeter à prévia aprovação da Fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços contratados.

21.26. Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela Fiscalização, todos os testes, ensaios, exames e demais procedimentos técnicos necessários ao controle de qualidade dos materiais, equipamentos e serviços empregados.

Relação com o entorno e meio ambiente

21.27. Evitar qualquer interferência com propriedades lindeiras, atividades vizinhas e o tráfego de veículos, devendo programar adequadamente as atividades de execução da obra para minimizar impactos.

Relatórios e encerramento das atividades

21.28. Apresentar relatórios periódicos de execução dos serviços e obras, conforme especificações estabelecidas no Caderno de Encargos.

21.29. Providenciar, nos prazos previstos em projeto, as ligações definitivas das utilidades públicas necessárias (água, esgoto, energia elétrica, gás e telefonia).

21.30. Proceder, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo da obra, à total desmobilização do canteiro, promovendo a retirada de todo o pessoal, equipamentos, materiais e instalações provisórias, deixando o local devidamente limpo e desobstruído, livre de resíduos, entulhos ou quaisquer materiais remanescentes.

22. MATRIZ DE RISCOS E ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

22.1. É uma prática recomendada pela Lei nº 14.133/2021 que prevê os principais eventos supervenientes à contratação, os riscos associados e quem será responsável por cada um:

evento superveniente	descrição do risco	responsável	medidas mitigatórias
Atraso na liberação do local	Impacta o cronograma e início dos serviços	Contratante	Comunicação prévia, planejamento conjunto, flexibilização de cronograma
Falta ou atraso na entrega de materiais fornecidos pelo contratante	Interrompe execução parcial dos serviços	Contratante	Planejamento integrado, prazos claros para fornecimento, estoque mínimo de segurança
Condições climáticas adversas	Pode afetar a execução de serviços externos	Contratado	Adaptação do cronograma, plano de contingência, equipamentos adequados
Acidentes de trabalho	Danos a pessoas ou interrupção de atividades	Contratado	Treinamento, EPI, normas de segurança e saúde ocupacional
Alterações normativas ou legais	Impacto nos métodos de execução ou exigências adicionais	Contratante	Monitoramento legal e comunicação formal ao contratado
Fornecimento de materiais ou equipamentos defeituosos	Serviços executados de forma inadequada	Contratado	Substituição imediata, controle de qualidade, testes prévios
Interrupções por greves ou paralisações externas	Atraso na execução dos serviços	Contratante e Contratado*	Ajuste de cronograma, negociação conjunta (*dependendo da causa)
Falhas técnicas ou defeitos em serviços entregues	Necessidade de correções ou retrabalho	Contratado	Garantia contratual, inspeções periódicas, testes técnicos
Danos a terceiros ou patrimônio da Administração	Responsabilidade civil e indenizações	Contratado	Seguro, plano de contingência, monitoramento durante execução
Inadimplemento financeiro	Interrupção de pagamentos ou falência do contratado	Contratante	Fiscalização, garantias contratuais, cláusulas de penalidades

22.2. Todos os riscos devem ser acompanhados pelo gestor do contrato e fiscal técnico, com registro formal das ocorrências.

22.3. Eventuais ajustes de responsabilidades devem ser feitos por aditivo contratual, quando justificados.

22.4. Essa matriz permite maior transparência, evita disputas futuras e facilita a gestão de riscos durante a execução.

23. EXIGÊNCIAS DE GARANTIA CONTRATUAL E SEGUROS

Garantia contratual

23.1. O contratado deverá prestar garantia contratual, como forma de assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluindo correção de defeitos, reparos e não conformidades.

23.2. Valor da garantia - até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos, conforme artigo 98 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

23.3. Prazo de manutenção da garantia - durante toda a execução do contrato e pelo período de garantia dos serviços ou equipamentos fornecidos, conforme previsto no contrato.

23.4. A garantia poderá ser retida parcial ou totalmente para cobrir: falhas ou defeitos nos serviços executados; não cumprimento das obrigações contratuais; danos a terceiros ou ao patrimônio da Administração.

Seguros Obrigatórios

23.5. O contratado deverá manter seguros adequados para cobertura de riscos associados à execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

1. Seguro de Responsabilidade Civil

- Para cobertura de danos a terceiros e ao patrimônio da Administração, decorrentes de atos do contratado durante a execução dos serviços.

2. Seguro de Acidentes de Trabalho / Seguro de Vida

- Para cobertura de acidentes ocorridos com os trabalhadores do contratado, conforme legislação vigente.

3. Seguro de Equipamentos e Materiais

- Para proteção de equipamentos, máquinas e materiais mobilizados pelo contratado, contra roubo, furto, incêndio ou danos.

23.6. o contratado deve fornecer à Administração cópia das apólices ou comprovantes de contratação, com validade durante toda a execução do contrato.

23.7. O não cumprimento das exigências de seguros poderá impedir o início da execução dos serviços ou gerar penalidades previstas no contrato.

24. PRAZO E REGRAS DE GARANTIA SOBRE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS PRESTADOS

24.1. O contratado deverá assegurar a garantia de todos os fornecimentos e serviços prestados, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços ou entrega dos bens.

24.2. O prazo de garantia poderá ser maior, caso especificado em normas técnicas ou exigências do projeto, devendo constar expressamente no contrato.

Durante o período de garantia, o contratado deverá:

24.3. Corrigir, substituir ou reparar, sem custos adicionais, quaisquer defeitos ou falhas decorrentes de execução inadequada ou de materiais fornecidos;

24.4. Realizar atendimento técnico sempre que solicitado pela Administração, dentro de prazos razoáveis estabelecidos em contrato;

24.5. Fornecer peças, materiais ou equipamentos necessários à correção de falhas, quando aplicável;

24.6. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas nos serviços ou fornecimentos.

24.7. A Administração notificará formalmente o contratado ao identificar qualquer não conformidade ou defeito.

24.8. O contratado deverá iniciar a correção ou substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da notificação.

24.9. Caso o contratado não atenda à solicitação de garantia dentro do prazo, a Administração poderá:

- a. Executar a correção por conta própria ou contratar terceiros;
- b. Deduzir os custos correspondentes do pagamento ou da garantia contratual.

24.10. A garantia não cobre defeitos decorrentes de uso inadequado, manutenção incorreta ou causas externas não atribuíveis ao contratado.

24.11. Todos os serviços e fornecimentos substituídos ou reparados durante a garantia deverão manter as mesmas condições de qualidade e conformidade técnica do fornecimento original.

26. DISPOSIÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DO *AS-BUILT*

O *As-Built* consiste na documentação final do serviço ou obra, refletindo com precisão as condições reais de execução, incluindo alterações, correções e ajustes realizados durante a obra ou prestação do serviço.

26.1. A elaboração do *As-Built* é obrigatória e deverá ser fornecida pelo contratado como condição para o recebimento definitivo dos serviços.

26.2. O *As-Built* deve contemplar todas as alterações em relação aos projetos, especificações e documentação original, registrando fielmente:

- Alterações de projeto aprovadas durante a execução;
- Localização real de instalações, equipamentos, tubulações, cabos e outros elementos relevantes;
- Ajustes ou modificações realizadas por necessidade técnica ou segurança.

26.3. O *As-Built* deverá ser entregue em meio físico e digital, conforme exigência do contrato.

26.4. O conteúdo mínimo deve incluir:

1. Plantas, cortes e elevações atualizadas;
2. Memorial descritivo das alterações realizadas;
3. Lista de materiais e equipamentos efetivamente utilizados;
4. Registros fotográficos de execução;
5. Especificações técnicas revisadas, quando aplicável;
6. Registro de testes, ensaios e certificações finais.

26.5. O *As-Built* deverá ser elaborado e entregue até 15 (quinze) dias úteis após a conclusão dos serviços ou emissão do recebimento provisório.

26.6. A entrega do *As-Built* é condição obrigatória para o recebimento definitivo e liberação do pagamento final.

26.7. O contratado é responsável pela precisão, completude e consistência do *As-Built*.

26.8. A Administração se reserva o direito de:

- Verificar e validar as informações;
- Solicitar correções ou complementações caso o *As-Built* não esteja conforme as exigências contratuais.

26.9. O *As-Built* deve refletir fielmente todas as alterações autorizadas durante a execução, não sendo aceitas omissões ou alterações não documentadas.

26.10. Caso o *As-Built* apresente inconsistências, a Administração poderá reter o pagamento final até a entrega correta e completa.

27. OBTENÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

27.1. A obtenção do licenciamento ambiental necessário à execução do objeto contratual será de responsabilidade do contratado, salvo quando a legislação ou o contrato dispuser que caberá ao contratante fornecer documentos ou autorizações preliminares.

27.2. O contratado deve cumprir todas as normas e exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, garantindo a legalidade e conformidade ambiental das atividades.

27.3. O contratado deverá providenciar todos os documentos técnicos, estudos e relatórios exigidos para a obtenção do licenciamento ambiental, incluindo, quando aplicável:

1. Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA);
2. Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO);
3. Planos de Gestão Ambiental e de Mitigação de Impactos;
4. Outras autorizações específicas exigidas por legislação federal, estadual ou municipal.

27.4. O contratado deverá acompanhar o trâmite junto aos órgãos ambientais, fornecendo informações adicionais quando solicitadas e atendendo aos prazos legais.

27.5. O licenciamento ambiental deve ser obtido antes do início dos serviços que dependam da autorização ambiental.

27.6. Qualquer atraso na obtenção do licenciamento que impacte o cronograma deverá ser comunicado imediatamente à Administração, com justificativa formal.

27.7. O contratado deverá implementar todas as medidas de mitigação ambiental exigidas nas licenças e autorizações, garantindo a minimização de impactos durante a execução dos serviços.

27.8. A execução dos serviços sem a devida licença ambiental ou em desacordo com as condições nela estabelecidas poderá gerar penalidades contratuais, incluindo suspensão dos serviços, multas e responsabilização civil e administrativa.

27.9. A Administração reserva-se o direito de verificar e fiscalizar o cumprimento das exigências ambientais durante toda a execução do contrato.

28. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para realização desta contratação é de R\$ 112.710,66 (cento e doze mil, setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos), de acordo com a Planilha Orçamentária RESUMO de 26/08/2025 (ID 1996795) e Planilha Orçamentária SINTETICO de 26/08/2025 (ID 1996796).

29. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação está prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social SEMASF:

18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

08 Assistência Social

08 245 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

08 245 0009 PRO-VIDAS Proteção às Vítimas de Violação de Direitos

08 245 0009 2012 0000 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Ficha Orçamentária nº 1215

Ji-Paraná, 4 de fevereiro de 2026.

elaborado por:

Melissa de A. Arantes

revisado e assinado por:

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PM/JP/2025

ANEXO I

ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O projeto básico é um dos elementos mais importantes tanto para a licitação como para a execução de obras públicas. Ele define, detalhadamente, o objeto a ser licitado e seu respectivo custo.

As irregularidades causadas por projetos básicos incompletos, deficientes ou desatualizados são encontradas com frequência nas auditorias realizadas pelo TCU e podem causar uma série de problemas, seja durante a execução da obra ou após a sua conclusão, gerando prejuízo ao funcionamento e à durabilidade da construção.

A Lei 14.133/2021 define o projeto básico^[1] como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

1. levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
2. soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
3. identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
4. informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
5. subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; e

6. orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

O projeto básico deve conter informações detalhadas para que se compreenda com precisão o objeto que está sendo licitado, como ele se desenvolverá, em que prazo, e ainda possibilite a identificação e quantificação de todos os serviços que serão executados, bem como a caracterização e quantificação de todos os insumos (mão de obra, materiais e equipamentos) e seus custos.

Dessa forma, o projeto básico permanece sendo uma diretriz essencial para que o licitante entenda o objeto da licitação da qual irá participar, sendo um instrumento importante para o sucesso da contratação.

De forma geral, o projeto básico é constituído tanto por elementos dos projetos de engenharia propriamente ditos (plantas, desenhos, especificações, memoriais, orçamento estimativo, cronograma físico-financeiro etc.) quanto de informações e documentos contendo aspectos legais e parâmetros a serem utilizados no processo licitatório e na gestão do futuro contrato, os quais podem decorrer de decisões adotadas na etapa de elaboração do estudo técnico preliminar.

Vale lembrar que o projeto básico de engenharia de uma obra deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, podendo ser contratada empresa específica de engenharia ou arquitetura para sua elaboração, nos casos em que o órgão não disponha de uma quantidade suficiente de profissionais técnicos especializados. Mesmo no caso de contratação de empresa especializada, o administrador público permanece com a responsabilidade de avaliar se os documentos e projetos fornecidos são adequados, devendo exigir do contratado a realização de todos os ajustes necessários.

No que tange à parcela do conteúdo do projeto básico que será utilizada para definir a modelagem da licitação, bem como para subsidiar a elaboração do edital e as regras de gestão contratual, é possível elencar os seguintes tópicos, dentre outros:

1. descrição do objeto a ser licitado;
2. justificativa e objetivo da contratação;
3. descrição da(s) solução(ões);
4. classificação das obras e/ou serviços como comuns ou especiais;
5. forma de seleção do prestador de serviço/fornecedor;
6. requisitos da contratação;
7. diretrizes sobre a sustentabilidade da contratação e demonstração do alinhamento da contratação com as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável do órgão licitante;
8. regime de execução contratual;
9. forma de adjudicação do objeto;
10. justificativas para o parcelamento ou não do objeto;
11. requisitos de habilitação técnica e econômico-financeira;
12. necessidade ou não de vistoria dos licitantes ao local de prestação dos serviços, observando a possibilidade de os participantes da licitação apresentarem declaração afirmando que conhecem as condições dos locais de execução;

13. cláusulas de reajuste contratual, estipulando o(s) índice(s) aplicável(eis);
14. penalidades;
15. normas gerais de fiscalização contratual;
16. se for o caso, definição sobre a elaboração do projeto executivo pelo contratado, com especificação de prazos de execução, produtos a serem entregues e demais especificações cabíveis;
17. regras sobre a subcontratação (percentual máximo admitido; parcelas do objeto possíveis de serem subcontratadas; documentos a serem exigidos para autorização da subcontratação);
18. forma de pagamento ou critérios de medição dos serviços;
19. definição sobre a periodicidades das medições; prazos para pagamento; documentos exigidos para atestação das faturas;
20. nas empreitadas por preço global, tabela com eventos geradores de pagamento (eventograma), com marcos/etapas contratuais contendo percentuais pré-definidos para pagamentos
21. critérios de recebimento dos serviços (prazos de recebimento provisório e definitivo; documentos exigidos; teses e ensaios a serem realizados, definição dos responsáveis pelo recebimento, bem como outras regras aplicáveis);
22. critérios de aceitabilidade global e unitário de preços;
23. regras diversas sobre o julgamento das propostas;
24. prazos da execução dos serviços e vigência contratual;
25. prazo para início dos serviços;
26. local de prestação dos serviços;
27. materiais, ferramentas e equipamentos a serem disponibilizados e/ou mobilizados pelo contratado;
28. obrigações do contratante e do contratado;
29. matriz de riscos com a alocação de responsabilidades por eventos supervenientes à contratação;
30. instrumentos de medição por resultado (acordo de níveis de serviço);
31. definição sobre a permissão para a participação ou não de consórcios no certame, com as regras aplicáveis;
32. em licitações de técnica e preço, detalhar os critérios de pontuação técnica e da nota de preço;
33. exigências de garantia contratual e seguros etc.;
34. prazo e regras de garantia sobre os fornecimentos e serviços prestados;
35. disposições diversas sobre a elaboração do *As built*;
36. indicação dos recursos orçamentários;
37. se for o caso, o projeto básico deverá discorrer sobre as condições relacionadas com a responsabilidade do contratado pela obtenção do licenciamento ambiental e/ou pela realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

A Lei 14.133/2021 dispensa a elaboração prévia de projeto básico apenas no caso de contratação integrada. Nesse regime de execução, a elaboração do projeto básico é de responsabilidade do contratado. Para esses casos, deverá ser elaborado anteprojeto, conforme tratado no item 4.4.2. O anteprojeto contém os subsídios necessários à elaboração do projeto básico^[2], constituindo um elemento prévio, que vai direcionar o contratado na elaboração do projeto básico.

Merece registro que é vedada a participação na licitação e/ou na execução da obra de qualquer pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo da obra, com exceção das contratações integradas, em que é permitido contratar o próprio

projeto básico e o projeto executivo juntamente com a execução da obra. Por outro lado, nos demais regimes de execução contratual, a Lei permite a contratação conjunta do projeto executivo com a obra[3].

Os autores dos anteprojetos e projetos podem participar da contratação no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos o órgão ou entidade[4].

Além disso, a norma dispõe que, como regra, o projeto executivo é obrigatório para a realização de obras e serviços de engenharia. Todavia, prevê a exceção[5] de dispensa da elaboração de projetos executivos[6], com especificação do objeto apenas em projeto básico ou em termo de referência, em se tratando de estudo técnico preliminar para a contratação de obras ou serviços comuns de engenharia, respectivamente, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.

Por fim, a Lei 14.133/2021 determinou que, nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la[7].

A modelagem BIM pode ser definida como o conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo[8].

Nesse sentido, o Governo Federal estabeleceu, por meio do Decreto 10.306/2020, a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública federal.

ANEXO II

ÍNDICE DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Descrição detalhada do objeto - Documentos ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996797)
 - Indicar a natureza da obra - item 1 deste TR.
 - Definir o escopo e a abrangência dos serviços - itens 3, 4, e 5.
2. Memorial descritivo - (ID 1996788)
3. Projetos e desenhos técnicos
 - Plantas, cortes, fachadas, detalhes construtivos e complementares (elétrico, hidráulico, estrutural, acessibilidade):
 - Projeto ARQ 01-05 de 26/08/2025 (ID 1996778)
 - Projeto ARQ 02-05 de 26/08/2025 (ID 1996781)
 - Projeto ARQ 03-05 de 26/08/2025 (ID 1996782)
 - Projeto ARQ 04-05 de 26/08/2025 (ID 1996784)

- Projeto ARQ 05-05 de 26/08/2025 (ID 1996786)
- Projeto LOC 01-01 de 26/08/2025 (ID 1996787)

4. Responsabilidade técnica

- Obrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) - RTT - Registro de Responsabilidade Técnica RRT 15919925 de 26/08/2025 (ID 1996801)

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 04/02/2026 às 10:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 04/02/2026 às 12:31, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2402855** e o código verificador **F85612C7**.

Referência: [Processo nº 1-6401/2025](#).

Docto ID: 2402855 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo n. 6401/2025

IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP, elaborado em conformidade com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, constitui a etapa inicial do planejamento da contratação destinada à reforma das instalações prediais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, situado à Av. Dois de Abril, 1021 - Centro - Ji-Paraná/RO.

O objetivo principal é promover a adequação de acessibilidade aos usuários e servidores, minimizando barreiras físicas e garantindo inclusão e autonomia para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em atendimento às diretrizes estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e pelas normas técnicas da ABNT NBR 9050/2020.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

- Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF
- Unidade Beneficiada: Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS
- Projeto/Atividade: Execução de obra de implantação de acessibilidade, complementação e adequação de calçadas no entorno do CREAS
- Finalidade da contratação: Atender às normas de acessibilidade e garantir segurança, mobilidade e inclusão social dos usuários do equipamento público, em especial pessoas com deficiência, idosos e demais cidadãos com mobilidade reduzida
- Área de Reforma: 266,55 m²
- Área de Calçadas: 54,67 m²
- Área Cobertura: 316,85 m²
- Valor estimado: R\$ 112.710,66 (cento e doze mil, setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos)

- Endereço: Av. Dois de Abril, 1021 - Centro - Ji-Paraná RO
- Data da elaboração: 28/05/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1.1. A presente demanda tem por objeto a implantação de acessibilidade no Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF, com o objetivo de adequar as instalações físicas às normas vigentes de acessibilidade e garantir condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

1.2. Considerando a natureza das intervenções a serem executadas, que envolvem adequações estruturais, instalação de rampas, corrimãos, sinalização tátil e demais adaptações físicas necessárias ao atendimento da NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), o objeto se enquadra como **serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. A contratação visa assegurar a conformidade das instalações com os requisitos legais e técnicos aplicáveis, promovendo a acessibilidade universal, a segurança e a inclusão social no ambiente de atendimento do CREAS.

1.4. A atual estrutura do CREAS apresenta barreiras físicas que limitam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Tal situação compromete a qualidade e a universalidade do atendimento, contrariando as normativas de acessibilidade e os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade. São as barreiras identificadas conforme o Relatório RELATÓRIO FOTOGRÁFICO_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996789)

- Adequação/reforma dos banheiros para serem acessíveis - a adequação visa permitir o giro 360° de cadeira de rodas; portas acessíveis abrindo para fora com largura mínima de 0,90m; instalação de Barras de apoio
- Adequação da rampa de entrada para que não ultrapasse a inclinação máxima permitida por norma = 8,33%: instalação de piso podotátil na nova rampa; instalação de Guarda-Corpo de corrimão
- Adequação das portas da rota de fuga - segurança contra incêndio e pânico

1.5. O projeto prevê a demolição da rampa de entrada existente, uma vez que sua inclinação está fora dos limites estabelecidos pelas normas de acessibilidade. Em substituição, será construída uma escada de acesso, posicionada no local da rampa demolida. Ao lado da escada, será implantada a nova rampa de acesso, com largura de 1,40 m e inclinação máxima de 8,33%, garantindo acesso seguro e viável para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. A rampa seguirá formato em L para vencer o desnível existente de 0,80 m de forma adequada. O projeto também contempla a construção da calçada frontal à escada, devido à irregularidade detectada na calçada atual em alguns trechos, promovendo piso nivelado e seguro para todos os usuários, conforme Memorial Descritivo MEMORIAL DESCRITIVO_REFORMA CREAS 6401-2025 de 26/08/2025 (ID 1996788).

1.6. A adequação da infraestrutura é medida imprescindível para assegurar o pleno exercício dos direitos dos usuários da assistência social, atendendo à legislação vigente e promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo e seguro.

1.7. A demanda compreende a execução de obras e serviços de engenharia voltados à acessibilidade, incluindo, mas não se limitando a:

- a. Construção e/ou adequação de rampas de acesso com corrimãos;
- b. Adequação de sanitários acessíveis;
- c. Alargamento de portas, quando necessário;
- d. Instalação de piso tátil direcional e de alerta;
- e. Sinalização vertical e horizontal acessível (visual e tátil);
- f. Adequação de balcões e áreas de atendimento.

2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. A presente contratação está alinhada ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes de acessibilidade e inclusão social da política de assistência. A proposta está em conformidade com os princípios da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), especialmente no que se refere ao planejamento eficiente, ao atendimento ao interesse público e à promoção da equidade no acesso aos serviços públicos.

2.2. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do Município, em especial à DFD - Formalização de Demanda 1243 de 08/11/2024 (ID 1341200), contribuindo para a melhoria da infraestrutura e a eficiência na prestação dos serviços à população.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A execução dos serviços objeto deste documento deverá observar integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável, em especial a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e as normas técnicas da ABNT, notadamente a NBR 9050/2020, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

3.2. A contratada será responsável por garantir que todos os serviços executados atendam plenamente aos padrões técnicos de acessibilidade, segurança e usabilidade, sob pena de rejeição da obra.

3.3. Os serviços serão executados nas dependências do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, situado em Ji-Paraná/RO, em local indicado pela contratante, observadas as condições de segurança, limpeza e integridade do espaço físico durante a execução.

3.4. O **prazo de execução** será definido no instrumento convocatório, devendo ser compatível com a complexidade e o volume das intervenções, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela

contratante.

3.5. Será exigida da contratada a **garantia de 5 (cinco) anos** sobre os serviços executados e materiais aplicados, contada a partir do recebimento definitivo, abrangendo eventuais reparos decorrentes de falhas de execução ou vícios ocultos, sem ônus adicional para a Administração.

3.6. A contratada deverá assegurar assistência técnica e manutenção corretiva durante o período de garantia, responsabilizando-se integralmente por quaisquer ajustes necessários para o pleno funcionamento e conformidade das adaptações realizadas.

3.7. Poderá ser exigida vistoria prévia dos licitantes no local de execução dos serviços, com emissão de declaração de vistoria ou termo de ciência das condições do imóvel, a ser anexado à proposta, a fim de garantir a adequada compreensão do objeto e das condições de execução.

3.8. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços, salvo mediante autorização expressa da Administração, e desde que não comprometa a qualidade e a responsabilidade técnica pela execução.

3.9. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão realizados por servidor designado pela SEMASF, que registrará em relatório próprio o andamento da execução, a conformidade dos materiais empregados e a observância dos prazos contratuais.

3.10. Os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade, atender às normas técnicas brasileiras (NBR) e possuir garantia mínima do fabricante.

3.11. A contratada deverá assegurar que os elementos construtivos (como pisos, rampas e corrimãos) tenham resistência e durabilidade compatíveis com o uso contínuo em espaço público.

3.12. A substituição ou reparo de materiais defeituosos será de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

3.13. A execução dos serviços deverá ser planejada de modo a minimizar impactos no funcionamento do CREAS, priorizando etapas e frentes de trabalho que permitam a continuidade do atendimento.

3.14. A contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando fases de execução, prazos parciais e previsão de entrega final.

3.15. Sempre que necessário, a empresa deverá providenciar isolamento das áreas em obra, garantindo segurança a usuários e servidores.

3.16. A sinalização a ser implantada deverá contemplar elementos visuais, táteis e de contraste cromático, em conformidade com a ABNT NBR 9050/2020 e demais normas aplicáveis.

3.17. Será obrigatória a instalação de:

- Piso tátil direcional e de alerta em rotas de circulação;
- Placas de sinalização em braile e relevo em sanitários, salas e áreas de atendimento;
- Sinalização horizontal e vertical de acordo com a legislação de trânsito e acessibilidade.

3.18. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais sustentáveis, de baixo impacto ambiental, recicláveis ou provenientes de fornecedores que comprovem práticas de responsabilidade socioambiental.

3.19. A geração de resíduos deverá ser controlada, devendo a contratada realizar a destinação ambientalmente adequada dos entulhos e sobras da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

3.20. Incentivar o uso de tecnologias e soluções construtivas que promovam eficiência energética e redução de desperdício de água e energia durante a execução.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A estimativa das quantidades necessárias à execução da obra de acessibilidade do CREAS foi elaborada com base em levantamento técnico detalhado, considerando as intervenções previstas no projeto, as condições físicas do imóvel e as normas técnicas aplicáveis à acessibilidade.

4.2. Para a definição dos quantitativos e dos respectivos valores de referência, foram utilizadas Composições Analíticas com Preço Unitário, as quais discriminam de forma pormenorizada os insumos, serviços, coeficientes de produtividade e custos envolvidos em cada etapa da obra, garantindo maior precisão, transparência e aderência à realidade do mercado.

4.3. As planilhas contendo as Planilha Orçamentária CPU de 26/08/2025 (ID 1996792) possibilita a verificação dos critérios adotados, dos quantitativos estimados e da formação dos preços unitários, de forma a assegurar a rastreabilidade das informações e a adequada instrução do processo administrativo, da seguinte forma:

imagem 4.3.1;

**SEMPLAN**
Secretaria Municipal
de PlanejamentoComposições Analíticas com Preço Unitário
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRILBancos
SINAPI - 07/2025 - Rondônia
SBC - 08/2025 - Rondônia
SICRO3 - 04/2025 - RondôniaB.D.I.
20,47%Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais							
1.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-ADM Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0000000	4,065,20	4,065,20
Composição	ORRA CRRFAS, 100306 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	4,0000000	116,90	467,60
Auxiliar	90776 SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	120,0000000	29,98	3.597,60
Auxiliar							
				MO sem LS =>	3.711,64	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	832,14	MO com LS =>	3.711,64
						Valor com BDI =>	4.897,34
2.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CREA - RO Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	254,59	254,59
Insumo	CREA - RO Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	Taxas	UN	1,0000000	254,59	254,59
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	52,11	MO com LS =>	0,00
						Valor com BDI =>	306,70
3.7	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-022525 Próprio (SBC 12/2022)	REMOÇÃO DE BANCADA DE GRANITO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000	68,11	68,11
Composição	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,8210000	26,93	49,03
Auxiliar	88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,8070000	31,44	19,08
Auxiliar							
				MO sem LS =>	49,73	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	13,94	MO com LS =>	49,73
						Valor com BDI =>	82,05
4.1.2.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	112561 SBC	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÍ INOX (NBR 9050)	ESQUADRIAS DE ALUMINIO	M	1,0000000	916,75	916,75
Insumo	036594 SBC	TUBO ACO INOX AISI 304 REDONDO 1 1/2" (38,10mm) ESPESSURA DA PAREDE 1,2 mm	Material	M	2,8750000	154,00	442,75
Insumo	036595 SBC	TUBO ACO INOX AISI 304 REDONDO 1" (25,40mm) ESPESSURA DA PAREDE 1,2 mm	Material	M	9,6790000	29,97	290,07
Insumo	099230 SBC	SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	5,4050000	20,54	111,00
Insumo	099662 SBC	AJUDANTE DE SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	4,4400000	16,43	72,93
				MO sem LS =>	183,93	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	187,65	MO com LS =>	183,93
						Valor com BDI =>	1.104,40
4.1.2.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

imagem 4.3.2;

Composição	112660 SBC	CORRIMAO ALUMINIO CHATO COM SUPORTES E TERMINACOES	ESQUADRIAS DE ALUMINIO	M	1,0000000	393,86	393,86
Insumo	099230 SBC	SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	1,7810000	20,54	36,57
Insumo	099662 SBC	AJUDANTE DE SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	1,7810000	16,43	29,25
Insumo	000100 SBC	AREIA GROSSA LAVADA	Material	m³	0,0010000	151,96	0,15
Insumo	001718 SBC	CORRIMAO ALUMINIO ANODIZADO FOSCO	Material	M	1,0000000	327,55	327,55
Insumo	000050 SBC	CIMENTO PORTLAND CP III 32RS NBR 11578 (quilo)	Material	KG	0,3200000	1,08	0,34
				MO sem LS =>	65,82	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	80,62	MO com LS =>	65,82
						Valor com BDI =>	474,48
4.3.3.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU - 100675 Próprio (SINAPI 01/2023)	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	1,0000000	2.494,88	2.494,88
Composição	100874 SINAPI	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0000000	324,53	324,53
Auxiliar	90830 SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS	UN	1,0000000	171,59	171,59
Auxiliar	88261 SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6870000	29,67	20,38
Insumo	00039493 SINAPI	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NÚCLEO SEMI-SÓLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	Material	UN	1,0000000	1.117,81	1.117,81
Insumo	00012759 SINAPI	CHAPA ACO INOX AISI 304 NUMERO 9 (E = 4 MM), ACABAMENTO NUMERO 1 (LAMINADO A QUENTE, FOSCO)	Material	M²	0,7200000	1.143,60	823,39
Insumo	00038124 SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	Material	UN	1,1620000	32,00	37,18
				MO sem LS =>	75,55	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	510,70	MO com LS =>	75,55
						Valor com BDI =>	3.005,58
4.3.4.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-89957 Próprio (SINAPI 02-2024)	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0000000	140,97	140,97
Composição	89362 SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,1800000	10,91	12,87
Auxiliar	89366 SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0000000	17,77	17,77

imagem 4.3.3.

Composição Auxiliar	89395 SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	0,8900000	14,98	13,33
Composição Auxiliar	90466 SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	M	2,1400000	18,23	39,01
Composição Auxiliar	89356 SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	M	2,1400000	27,10	57,99
				MO sem LS =>	83,03	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	28,85	MO com LS =>	83,03
						Valor com BDI =>	169,82
4.3.4.2	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	053028 SBC	PONTO ESGOTO SANITARIO SECUNDARIO PVC	INSTALACOES HIDRAULICAS - ESGOTO	UN	1,0000000	104,82	104,82
Insumo	003487 SBC	LIXA PARA MADEIRA S422 NORTON 100	Material	UN	0,0080000	56,38	0,45
Insumo	003389 SBC	ADESIVO PARA PVC bisnaga de 75 gramas	Material	UN	0,0140000	15,90	0,22
Insumo	099034 SBC	AJUDANTE DE BOMBEIRO OU ENCANADOR	Mão de Obra	H	2,2940000	16,43	37,68
Insumo	002690 SBC	JOELHO 90 PVC ESGOTO SERIE NORMAL 40mm	Material	UN	1,0000000	1,75	1,75
Insumo	099200 SBC	BOMBEIRO OU ENCANADOR	Mão de Obra	H	2,8150000	20,54	57,81
Insumo	002697 SBC	TUBO PVC ESGOTO SERIE NORMAL 40mm (METRO)	Material	M	1,1000000	5,65	6,21
Insumo	003889 SBC	SOLUCAO LIMPADORA PARA TUBOS PVC FRASCO 1 LITRO	Material	UN	0,0150000	46,90	0,70
				MO sem LS =>	95,49	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	21,45	MO com LS =>	95,49
						Valor com BDI =>	126,27
4.3.5.5	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	202336 SBC	KIT BARRA DE APOIO LATERAL P/ LAVATORIO CENTRALIZADO 40CM	ACESSIBILIDADE	UN	1,0000000	191,10	191,10
Insumo	099900 SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,5890000	16,43	9,67
Insumo	061229 SBC	ACESSIBILIDADE - KIT BARRA DE APOIO LATERAL PARA LAVATORIO CENTRALIZADO 40cm	Material	UN	1,0000000	169,34	169,34
Insumo	099050 SBC	PEDREIRO	Mão de Obra	H	0,5890000	20,54	12,09
				MO sem LS =>	21,76	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	39,11	MO com LS =>	21,76
						Valor com BDI =>	230,21
5.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU- 9537 Próprio (SINAPI)	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000	3,77	3,77
Composição Auxiliar	88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1400000	26,93	3,77
				MO sem LS =>	2,71	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,77	MO com LS =>	2,71
						Valor com BDI =>	4,54

4.4. Demonstrativo:

Composições Auxiliares	
Total sem BDI	R\$ 93.562,17
Total do BDI	R\$ 19.148,49
Total Geral	R\$ 112.710,66

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. No levantamento preliminar realizado foram analisadas as alternativas disponíveis para a execução do objeto, considerando as práticas usuais de mercado, a capacidade operacional da Administração e a economicidade da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2. As opções avaliadas compreenderam:

- a) Execução direta com utilização de mão de obra própria da Administração e aquisição isolada dos insumos necessários;
- b) Contratação de mão de obra especializada, com fornecimento dos insumos pela Administração;
- c) Contratação integrada, contemplando a execução da obra com fornecimento de mão de obra e insumos pela empresa contratada.

5.3. A alternativa de execução direta mostrou-se inviável diante da insuficiência de equipe técnica própria, bem como da ausência de estrutura administrativa adequada para o gerenciamento, aquisição e armazenamento dos insumos necessários.

5.4. A contratação apenas de mão de obra, por sua vez, implicaria fragmentação do objeto, maior complexidade na gestão contratual e riscos adicionais quanto à compatibilização de prazos, qualidade e responsabilidades.

5.5. Dessa forma, concluiu-se que a contratação integral da execução da obra, com fornecimento de mão de obra e insumos pela contratada, apresenta-se como a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa, além de compatível com as práticas de mercado observadas.

5.6. A natureza do objeto, caracterizada por serviços comuns de engenharia, amplamente executados no mercado, permite a participação de múltiplos interessados, não exigindo soluções singulares ou especialização exclusiva. Trata-se de contratação padronizada, com requisitos técnicos objetivamente definidos no projeto e no edital, o que assegura ampla competitividade entre os potenciais licitantes.

5.7. Nesse contexto, a adoção da modalidade Concorrência Eletrônica mostra-se adequada, por ampliar a disputa, assegurar isonomia entre os participantes e potencializar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DE VALORES

O valor estimado para realização desta contratação é de **R\$ 112.710,66** (cento e doze mil, setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos), de acordo com a Planilha Orçamentária RESUMO de 26/08/2025 (ID 1996795) e Planilha Orçamentária SINTETICO de 26/08/2025 (ID 1996796)

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução proposta para a adequação de acessibilidade nas instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS consiste na execução de obras civis e implantação de sinalização acessível, de forma a eliminar barreiras físicas e garantir o acesso seguro e inclusivo a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, atendendo às normas técnicas e legais aplicáveis.

7.2. Conforme orientação do TCU, a descrição da solução deve contemplar:

1. O que será feito (escopo da obra e serviços)

- Demolição da rampa existente, cuja inclinação está fora dos limites normativos;
- Construção de escada de acesso e implantação de nova rampa em formato L, com largura de 1,40 m e inclinação máxima de 8,33%, superando o desnível de 0,80 m;
- Regularização da calçada frontal, garantindo piso uniforme e seguro;
- Adequação de portas e rotas acessíveis, incluindo portas da rota de fuga, em conformidade com NBR 9050 (acessibilidade) e NBR 9077 (saídas de emergência);
- Instalação de sinalização acessível, incluindo piso tátil, placas em braile e relevo, sinalização visual e tátil horizontal e vertical.

2. Como será feito (metodologia e critérios técnicos)

- Obras e serviços executados em etapas, minimizando impactos no atendimento ao público;
- Materiais duráveis e de baixo impacto ambiental;
- Conformidade com normas técnicas (ABNT NBR 9050, NBR 9077) e legislação de acessibilidade (Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015);
- Cronograma físico-financeiro detalhado, com previsão de prazos parciais e entrega final.

3. Por que a solução atende à necessidade

- Elimina barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- Garante segurança e conforto aos usuários e servidores;
- Atende aos Princípios da Eficiência, Economicidade e Legalidade, conforme exigido pelo TCU em análises de projetos e contratações de obras públicas.

4. Resultado esperado

- Acessibilidade universal e inclusiva no CREAS;
- Conformidade com legislação vigente e normas técnicas;
- Melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação NÃO será parcelada, pois tanto a demolição, a reforma, a acessibilidade em si (sinalizações, por exemplo), acessórios e limpeza final estão integrados à obra de engenharia e depende do mesmo cronograma de execução, como demonstrado na Planilha Orçamentária MEMO DE CALCULO de 26/08/2025 (ID 1996794).

8.2. Dessa forma, os serviços são indissociáveis, não sendo viável a contratação em etapas ou por fornecedores distintos. A execução conjunta garante a coordenação adequada das atividades, a conformidade com o projeto e o atendimento aos prazos estabelecidos, além de otimizar recursos e assegurar a qualidade final da obra.

9. RESULTADO PRETENDIDOS

9.1. Adequação física e funcional do espaço - realizar a reforma das instalações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), garantindo ambientes adequados às atividades desenvolvidas.

9.2. Acessibilidade - eliminar barreiras físicas e garantir total conformidade com a legislação vigente sobre acessibilidade, incluindo normas da ABNT (NBR 9050).

9.3. Sinalização eficiente - implantar a sinalização necessária, integrada à obra, para orientar usuários e profissionais, aumentando a segurança e funcionalidade do espaço.

9.4. Qualidade e segurança da obra - executar todos os serviços de acordo com o projeto técnico, garantindo durabilidade, segurança estrutural e conforto aos usuários.

9.5. Otimização de recursos - realizar a contratação de forma unificada, permitindo melhor coordenação dos serviços e aproveitamento eficiente de recursos públicos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. Elaboração e aprovação do Projeto Básico - definir objeto, especificações, cronograma, estimativa de custos e resultados pretendidos.
2. Estudo Técnico Preliminar - comprovar a necessidade da contratação, detalhar aspectos técnicos, econômicos e legais, incluindo análise de indissociabilidade dos serviços.
3. Verificação de disponibilidade orçamentária - confirmar a existência de recursos financeiros no orçamento da Secretaria para cobertura da despesa.
4. Consulta a Painel de Preços e pesquisa de mercado - levantar valores de referência para subsidiar a estimativa de custos e garantir economicidade.
5. Definição da modalidade de contratação - determinar se será por inexigibilidade, dispensa ou licitação, com base na legislação aplicável (Lei nº 14.133/2021).
6. Publicação do aviso de contratação - garantir transparência e publicidade, conforme previsto na legislação, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
7. Revisão e aprovação jurídica - avaliar a conformidade legal do processo e das minutas contratuais.
8. Demais providências específicas do objeto - incluir análise de impactos ambientais, requisitos de acessibilidade e outras exigências legais ou normativas relacionadas à obra.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Durante a fase de planejamento, foi realizada a verificação de possíveis contratações correlatas ou interdependentes relacionadas à execução dos serviços de implantação de acessibilidade no Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS.

Constatou-se não haver contratos vigentes ou processos em andamento que tratem de objeto idêntico ou que dependam diretamente da presente contratação.

Entretanto, ressalta-se que esta iniciativa integra o conjunto de ações voltadas à adequação e melhoria da infraestrutura física das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF, visando garantir condições adequadas de atendimento e cumprimento das normas de acessibilidade e segurança aplicáveis aos equipamentos públicos.

Portanto, a presente contratação não possui interdependência técnica ou operacional imediata com outros contratos, podendo ser executada de forma autônoma, sem prejuízo da continuidade das demais atividades desenvolvidas na unidade.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A execução da reforma no CREAS poderá gerar impactos ambientais de baixa intensidade relacionados principalmente à geração de resíduos de construção civil e à utilização de materiais de obra. Para minimizar os efeitos ambientais, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

1. Gestão de resíduos - segregar, armazenar e destinar corretamente os resíduos da obra, priorizando a reciclagem e o descarte em locais licenciados.
2. Uso racional de materiais - planejar a utilização de materiais de forma eficiente, evitando desperdícios.

3. Controle de ruído e poeira - adotar práticas que reduzam emissão de ruídos e poeira durante a execução da obra, em atenção à legislação municipal e normas de segurança.
4. Sustentabilidade - sempre que possível, priorizar materiais e técnicas construtivas com menor impacto ambiental.

12.2. O cumprimento dessas medidas assegura que a obra seja realizada de forma responsável, minimizando impactos ao meio ambiente e atendendo às normas legais e ambientais aplicáveis.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após a análise das informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para implantação de acessibilidade no Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS é tecnicamente VIÁVEL e necessária, considerando a obrigatoriedade de adequação das edificações públicas às normas de acessibilidade e a relevância social do serviço prestado pela unidade.

A demanda apresenta plena compatibilidade com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, além de atender aos princípios da eficiência, economicidade e acessibilidade universal. O levantamento de mercado evidenciou a existência de soluções técnicas disponíveis e de fornecedores capacitados para execução do objeto, o que demonstra a viabilidade da contratação sob os aspectos técnico e operacional.

Dessa forma, recomenda-se a continuidade do processo administrativo para elaboração do Termo de Referência e demais peças técnicas, visando à realização do procedimento licitatório ou instrumento de contratação cabível, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Ji-Paraná, 4 de fevereiro de 2026.

elaborado e assinado por:

Alandes da Silva Soares
Gerente Especial Administrativo, Contábil e Econômico do FMAS
Decreto nº 1482/GAB/PM/JP/2025

assinado por:

Sirlene Muniz Ferreira e Cândido
Secretária Municipal de Assistência Social e da Família
Decreto nº 0035/GAB/PM/JP/2025



Documento assinado eletronicamente por **ALANDES DA SILVA SOARES, GERENTE ESPECIAL ADMINISTRATIVO/CONTABIL/ECONOMICO**, em 06/02/2026 às 11:57, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIRLENE MUNIZ FERREIRA E CANDIDO, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 06/02/2026 às 11:58, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2405395** e o código verificador **69F05980**.

Referência: [Processo nº 1-6401/2025](#).

Docto ID: 2405395 v1

COMPOSIÇÃO DO BDI

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA %			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
EDIFICAÇÕES	20,34	22,12	25,00

DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA - %			BDI ADOTADO %
	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
Administração Central	3,00	4,00	5,50	4,00
Seguro e Garantia (*)	0,80	0,80	1,00	0,80
Risco	0,97	1,27	1,27	0,97
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39	1,23
Lucro	6,16	7,40	8,96	6,16
COFINS	3,00			3,00
PIS	0,65			0,65
CPRN	4,50			4,50
ISSQN (**)	2,00-5,00			2,00

Fonte da composição, valores de referência e fórmula do BDI: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário

Os valores de BDI acima foram calculados com emprego da fórmula abaixo:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

	Adotado %				
AC: taxa de administração central	4,00				
S: taxa de seguros e garantias	0,80				
R: taxa de riscos	0,97				
DF: taxa de despesas financeiras	1,23				
L: taxa de lucro/ remuneração	6,16	PIS	COFINS	ISS	CPRB
I: taxa de incidência de impostos (PIS, CONFINS, ISS)	5,65	0,65	3,00	2,00	4,50

(*) extraído do acórdão -TCU 2622/2013

Logo:

BDI (%) (SEM CPRB) =	20,47
BDI (%) (COM CPRB) =	26,51

OBS.:

(**) - PERCENTUAL DE ISS DESDE DEVIDAMENTE EMBASADO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

[assinado eletronicamente]
CÍNTIA ROCHA SILVA
Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2
Assessora Executiva - SEMPLAN
Decreto nº 1404/2025





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	BDI	26/08/2025

ID:	1996790	Processo	Documento
CRC:	29803E1A		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:59	Finalização:	26/08/2025 09:45:00

MD5: **08A1CC485C17C3013C37B964418C638E**

SHA256: **FA1842907EFCC6340D56D632FE67FBD8130BE25ED2F5C7F7AF8B81B6CB9A18AD**

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:59
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS


IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:59
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:51:24
---	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996790 e o CRC 29803E1A.



SEMPPLAN
Secretaria Municipal
de Planejamento

Obra
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL

Bancos
SINAPI - 07/2025 -
Rondônia
SBC - 08/2025 -
Rondônia
SICRO3 - 04/2025 -
Rondônia

B.D.I.
20,47%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido
nos preços unitário dos
insumos de mão de obra, de
acordo com as bases.

Cronograma Físico e Financeiro			
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	100,00%	100,00%
		4.897,34	4.897,34
2	TAXAS E EMOLUMENTOS	100,00%	100,00%
		306,70	306,70
3	DEMOLIÇÕES	100,00%	100,00%
		4.225,73	4.225,73
4	REFORMA	100,00%	100,00%
		102.943,89	102.943,89
5	LIMPEZA FINAL	100,00%	100,00%
		337,00	337,00
Porcentagem			100,0%
Custo			112.710,66
Porcentagem Acumulado			100,0%
Custo Acumulado			112.710,66

[assinado eletronicamente]
CÍNTIA ROCHA SILVA
Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2
Assessora Executiva - SEMPLAN
Decreto nº 1404/2025



Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CFF	26/08/2025

ID:	1996791	Processo	Documento
CRC:	CE74F450		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:45:00	Finalização:	26/08/2025 09:45:00

MD5: E57804CB137ADE1D0D2C744F87863671

SHA256: 648B56562253166CFBDAC90D9671A494BE7F50E039CB5D4729AD8FE85A243620

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:45:00
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:45:00
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:51:41
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996791 e o CRC CE74F450.



SEMPPLAN
Secretaria Municipal
de Planejamento

Composições Analíticas com Preço Unitário
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL

Bancos
SINAPI - 07/2025 - Rondônia
SBC - 08/2025 - Rondônia
SICRO3 - 04/2025 - Rondônia

B.D.I.
20,47%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-ADM	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0000000	4.065,20	4.065,20
Composição	OBRA CREAS							
Auxiliar	100305	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	4,0000000	116,90	467,60
Composição	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	120,0000000	29,98	3.597,60
Auxiliar								
				MO sem LS =>		3.711,64	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>		832,14	MO com LS =>	3.711,64
							Valor com BDI =>	4.897,34
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0000000	254,59	254,59
Insumo	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	Taxas	UN	1,0000000	254,59	254,59
				MO sem LS =>		0,00	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>		52,11	MO com LS =>	0,00
							Valor com BDI =>	306,70
3.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-022525	Próprio	REMOÇÃO DE BANCADA DE GRANITO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000	68,11	68,11
Composição	(SBC 12/2022)							
Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,8210000	26,93	49,03
Composição	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6070000	31,44	19,08
Auxiliar								
				MO sem LS =>		49,73	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>		13,94	MO com LS =>	49,73
							Valor com BDI =>	82,05
4.1.2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	112561	SBC	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX (NBR 9050)	ESQUADRIAS DE ALUMINIO	M	1,0000000	916,75	916,75
Insumo	036594	SBC	TUBO AÇO INOX AISI 304 REDONDO 1 1/2" (38,10mm) ESPESSURA DA PAREDE 1,2 mm	Material	M	2,8750000	154,00	442,75
Insumo	036595	SBC	TUBO AÇO INOX AISI 304 REDONDO 1" (25,40mm) ESPESSURA DA PAREDE 1,2 mm	Material	M	9,6790000	29,97	290,07
Insumo	099230	SBC	SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	5,4050000	20,54	111,00
Insumo	099662	SBC	AJUDANTE DE SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	4,4400000	16,43	72,93
				MO sem LS =>		183,93	LS =>	0,00
				Valor do BDI =>		187,65	MO com LS =>	183,93
							Valor com BDI =>	1.104,40
4.1.2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total



Composição	112660	SBC	CORRIMAO ALUMINIO CHATO COM SUPORTES E TERMINACOES	ESQUADRIAS DE ALUMINIO	M	1,0000000	393,86	393,86
Insumo	099230	SBC	SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	1,7810000	20,54	36,57
Insumo	099662	SBC	AJUDANTE DE SERRALHEIRO	Mão de Obra	H	1,7810000	16,43	29,25
Insumo	000100	SBC	AREIA GROSSA LAVADA	Material	m³	0,0010000	151,96	0,15
Insumo	001718	SBC	CORRIMAO ALUMINIO ANODIZADO FOSCO	Material	M	1,0000000	327,55	327,55
Insumo	000050	SBC	CIMENTO PORTLAND CP III 32RS NBR 11578 (quilo)	Material	KG	0,3200000	1,08	0,34

MO sem LS =>65,82LS =>0,00MO com LS =>65,82

Valor do BDI =>80,62Valor com BDI =>474,48

4.3.3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU - 100675 (SINAPI 01/2023)	Próprio	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE , FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	1,0000000	2.494,88	2.494,88
Composição Auxiliar	100874	SINAPI	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0000000	324,53	324,53
Composição Auxiliar	90830	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDR OS	UN	1,0000000	171,59	171,59
Composição Auxiliar	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6870000	29,67	20,38
Insumo	00039493	SINAPI	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	Material	UN	1,0000000	1.117,81	1.117,81
Insumo	00012759	SINAPI	CHAPA ACO INOX AISI 304 NUMERO 9 (E = 4 MM), ACABAMENTO NUMERO 1 (LAMINADO A QUENTE, FOSCO)	Material	M²	0,7200000	1.143,60	823,39
Insumo	00038124	SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	Material	UN	1,1620000	32,00	37,18

MO sem LS =>75,55LS =>0,00MO com LS =>75,55

Valor do BDI =>510,70Valor com BDI =>3.005,58

4.3.4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU-89957 (SINAPI 02-2024)	Próprio	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0000000	140,97	140,97
Composição Auxiliar	89362	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,1800000	10,91	12,87
Composição Auxiliar	89366	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0000000	17,77	17,77



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

Composição Auxiliar	89395	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	0,8900000	14,98	13,33
Composição Auxiliar	90466	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	M	2,1400000	18,23	39,01
Composição Auxiliar	89356	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	M	2,1400000	27,10	57,99

MO sem LS => 83,03 LS => 0,00 MO com LS => 83,03
Valor do BDI => 28,85 Valor com BDI => 169,82

4.3.4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	053028	SBC	PONTO ESGOTO SANITARIO SECUNDARIO PVC	INSTALACOES HIDRAULICAS - ESGOTO	UN	1,0000000	104,82	104,82
Insumo	003487	SBC	LIXA PARA MADEIRA S422 NORTON 100	Material	UN	0,0080000	56,38	0,45
Insumo	003389	SBC	ADESIVO PARA PVC bisnaga de 75 gramas	Material	UN	0,0140000	15,90	0,22
Insumo	099034	SBC	AJUDANTE DE BOMBEIRO OU ENCANADOR	Mão de Obra	H	2,2940000	16,43	37,68
Insumo	002690	SBC	JOELHO 90 PVC ESGOTO SERIE NORMAL 40mm	Material	UN	1,0000000	1,75	1,75
Insumo	099200	SBC	BOMBEIRO OU ENCANADOR	Mão de Obra	H	2,8150000	20,54	57,81
Insumo	002697	SBC	TUBO PVC ESGOTO SERIE NORMAL 40mm (METRO)	Material	M	1,1000000	5,65	6,21
Insumo	003889	SBC	SOLUCAO LIMPADORA PARA TUBOS PVC FRASCO 1 LITRO	Material	UN	0,0150000	46,90	0,70

MO sem LS => 95,49 LS => 0,00 MO com LS => 95,49
Valor do BDI => 21,45 Valor com BDI => 126,27

4.3.5.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	202336	SBC	KIT BARRA DE APOIO LATERAL P/ LAVATORIO CENTRALIZADO 40CM	ACESSIBILIDADE	UN	1,0000000	191,10	191,10
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,5890000	16,43	9,67
Insumo	061229	SBC	ACESSIBILIDADE - KIT BARRA DE APOIO LATERAL PARA LAVATORIO CENTRALIZADO 40cm	Material	UN	1,0000000	169,34	169,34
Insumo	099050	SBC	PEDREIRO	Mão de Obra	H	0,5890000	20,54	12,09

MO sem LS => 21,76 LS => 0,00 MO com LS => 21,76
Valor do BDI => 39,11 Valor com BDI => 230,21

5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU- 9537	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	1,0000000	3,77	3,77
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1400000	26,93	3,77

MO sem LS => 2,71 LS => 0,00 MO com LS => 2,71
Valor do BDI => 0,77 Valor com BDI => 4,54



Composições Auxiliares

Total sem BDI	93.562,17
Total do BDI	19.148,49
Total Geral	112.710,66

[assinado eletronicamente]
CÍNTIA ROCHA SILVA
Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2
Assessora Executiva - SEMPLAN
Decreto nº 1404/2025





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CPU	26/08/2025

ID:	1996792	Processo	Documento
CRC:	DA721ED4		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:45:00	Finalização:	26/08/2025 09:45:00

MD5: **2F08F309371C7A1E0AF0F812E8344F6F**

SHA256: **50ACE703E2BCF652AF38C79C092E36B9DAB91BB9506787B4F23AC84BEE5E97A1**

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO	26/08/2025 09:45:00
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:45:00
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:51:52
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996792 e o CRC DA721ED4.



Obra
**IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL**

Bancos
**SINAPI - 07/2025 - Rondônia
SBC - 08/2025 - Rondônia
SICRO3 - 04/2025 - Rondônia**

B.D.I.
20,47%

Encargos Sociais
**Não Desonerado: embutido nos preços
unitário dos insumos de mão de obra, de
acordo com as bases.**

Curva ABC de Serviços

Classif.	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
A	112561	SBC	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÍ INOX (NBR 9050)	ESQUADRIAS DE ALUMINIO	M	26,7	1.104,40	29.487,48	26,16	26,16
	105000	SINAPI	RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA ACESSO A EDIFICAÇÕES COM INCLINAÇÃO DE 8,33% EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, COM LARGURA DE 1,20M, FCK 25MPA, NÃO ARMADA, COM JUNTA A CADA 2M COM CORTE À SECO. AF_03/2024	URBA - URBANIZAÇÃO	M	10,48	2.102,59	22.035,14	19,55	45,71
	CPU - Próprio 100675 (SINAPI 01/2023)		KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	UN	2,0	3.005,58	6.011,16	5,33	51,05
	87251	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023 PE	PISO - PISOS	m²	68,76	75,17	5.168,68	4,59	55,63
	87273	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023 PE	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	53,18	93,56	4.975,52	4,41	60,05
	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	PARE - PAREDES/PAINEIS	m²	29,91	164,73	4.927,07	4,37	64,42
	CPU-ADM OBRA 87794	Próprio SINAPI	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	UN	1,0	4.897,34	4.897,34	4,35	68,76
			EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	65,1	65,60	4.270,56	3,79	72,55
	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	PISO - PISOS	m²	27,3	126,95	3.465,73	3,07	75,63
	102073	SINAPI	ESCADA EM CONCRETO ARMADO MOLDADO IN LOCO, FCK 25 MPA, COM 1 LANCE E LAJE PLANA, FÔRMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA. AF_11/2020	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	0,6	5.751,12	3.450,67	3,06	78,69
B	101094	SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	PISO - PISOS	M	14,5	221,11	3.206,09	2,84	81,53
	90844	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS	UN	2,0	1.418,19	2.836,38	2,52	84,05



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

B B B B B B B B B B	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	81,13	34,12	2.768,15	2,46	86,50
	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	4,0	429,07	1.716,28	1,52	88,03
	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	11,99	103,78	1.244,32	1,10	89,13
	91011	SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS	UN	2,0	616,62	1.233,24	1,09	90,23
	86939	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	2,0	586,27	1.172,54	1,04	91,27
	112660	SBC	CORRIMAO ALUMINIO CHATO COM SUPORTES E TERMINACOES	ESQUADRIAS DE ALUMINIO	M	2,41	474,48	1.143,49	1,01	92,28
	100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	2,0	413,85	827,70	0,73	93,01
	CPU-89957 (SINAPI 02-2024)	Próprio	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	4,0	169,82	679,28	0,60	93,62
	97635	SINAPI	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	27,73	23,66	656,09	0,58	94,20
	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	59,82	10,04	600,59	0,53	94,73
C C C C C C	102214	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	PINT - PINTURAS	m²	20,4	28,91	589,76	0,52	95,26
	053028	SBC	PONTO ESGOTO SANITARIO SECUNDARIO PVC	INSTALACOES HIDRAULICAS - ESGOTO	UN	4,0	126,27	505,08	0,45	95,70
	202336	SBC	KIT BARRA DE APOIO LATERAL P/ LAVATORIO CENTRALIZADO 40CM	ACESSIBILIDADE	UN	2,0	230,21	460,42	0,41	96,11
	95470	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	1,0	450,82	450,82	0,40	96,51
	86904	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	2,0	216,56	433,12	0,38	96,90
	103322	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	PARE - PAREDES/PAINEIS	m²	5,28	81,23	428,89	0,38	97,28
C C	105023	SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M	4,58	91,53	419,20	0,37	97,65
	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	UN	4,0	92,41	369,64	0,33	97,98



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

CCCCCCCC	89356	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	INHI - INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	M	11,0	32,64	359,04	0,32	98,30
	CPU- 9537 (SINAPI)	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	74,23	4,54	337,00	0,30	98,59
	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	UN	1,0	306,70	306,70	0,27	98,87
	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m³	3,18	84,64	269,15	0,24	99,11
	95544	SINAPI	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	UN	4,0	55,92	223,68	0,20	99,30
	86906	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	INHI - INSTALAÇÕES HIDROSANITÁRIAS	UN	2,0	92,29	184,58	0,16	99,47
	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	13,02	14,08	183,32	0,16	99,63
	100981	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	m³	8,51	12,69	107,99	0,10	99,73
	97663	SINAPI	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	UN	4,0	18,63	74,52	0,07	99,79
	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	M3XKM	20,42	3,37	68,81	0,06	99,85
	97087	SINAPI	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	19,99	3,39	67,76	0,06	99,91
	CPU- 022525	Próprio	REMOÇÃO DE BANCADA DE GRANITO	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	0,75	82,05	61,53	0,05	99,97
C	104790	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m³	0,25	144,68	36,17	0,03	100,00

Total sem BDI 93.562,17
Total do BDI 19.148,49
Total Geral 112.710,66

[assinado eletronicamente]
CÍNTIA ROCHA SILVA
Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2
Assessora Executiva - SEMPLAN
Decreto nº 1404/2025





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	CURVA ABC	26/08/2025

ID:	1996793	Processo	Documento
CRC:	2604C4F1		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:45:00	Finalização:	26/08/2025 09:45:00

MD5: 7FDCDC1D86491F24ABBA54B885781D81

SHA256: 726A02646BC34F38BB59144AD6188B70951957E92E1DC6E2C2AB69359A8993D2

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:45:00
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:45:00
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:52:03
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996793 e o CRC 2604C4F1.

Obra
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL



SEMPPLAN
Secretaria Municipal
de Planejamento

Observações

Item	Descrição	Und	Quant.	Observações
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA			
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	UN	1,0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA COMPOSTA POR: ENGENHEIRO CIVIL= 1Mês X (1h/dia X 1dia/Sem.) X 4 Sem/Mês= 4H ENCARREGADO= 1Mês X (6h/dia X 5dia/Sem.) X 4 Sem/Mês= 120H
2	TAXAS E EMOLUMENTOS			
2.1	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1,0	1 ART DE EXECUÇÃO DE OBRA
3	DEMOLIÇÕES			
3.1	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	27,73	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE PISO DEMOLIDO: PISO INTERTRAVADO (ENTRADA)= 27,73m²
3.2	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	0,25	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE PISO DEMOLIDO: PISO DE CONCRETO (CALÇADA)= 0,25m³
3.3	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	3,18	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE ALVENARIA DEMOLIDA: PAREDE EM ALVENARIA= 3,18m³
3.4	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	81,13	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE PISO DEMOLIDO: REVESTIMENTO CERÂMICO (PISO)= 16,93m² REVESTIMENTO CERÂMICO (PAREDE): (Perímetro X Pé Direito): WC ADM= (1,59+1,59+2,62+1,74+1,74+2,62) X 2,92= 34,74m² - (J2+J3+P3)= 34,74m² - (0,60m²+0,36m²+1,68m²)= 32,10m² WC PÚBLICO= (1,59+1,59+2,62+1,74+1,74+2,62) X 2,92= 34,74m² - (J2+J3+P3)= 34,74m² - (0,60m²+0,36m²+1,68m²)= 32,10m² TOTAL GERAL= (16,93+32,10+32,10)= 81,13m²



SEMPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

3.5	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	13,02	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO E TABELA DE PORTAS DEMOLIDAS: P3= (2,10 X 0,80) X 6 un= 10,08m² P4= (2,10 X 0,70) X 2un= 2,94m² TOTAL= 13,02m²
3.6	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO: WC ADM= 2 CUBAS WC PÚBLICO= 1 BACIA SANITÁRIA + 1 LAVATÓRIO DE COLUNA TOTAL= 04 UN
3.7	REMOÇÃO DE BANCADA DE GRANITO	m²	0,75	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA DEMOLIÇÃO: WC ADM= BANCADA= (1,40 X 0,54)= 0,75m²
3.8	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	8,51	PARA SE OBTER O VOLUME DE ENTULHOS PARA DESCARTE NO BOTA FORA, FOI CONSIDERADO OS ELEMENTOS DE DEMOLIÇÃO DA OBRA SOMADO COM OS 25% DE EMPOLAMENTO, LOGO: ITEM 3.1= 27,73m² x 0,10m= 2,77m³ ITEM 3.2= 0,25m³ ITEM 3.3= 3,18m³ ITEM 3.4= 81,13m² x 0,02m= 1,62m³ ITEM 3.5= 13,02m² x 0,035m= 0,45m³ ITEM 3.6= VASOS= (0,64X0,38X0,50)= 0,12m³ PIA= (0,40X0,45X0,30) X 2UN= 0,10m³ ITEM 3.7= 0,75m² x 0,03= 0,02m³ TOTAL= (2,77+0,25+3,18+1,62+0,45+0,12+0,10+0,02)= 8,51m³
3.9	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	20,42	CONFORME PROJETO DE LOCAÇÃO E ROTA DO BOTA-FORA, PRANCHA LOC 01/01: OBS.: PARA O TRANSPORTE DOS ENTULHOS ATÉ O BOTA-FORA CONSIDERAR O VOLUME TOTAL DE ENTULHOS (Conforme item 3.8) E MULTIPLICAR PELA DISTÂNCIA. DISTÂNCIA DA OBRA ATÉ O BOTA FORA= 2,4KM LOGO: 8,51m³ X 2,4KM = 20,42m³/KM
4	REFORMA			
4.1	ENTRADA PRINCIPAL			
4.1.1	ESCADA E RAMPA			



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.1.1.1	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	11,99	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 e 03/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, CORTE AA, PERSPECTIVA ESCADA, E PERSPECTIVA RAMPA: ESCADA (Aterro a partir do 2º degrau): DEGRAU 02= (2,55 x 0,30 x 0,40)= 0,30m³ DEGRAU 03= (2,55 x 0,30 x 0,60)= 0,45m³ DEGRAU 04= (2,55 x 0,30 x 0,80)= 0,60m³ RAMPA= {A=(b X h)/2} : A= (7,76 X 0,57)/2= 2,21m² X 1,40m (Comprimento da rampa)= 3,09m³ PATAMAR + PISO DA ENTRADA: Patamar= (2,00 x 2,41 x 0,72)= 3,47m³ Patamar/Piso Entrada= (2,00 x 2,55 x 0,80)= 4,08m³ TOTAL = (0,30+0,45+0,60+3,09+3,47+4,08)= 14,99m³
4.1.1.2	ESCADA EM CONCRETO ARMADO MOLDADO IN LOCO, FCK 25 MPA, COM 1 LANCE E LAJE PLANA, FÔRMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA. AF_11/2020	m³	0,6	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 e 03/05: VER PLANTA BAIXA CONSTRUIR E DETALHE ESCADA: (L x P x H) = (2,55 X 0,30 X 0,20)x 4 DEGRAUS= 0,60m³ OBS.: Considerado espessura dos degraus de 0,20m conforme detalhamento. A diferença do desnível deverá ser aterrado e realizado fechamento em alvenaria.
4.1.1.3	RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA ACESSO A EDIFICAÇÕES COM INCLINAÇÃO DE 8,33% EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, COM LARGURA DE 1,20M, FCK 25MPA, NÃO ARMADA, COM JUNTA A CADA 2M COM CORTE À SECO. AF_03/2024	M	10,48	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA CONSTRUIR: RAMPA ACESSÍVEL ENTRADA= (9,47+1,01)= 10,48m
4.1.1.4	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	5,28	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 03/05: VER PLANTA BAIXA FINAL, CORTE AA E PERSPECTIVA ESCADA: ESCADA= {A=(b X h)/2} : A= (1,24 X 0,70)/2= 0,43m² X 2 Lados da Escada= 0,86m² RAMPA= {A=(b X h)/2} : A= (7,76 X 0,57)/2= 2,21m² X 2 Lados da Rampa= 4,42m² TOTAL = (0,86+4,42)= 5,28m²



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.1.1.5	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	m²	5,28	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 03/05: VER PLANTA BAIXA FINAL, CORTE AA E PERSPECTIVA ESCADA: ESCADA= $\{A=(b \times h)/2\}$: $A= (1,24 \times 0,70)/2= 0,43m^2 \times 2$ Lados da Escada= 0,86m² RAMPA= $\{A=(b \times h)/2\}$: $A= (7,76 \times 0,57)/2= 2,21m^2 \times 2$ Lados da Rampa= 4,42m² TOTAL = (0,86+4,42)= 5,28m²
4.1.2	ACESSIBILIDADE			
4.1.2.1	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO INOX (NBR 9050)	M	26,7	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 05/05: VER PLANTA DE ACESSIBILIDADE: GUARDA-CORPO E CORRIMÃO METÁLICO= (9,47+2,00+1,01+9,22+1,50+3,50)= 26,70m
4.1.2.2	CORRIMÃO ALUMÍNIO CHATO COM SUPORTES E TERMINAÇÕES	M	2,41	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 05/05: VER PLANTA DE ACESSIBILIDADE: CORRIMÃO METÁLICO= 2,41m
4.1.2.3	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M	14,5	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 05/05: VER PLANTA DE ACESSIBILIDADE E LEGENDA PISO TÁTIL: PISO TÁTIL ALERTA= 53un PISO TÁTIL DIRECIONAL= 05un TOTAL= (53+05)= 58un X 0,25m (Largura)= 14,50m
4.2	CALÇADAS - FRENTE E LATERAL			
4.2.1	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	m²	19,99	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA CONSTRUIR: CONSIDERAR CAMADA SEPARADORA NA CALÇADA DA ENTRADA PRINCIPAL: $= (7,84 \times 2,55)= 19,99m^2$
4.2.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	m²	27,3	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PERSPECTIVA RAMPA/ESCADA E TABELA DE PISO-REFORMA: PISO DE CONCRETO (CALÇADA)= 24,50m² PATAMAR= (2,00 X 1,40)= 2,80m² TOTAL= (24,50 + 2,80)= 27,30m²
4.3	BANHEIROS			
4.3.1	PAREDES			
4.3.1.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	29,91	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 - VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E TABELA DE ALVENARIA CONSTRUÍDA REFORMA: PAREDE EM ALVENARIA= 29,91m²
4.3.1.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	59,82	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 - VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E TABELA DE ALVENARIA CONSTRUÍDA REFORMA: PAREDE EM ALVENARIA= 29,91m² x 2 LADOS DA PAREDE= 59,82m²



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.3.1.3	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	m²	59,82	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 - VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E TABELA DE ALVENARIA CONSTRUÍDA REFORMA: PAREDE EM ALVENARIA= 29,91m² x 2 LADOS DA PAREDE= 59,82m²
4.3.1.4	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	m²	53,18	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 e 03/05 - VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E PLANTA BAIXA FINAL: Obs.: (Perímetro X Pé Direito) - Vãos: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= (9,96m X 2,92m)= 29,08m² - (J2+P4)= 29,08m² - (0,60m² + 1,89m²)= 26,59m² SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= (9,96m X 2,92m)= 29,08m² - (J2+P4)= 29,08m² - (0,60m² + 1,89m²)= 26,59m² TOTAL= (26,59+26,59)= 53,18m²
4.3.2	PISO			
4.3.2.1	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	m²	68,76	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 - VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E TABELA DE PISO-REFORMA: REVESTIMENTO CERÂMICO= 68,76m²
4.3.3	ESQUADRIAS			
4.3.3.1	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	4,58	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 E 03/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE ESQUADRIAS: P4= (2,10 x 0,90) + 0,20m de transpasse para cada lado= 2,29m X 2un= 4,58m OBS.: Será pago apenas para estas portas porque serão portas novas, as demais serão apenas trocadas.
4.3.3.2	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE , FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 E 03/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE PORTAS-NOVAS: P4= 2UN
4.3.3.3	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 E 03/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE PORTAS-NOVAS: P3= 2UN



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.3.3.4	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	12,84	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 03/05 e 05/05: VER PLANTA BAIXA FINAL, TABELA DE PORTAS-NOVAS E DETALHE PORTA ACESSÍVEL: P3= (2,10 X 0,80)= 1,68m² x 2 lados da porta= 3,36m² x 2 portas= 6,72m² P4= (1,70 x 0,90)= 1,53m² x 2 lados da porta= 3,06m² x 2 portas= 6,12m² TOTAL= 12,84m² OBS.: Na P4 foi descontado os 0,40m da chapa de aço inox na parte inferior da esquadria
4.3.4	HIDROSSANITÁRIO			
4.3.4.1	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR: OBS.: Considerar 01 Ponto Subramal para cada Lavatório: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01UN SANITÁRIO FEM= 01UN SANITÁRIO MAS= 01UN TOTAL = 04 PONTOS
4.3.4.2	PONTO ESGOTO SANITARIO SECUNDARIO PVC	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR: OBS.: Considerar 01 Ponto de Esgoto secundário para cada Lavatório: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01UN SANITÁRIO FEM= 01UN SANITÁRIO MAS= 01UN TOTAL = 04 PONTOS
4.3.4.3	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	11,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 03/05: VER PLANTA BAIXA FINAL E CORTE AA: OBS.: Considerar distância da Caixa D'água até o ponto de saída de água do Lavatório, e adicionar +2,00m de sobra: SANITÁRIO MASC= 2,25m SANITÁRIO FEM= 2,25m SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 2,25m SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 2,25m TOTAL = 9,00m + 2,00m = 11,00m
4.3.4.4	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,0	CONFORME PROJETO ARQUITETONICO PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR: SANITARIO MASC= 01UN



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.3.4.5	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETONICO PRANCHA ARQ 02/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR: SANITÁRIO FEM= 01UN SANITÁRIO MASC= 01UN TOTAL= 02UN
4.3.4.6	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETONICO PRANCHA ARQ 02/05 E 05/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E DETALHE SANITÁRIOS ACESSÍVEIS: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01UN TOTAL= 02UN
4.3.4.7	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETONICO PRANCHA ARQ 02/05 E 05/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR E DETALHE SANITÁRIOS ACESSÍVEIS: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01UN TOTAL= 02UN Obs.: Pagar torneira apenas para os Sanitários acessíveis. As torneiras dos outros sanitários já estão inclusas na composição do Lavatório de coluna
4.3.5	ACESSÓRIOS			
4.3.5.1	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 03/05: VER PLANTA BAIXA FINAL: CONSIDERAR 01 PAPELEIRA EM CADA SANITÁRIO: = 04UN
4.3.5.2	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 03/05: VER PLANTA BAIXA FINAL: CONSIDERAR 01 PAPELEIRA EM CADA SANITÁRIO: = 04UN
4.3.5.3	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 05/05: VER DETALHE DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01 UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01 UN TOTAL= 02UN
4.3.5.4	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 05/05: VER DETALHE DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 02 UN SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 02 UN TOTAL= 04UN



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.3.5.5	KIT BARRA DE APOIO LATERAL P/ LAVATORIO CENTRALIZADO 40CM	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 05/05: VER DETALHE DOS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS: SANITÁRIO ACESSÍVEL FEM= 01 KIT SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC= 01 KIT TOTAL= 02 KITs
4.4	GERAL			
4.4.1	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,0	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 E 03/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE PORTAS-NOVAS: P5= 2UN
4.4.2	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	7,56	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05 E 03/05: VER PLANTA BAIXA-CONSTRUIR, PLANTA BAIXA FINAL E TABELA DE PORTAS-NOVAS: P5= (2.10 x 0.90)= 1.89m² x 2un= 3.78m² x 2 lados da porta= 7.56m²
5	LIMPEZA FINAL			
5.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	74,23	CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO - PRANCHA ARQ 02/05: VER CARIMBO-QUADRO DE ÁREAS E PLANTA BAIXA CONSTRUIR, CONSIDERAR APENAS OS LOCAIS QUE PASSARÃO POR INTERVENÇÕES: CALÇADAS= 54,67m² BANHEIROS= (5,39m X 3,63m)= 19,56m² TOTAL= (54,67m² + 19,56m²)= 74,23m²

[assinado eletronicamente]

CÍNTIA ROCHA SILVA

Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2

Assessora Executiva - SEMPLAN

Decreto nº 1404/2025







Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	MEMO DE CALCULO	26/08/2025

ID:	1996794	Processo	Documento
CRC:	25D1D2C4		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:45:00	Finalização:	26/08/2025 09:45:01

MD5:	22E3A9764262C6F74BB5FD74B1D1953A
SHA256:	7C77E66F7F08D043003F40BC8D223CC4A14DD37DEE43D502F2B37351B0DAD6FE

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:45:00
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:45:00
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:52:14
---	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996794 e o CRC 25D1D2C4.



Obra
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL

Bancos
SINAPI - 07/2025 - Rondônia
SBC - 08/2025 - Rondônia
SICRO3 - 04/2025 - Rondônia

B.D.I.
20,47%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido
nos preços unitário dos
insumos de mão de obra,
de acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição						Quant.	Total	Peso (%)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA						1	4.897,34	4,35 %
2	TAXAS E EMOLUMENTOS						1	306,70	0,27 %
3	DEMOLIÇÕES						1	4.225,73	3,75 %
4	REFORMA						1	102.943,89	91,33 %
5	LIMPEZA FINAL						1	337,00	0,30 %

Total sem BDI 93.562,17
Total do BDI 19.148,49
Total Geral 112.710,66

[assinado eletronicamente]

CÍNTIA ROCHA SILVA
Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2
Assessora Executiva - SEMPLAN
Decreto nº 1404/2025





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	RESUMO	26/08/2025

ID:	1996795	Processo	Documento
CRC:	B4DB3609		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:45:01	Finalização:	26/08/2025 09:45:01

MD5: 6368100056822FE603DD5DF89FDA14AE

SHA256: 3EE1542509CF810CA4963688C530F9B9D76E88FFB2A62B0EBCD7A39FE9A9B717

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:45:01
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:45:01
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:52:24
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996795 e o CRC B4DB3609.

SEMPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25



Obra
IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL

Bancos
SINAPI - 07/2025 -
Rondônia
SBC - 08/2025 - Rondônia
SICRO3 - 04/2025 -
Rondônia

B.D.I.
20,47%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA		1		4.897,34	4.897,34	4,35 %
1.1	CPU-ADM OBRA	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	UN	1	4.065,20	4.897,34	4.897,34	4,35 %
2			TAXAS E EMOLUMENTOS		1		306,70	306,70	0,27 %
2.1	CREA - RO	Próprio	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1	254,59	306,70	306,70	0,27 %
3			DEMOLIÇÕES		1		4.225,73	4.225,73	3,75 %
3.1	97635	SINAPI	REMOÇÃO DE PISO DE BLOCO INTERTRAVADO OU DE PEDRA PORTUGUESA, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	27,73	19,64	23,66	656,09	0,58 %
3.2	104790	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	0,25	120,10	144,68	36,17	0,03 %
3.3	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	3,18	70,26	84,64	269,15	0,24 %
3.4	97633	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	81,13	28,33	34,12	2.768,15	2,46 %
3.5	97644	SINAPI	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m²	13,02	11,69	14,08	183,32	0,16 %
3.6	97663	SINAPI	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	4	15,47	18,63	74,52	0,07 %
3.7	CPU- 022525	Próprio	REMOÇÃO DE BANCADA DE GRANITO	m²	0,75	68,11	82,05	61,53	0,05 %
3.8	100981	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	8,51	10,54	12,69	107,99	0,10 %
3.9	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	20,42	2,80	3,37	68,81	0,06 %
4			REFORMA		1		102.943,89	102.943,89	91,33 %
4.1			ENTRADA PRINCIPAL		1		61.342,44	61.342,44	54,42 %
4.1.1			ESCADA E RAMPA		1		27.505,38	27.505,38	24,40 %



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.1.1.1	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	11,99	86,15	103,78	1.244,32	1,10 %
4.1.1.2	102073	SINAPI	ESCADA EM CONCRETO ARMADO MOLDADO IN LOCO, FCK 25 MPA, COM 1 LANCE E LAJE PLANA, FÔRMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA. AF_11/2020	m³	0,6	4.773,91	5.751,12	3.450,67	3,06 %
4.1.1.3	105000	SINAPI	RAMPA DE ACESSIBILIDADE PARA ACESSO A EDIFICAÇÕES COM INCLINAÇÃO DE 8,33% EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, COM LARGURA DE 1,20M, FCK 25MPA, NÃO ARMADA, COM JUNTA A CADA 2M COM CORTE À SECO. AF_03/2024	M	10,48	1.745,33	2.102,59	22.035,14	19,55 %
4.1.1.4	103322	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	5,28	67,43	81,23	428,89	0,38 %
4.1.1.5	87794	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	m²	5,28	54,46	65,60	346,36	0,31 %
4.1.2			ACESSIBILIDADE		1		33.837,06	33.837,06	30,02 %
4.1.2.1	112561	SBC	GUARDA-CORPO EM TUBO DE Aço INOX (NBR 9050)	M	26,7	916,75	1.104,40	29.487,48	26,16 %
4.1.2.2	112660	SBC	CORRIMAO ALUMINIO CHATO COM SUPORTES E TERMINACOES	M	2,41	393,86	474,48	1.143,49	1,01 %
4.1.2.3	101094	SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M	14,5	183,54	221,11	3.206,09	2,84 %
4.2			CALÇADAS - FRENTE E LATERAL		1		3.533,49	3.533,49	3,14 %
4.2.1	97087	SINAPI	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF_09/2021	m²	19,99	2,82	3,39	67,76	0,06 %
4.2.2	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	m²	27,3	105,38	126,95	3.465,73	3,07 %
4.3			BANHEIROS		1		35.013,03	35.013,03	31,06 %
4.3.1			PAREDES		1		14.427,37	14.427,37	12,80 %
4.3.1.1	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	29,91	136,74	164,73	4.927,07	4,37 %
4.3.1.2	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	59,82	8,34	10,04	600,59	0,53 %



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.3.1.3	87794	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_09/2022	m²	59,82	54,46	65,60	3.924,19	3,48 %
4.3.1.4	87273	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF 02/2023 PE	m²	53,18	77,67	93,56	4.975,52	4,41 %
4.3.2			PISO		1		5.168,68	5.168,68	4,59 %
4.3.2.1	87251	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF 02/2023 PE	m²	68,76	62,40	75,17	5.168,68	4,59 %
4.3.3			ESQUADRIAS		1		8.034,80	8.034,80	7,13 %
4.3.3.1	105023	SINAPI	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF 03/2024	M	4,58	75,98	91,53	419,20	0,37 %
4.3.3.2	CPU - 100675 (SINAPI 01/2023)	Próprio	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, INCLUSIVE FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO, ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE , FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2	2.494,88	3.005,58	6.011,16	5,33 %
4.3.3.3	91011	SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	UN	2	511,85	616,62	1.233,24	1,09 %
4.3.3.4	102214	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF 01/2021	m²	12,84	24,00	28,91	371,20	0,33 %
4.3.4			HIDROSSANITÁRIO		1		3.784,46	3.784,46	3,36 %
4.3.4.1	CPU-89957 (SINAPI 02-2024)	Próprio	PONTO DE CONSUMO TERMINAL DE ÁGUA FRIA (SUBRAMAL) COM TUBULAÇÃO DE PVC, DN 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE ÁGUA	UN	4	140,97	169,82	679,28	0,60 %
4.3.4.2	053028	SBC	PONTO ESGOTO SANITARIO SECUNDARIO PVC	UN	4	104,82	126,27	505,08	0,45 %
4.3.4.3	89356	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	11	27,10	32,64	359,04	0,32 %
4.3.4.4	95470	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1	374,22	450,82	450,82	0,40 %
4.3.4.5	86939	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, *44 X 35,5* CM, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E COM TORNEIRA CROMADA PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2	486,66	586,27	1.172,54	1,04 %
4.3.4.6	86904	SINAPI	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2	179,77	216,56	433,12	0,38 %



SEMPPLAN ENGENHARIA - JI-PARANA
CNPJ: 04.092.672/0001-25

4.3.4.7	86906	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2	76,61	92,29	184,58	0,16 %
4.3.5			ACESSÓRIOS		1		3.597,72	3.597,72	3,19 %
4.3.5.1	95544	SINAPI	PAPELEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO SEM TAMPA, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	4	46,42	55,92	223,68	0,20 %
4.3.5.2	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	4	76,71	92,41	369,64	0,33 %
4.3.5.3	100867	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2	343,53	413,85	827,70	0,73 %
4.3.5.4	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	4	356,17	429,07	1.716,28	1,52 %
4.3.5.5	202336	SBC	KIT BARRA DE APOIO LATERAL P/ LAVATORIO CENTRALIZADO 40CM	UN	2	191,10	230,21	460,42	0,41 %
4.4			GERAL		1		3.054,93	3.054,93	2,71 %
4.4.1	90844	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2	1.177,22	1.418,19	2.836,38	2,52 %
4.4.2	102214	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	7,56	24,00	28,91	218,55	0,19 %
5			LIMPEZA FINAL		1		337,00	337,00	0,30 %
5.1	CPU- 9537 (SINAPI)	Próprio	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	74,23	3,77	4,54	337,00	0,30 %

Total sem BDI	93.562,17
Total do BDI	19.148,49
Total Geral	112.710,66

[assinado eletronicamente]

CÍNTIA ROCHA SILVA

Arquiteta e Urbanista - CAU A-272562-2

Assessora Executiva - SEMPLAN

Decreto nº 1404/2025



ID: 1996796 e CRC: 621B5797



Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Planilha Orçamentária	SINTETICO	26/08/2025

ID:	1996796	Processo	Documento
CRC:	621B5797		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:45:01	Finalização:	26/08/2025 09:45:01

MD5: B569893DC49FFB96204CFDB527A35421

SHA256: E26C4217711CE64ED0E6FC838830CEAC8176C3954B620FA21EE69A319C896ACE

Súmula/Objeto:

Planilha Orçamentária de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO	26/08/2025 09:45:01
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:45:01
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:52:37
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996796 e o CRC 621B5797.

MEMORIAL DESCRITIVO

Projeto/Obra: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL – CREAS 02 DE ABRIL

Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Local da Obra: Av. DOIS DE ABRIL 1021 – CENTRO – JI-PARANÁ/RO

Área de Reforma: 266,55 m²

Área de Calçadas: 54,67 m²

Área Cobertura: 316,85 m²

1. PROPOSTA

O presente projeto tem por finalidade a adequação da edificação; para que se torne acessível de acordo com a NBR-9050, afim proporcionar maior conforto aos seus usuários.

O projeto contempla a demolição da rampa de entrada existente (pois a mesma encontra-se fora da inclinação permitida por norma), e no local desta rampa será construído uma escada de acesso, e logo ao lado da escada, deverá ser construído a nova rampa com largura de 1,40m e inclinação máxima de 8,33% para proporcionar acesso viável para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Esta rampa é em formato L, para se conseguir vencer o desnível existente (0,80m). Está previsto em projeto também a construção da calçada em frente a escada, pois a existente estava irregular em alguns locais (ver Relatório Fotográfico).

Os banheiros também sofrerão alteração: deverão ser ajustados para atenderem a NBR-9050, de modo que tenham espaço suficiente para o giro de 360° da cadeira de rodas, instalação de barras de apoio e portas abrindo para fora.

Será necessário ainda a troca de 2 portas na rota de fuga afim de que o vão fique com 0,90m.



Demais pontos da UBS não passarão por reforma, uma vez que encontram-se em bom estado de conservação.

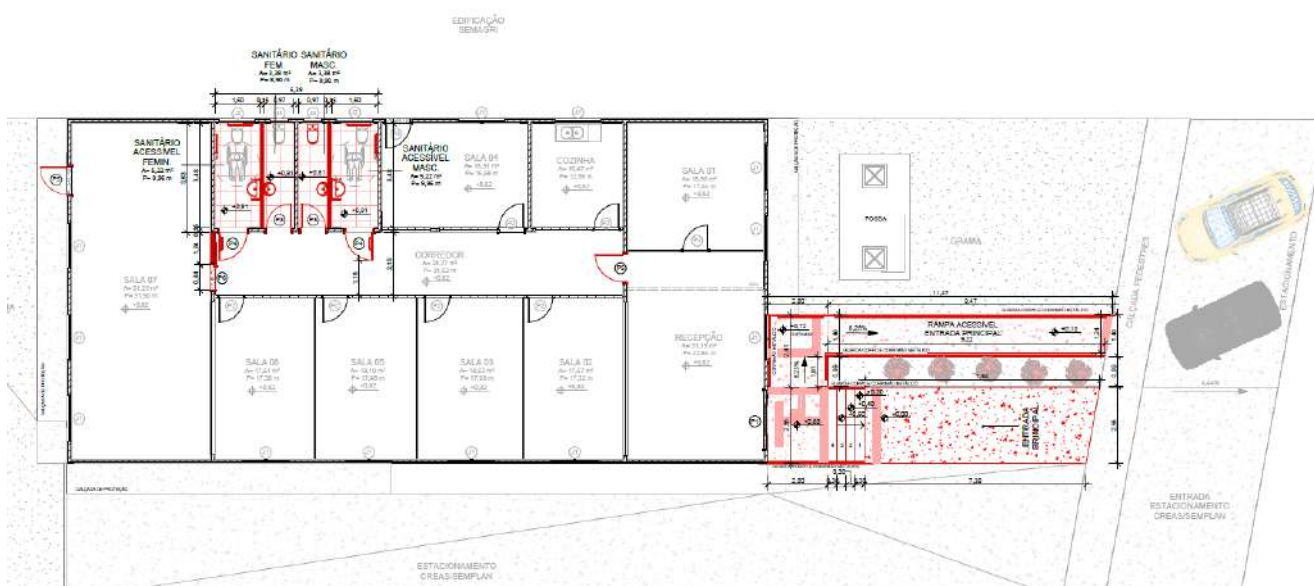


Imagem 01: Itens em vermelho: reforma/adequação



Imagem 02: Entrada principal: Rampa e Escada



Colocamo-nos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Respeitosamente,

Ji-Paraná/RO, 25 de Agosto de 2025

[assinado eletronicamente]

Cíntia Rocha Silva

Arquiteta e Urbanista – CAU A-272562-2

Assessora Executiva – SEMPLAN

Matrícula 999563





Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Memorial Descritivo	MEMORIAL DESCRITIVO_REFORMA	26/08/2025

ID:	1996788	Processo	Documento
CRC:	75D08719		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:59	Finalização:	26/08/2025 09:44:59

MD5: **DF64460D0ADF8A38A2F8BF3CE796C3AC**

SHA256: **8FF72D0F3584C64F35C0956D50BCF81140450CB7C920DA6374A46C2AA5912BAC**

Súmula/Objeto:

Memorial Descritivo de Projeto


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:59
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:59
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:50:51
---	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996788 e o CRC 75D08719.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Ji-Paraná - RO



OBRA: Implantação de Acessibilidade no Centro de Referência especializado de Assistência Social – CREAS 02 DE ABRIL

Solicitação de adequação do prédio do CREAS para acessibilidade, sendo: Adequação dos banheiros acessíveis de acordo NBR-9050, e adequação da entrada principal, pois atualmente a rampa encontra-se fora da inclinação permitida. Viu-se ainda a necessidade da troca de 2 outras portas que correspondem a rota de fuga da edificação; para que tenham passagem de 0,90m.

Problemas encontrados:

- ✓ Adequação/reforma dos banheiros para serem acessíveis:
 - Permitir o giro 360° da cadeira de rodas;
 - Portas acessíveis abrindo para fora com largura mínima de 0,90m;
 - Instalação de Barras de apoio;
- ✓ Adequação da rampa de entrada para que não ultrapasse a inclinação máxima permitida por norma = 8,33%:
 - Instalação de piso podotátil na nova rampa;
 - Instalação de Guarda-Corpo de corrimão;
- ✓ Adequação das portas da rota de fuga.





Figura 1: Entrada principal: rampa de acesso com inclinação errada.



Figura 2: Entrada principal: rampa de acesso com inclinação errada.



Figura 3: Calçada da entrada principal.



Figura 4: Estacionamento em logradouro público





Figura 5: Banheiros



Figura 6: Banheiro de uso público com porta abrindo para dentro, sem barra e chapa de aço inox



Figura 7: Banheiro de uso público com porta abrindo para dentro, sem barras de apoio no sanitário.



Figura 8: Banheiro





Figura 9: Corredor principal / rota de fuga.



Figura 10: Bancada banheiro administrativo que sofrerá reforma.

Colocamo-nos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Respeitosamente,

Ji-Paraná/RO, 25 de agosto de 2025

[assinado eletronicamente]

Cíntia Rocha Silva
Arquiteta e Urbanista – CAU A-272562-2
Assessora Executiva – SEMPLAN
Matrícula 999563





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Relatório	RELATÓRIO FOTOGRÁFICO_REFORMA	26/08/2025

ID:	1996789	Processo	Documento
CRC:	51CC4569		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:59	Finalização:	26/08/2025 09:44:59

MD5: 6BACAE02015944E1BC1755EAB1C08264

SHA256: 1A84A1A4E2DD4EE52F53E440EA75BF4276A4A4A9DCDCE2EA4F0753739E400FDF

Súmula/Objeto:

Relatório Fotográfico das condições atuais do Projeto

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:59
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

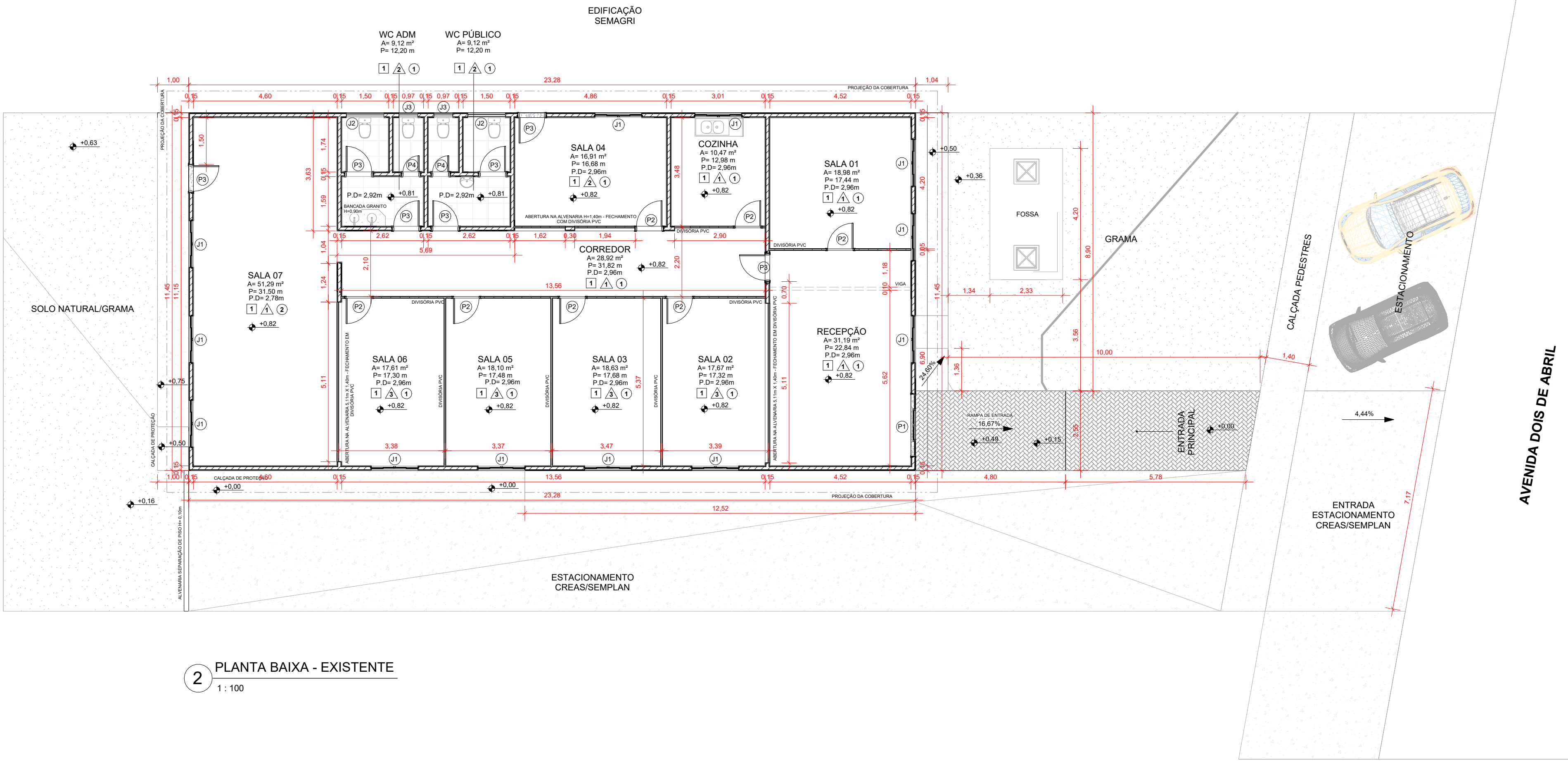
IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:59
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:51:13
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

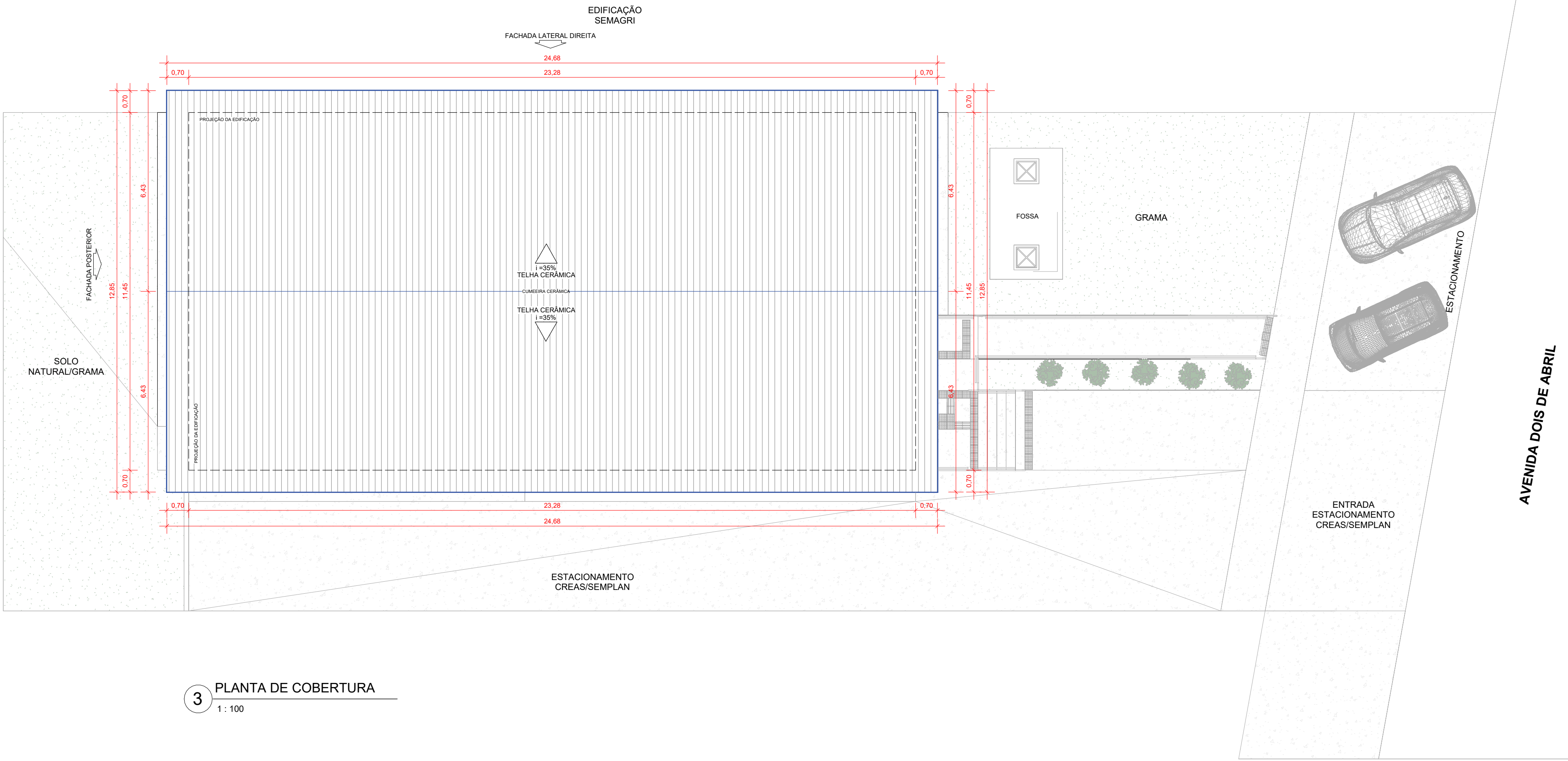
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996789 e o CRC 51CC4569.



2 PLANTA BAIXA - EXISTENTE
1 : 100



1 PLANTA DE SITUAÇÃO
1 : 1000



3 PLANTA DE COBERTURA
1 : 100

QUADRO DE ACABAMENTOS					
PISO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				
1	PISO CERÂMICO				
2	PISO CIMENTADO				
PAREDE					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				
1	PINTURA ACRÍLICA COM RODAPÉ CERÂMICO				
2	REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ O FORRO				
3	PAREDE EM DIVISÓRIAS PVC				
FORRO					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO				
1	FORRO PVC				
2	FORRO DE GESSO				

TABELA DE JANELAS - EXISTENTES						
CÓDIGO	QUANT.	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	ILUMINAÇÃO ÁREA (m²)	MODELO
J1	12	1,50	1,10	0,92	19,80 m²	JANELA DE CORRER 4 FOLHAS - VIDRO
J2	2	1,20	0,50	1,70	1,20 m²	JANELA MAXIM-AR - VIDRO
J3	2	0,60	0,60	1,70	0,72 m²	JANELA MAXIM-AR - VIDRO

TABELA DE PORTAS - EXISTENTES				
CÓDIGO	ALTURA	LARGURA	QUANT	TIPO
P1	2,10	2,00	1	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS - VIDRO
P2	2,10	0,80	7	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - PVC
P3	2,10	0,80	7	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA
P4	2,10	0,70	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA

 SEMPLAN Secretaria Municipal de Planejamento	ANO: 2025	TIPO: ARQ	FOLHA: 01/05
	CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ	LOCAL: AVENIDA DOIS DE ABRIL 1021 - CENTRO - JI-PARANÁ	MODIFICAÇÕES:
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL		ÁREAS:	A:
CONTEÚDO: PLANTA DE SITUAÇÃO, PLANTA BAIXA EXISTENTE, PLANTA DE COBERTURA, TABELAS E QUADRO DE ACABAMENTOS		ÁREA DE PROJETO: 286,00m²	B:
		ÁREA DE COBERTURA: 286,00m²	C:
		ÁREA DE CALDEAMENTO: 144,00m²	D:
AUTOR / RESPONSÁVEL TÉCNICO: CINTIA ROCHA SILVA - CAU A-272562-2 ARQUITETA E URBANISTA		DATA: 21/08/2025	E:
		DIM: METROS	F:
		ESC: INDICADAS	



ID: 1996778 e CRC: C12E171F



Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	ARQ 01-05	26/08/2025

ID:	1996778	Processo	Documento
CRC:	C12E171F		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:55	Finalização:	26/08/2025 09:44:56

MD5: **B6C6457B26F3C61FF4CD0B41BD53D98F**

SHA256: **6259247BAE3709903E9E22DC29989FE119A823EA909C432A0FBDECA1BA95669B**

Súmula/Objeto:

Projeto Arquitetônico de reforma/adequação de Acessibilidade


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:55
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

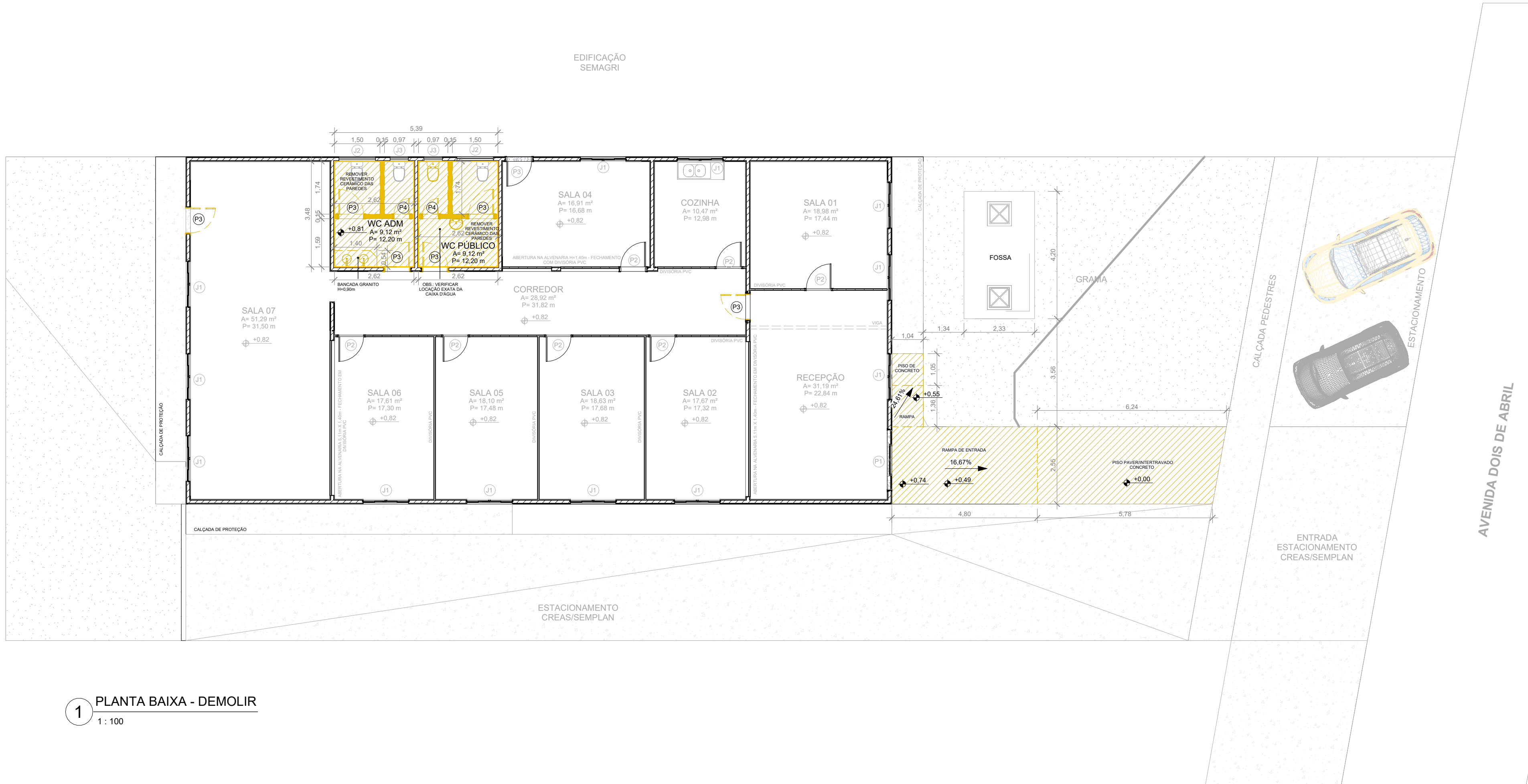
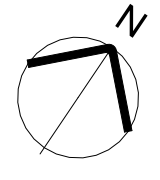
IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:55
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

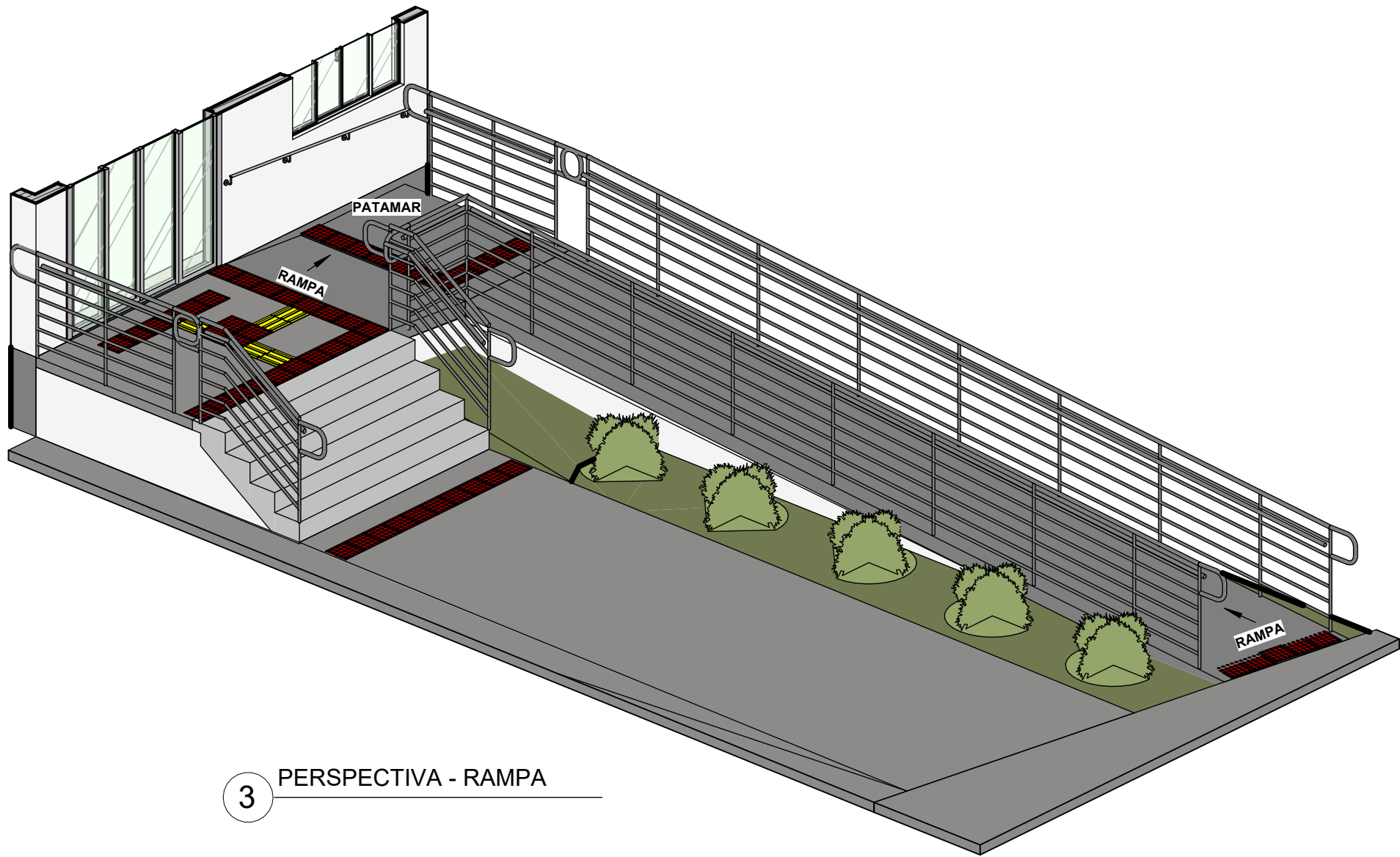
 CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:47:58
---	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

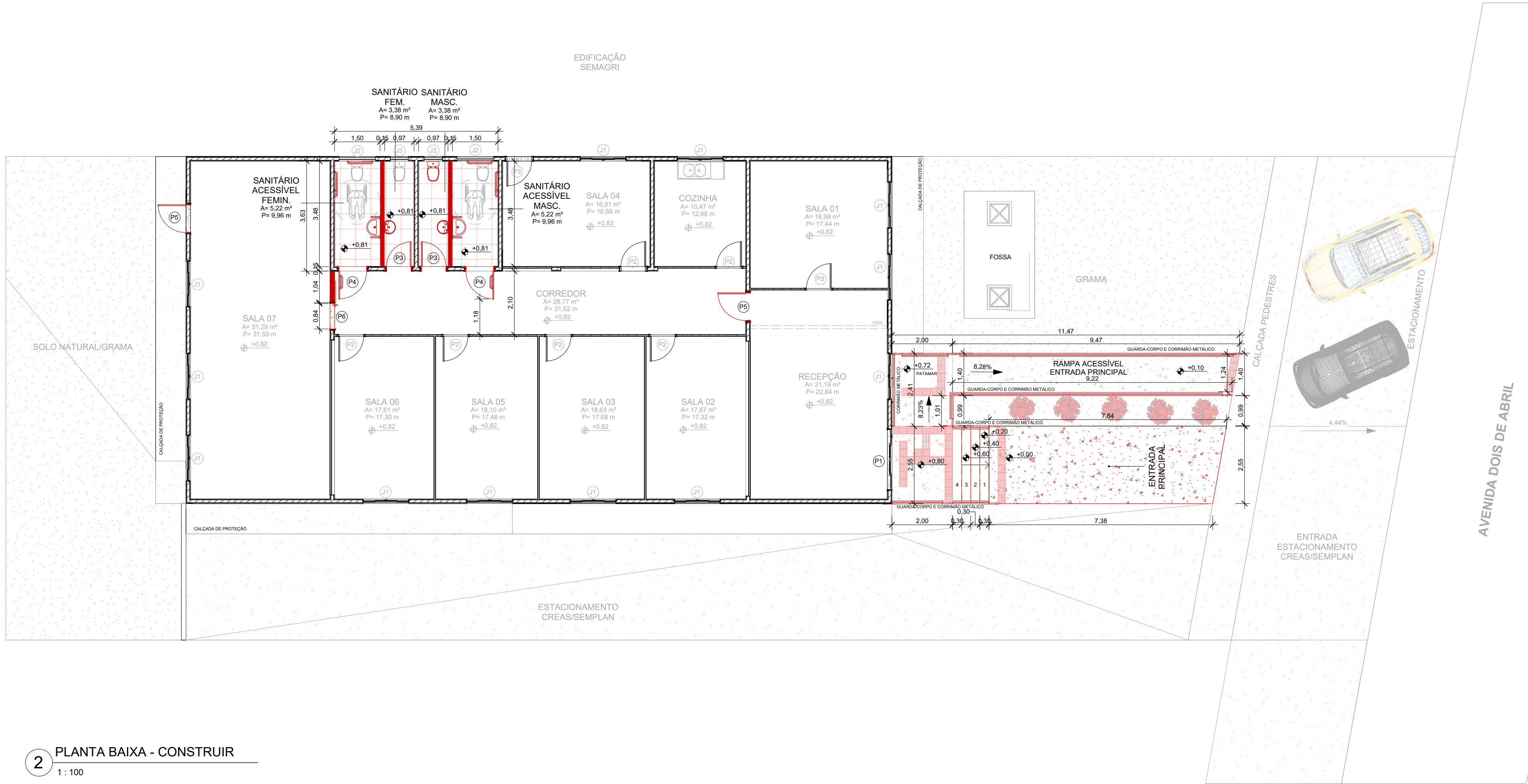
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996778 e o CRC C12E171F.



1 PLANTA BAIXA - DEMOLIR
1: 100



3 PERSPECTIVA - RAMP



2 PLANTA BAIXA - CONSTRUIR
1: 100

LEGENDA DEMOLIR / CONSTRUIR	
COR	DESCRIÇÃO
	ELEMENTO A DEMOLIR
	ELEMENTO A CONSTRUIR

TABELA DE ALVENARIA - CONSTRUÍDA REFORMA		
TIPO	ÁREA	VOLUME
PAREDE EM ALVENARIA 0,15cm	29,91 m²	4,49 m³

TABELA DE ALVENARIA - DEMOLIDA		
TIPO	ÁREA	VOLUME
PAREDE EM ALVENARIA 0,15cm	21,21 m²	3,18 m³

TABELA DE PISO - REFORMA		
TIPO	ÁREA	VOLUME
PISO DE CONCRETO (CALÇADA)	24,50 m²	2,45 m³
REVESTIMENTO CERÂMICO	68,76 m²	3,27 m³

TABELA DE PISO DEMOLIDO		
TIPO	ÁREA	VOLUME
PISO DE CONCRETO (CALÇADA)	2,53 m²	0,25 m³
PISO INTERTRAVADO	27,73 m²	4,16 m³
REVESTIMENTO CERÂMICO	16,93 m²	3,22 m³

TABELA DE PORTAS - NOVAS REFORMA				
CÓDIGO	ALTURA	LARGURA	QUANT	TIPO
P3	2,10	0,80	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA
P4	2,10	0,90	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA COM ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE
P5	2,10	0,90	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA
P6	2,10	0,90	1	PORTA DE CORRER 1 FOLHA - MADEIRA

TABELA DE PORTAS - DEMOLIDAS				
CÓDIGO	ALTURA	LARGURA	QUANT	TIPO
P3	2,10	0,80	6	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA
P4	2,10	0,70	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA

 SEMPLAN Secretaria Municipal de Planejamento	ANO: 2025	TIPO: ARQ	FOLHA: 02/05
	CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ	LOCAL: AVENIDA DOIS DE ABRIL 1021 - CENTRO - JI-PARANÁ	MODIFICAÇÕES:
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL		ÁREAS: ÁREA DE REFORMA: 200,00m² ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 100,00m² ÁREA DE CALÇADA: 100,00m²	A:
CONTEÚDO: PLANTA BAIXA DEMOLIR, PLANTA BAIXA CONSTRUIR, TABELAS		DATA: 21/08/2025	C:
AUTOR / RESPONSÁVEL TÉCNICO: CINTIA ROCHA SILVA - CAU A-272562-2 ARQUITETA E URBANISTA		DIM: METROS	D:
		ESC: INDICADAS	E:
			F:



ID: 1996781 e CRC: C6E0F260



Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	ARQ 02-05	26/08/2025

ID:	1996781	Processo	Documento
CRC:	C6E0F260		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:56	Finalização:	26/08/2025 09:44:57

MD5:	738C65329DA337AB199A197E563D3FEE
SHA256:	592F88CC99EE33D80816ACDEF1B65BD2CE7BAC6964D5360B57D768EE369BF5F3

Súmula/Objeto:

Projeto Arquitetônico de reforma/adequação de Acessibilidade


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:56
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

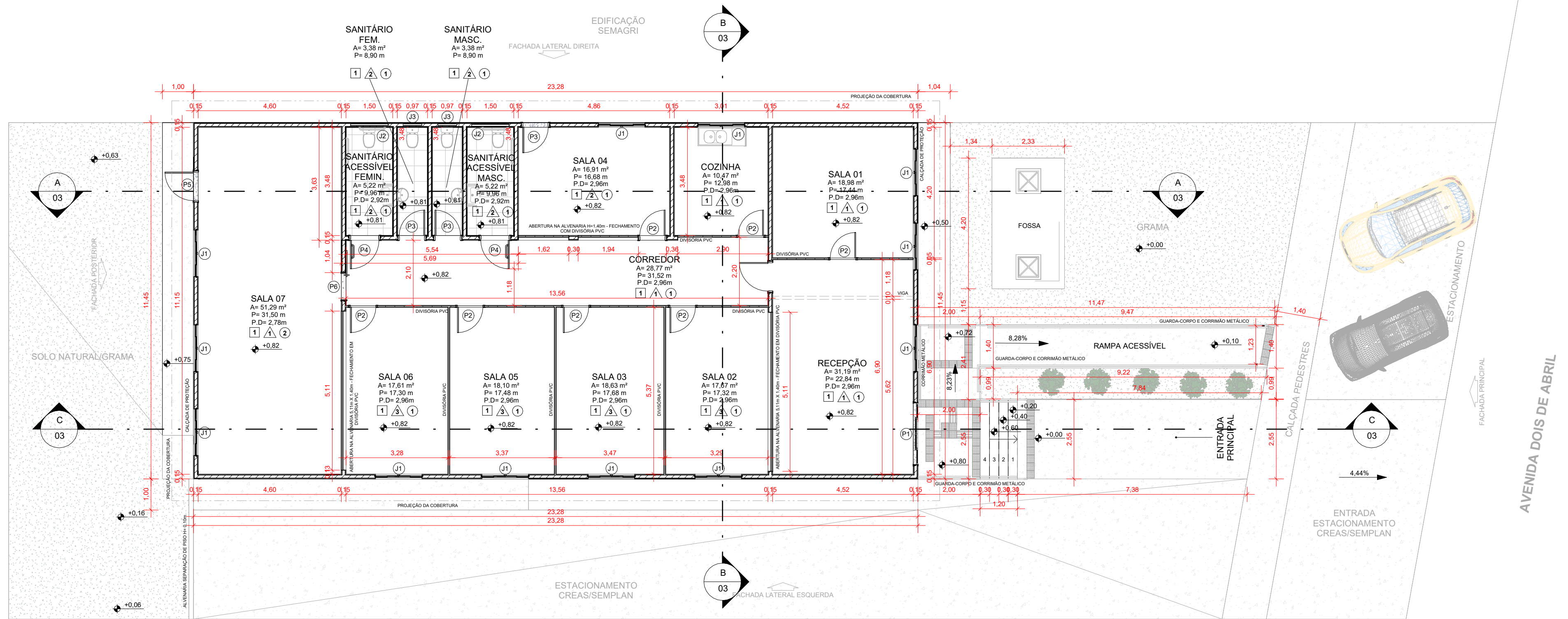
IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:56
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

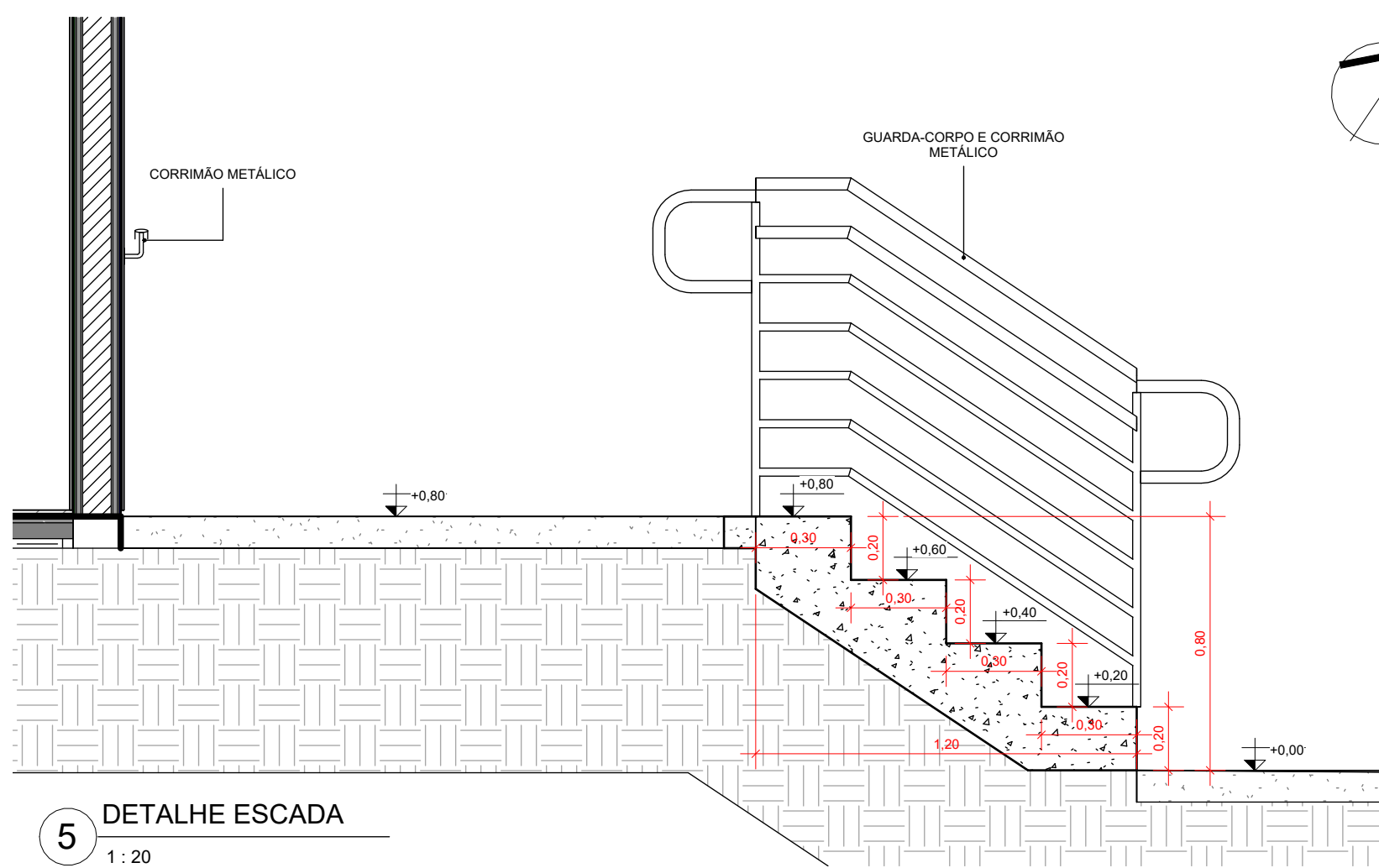
	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:49:12
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

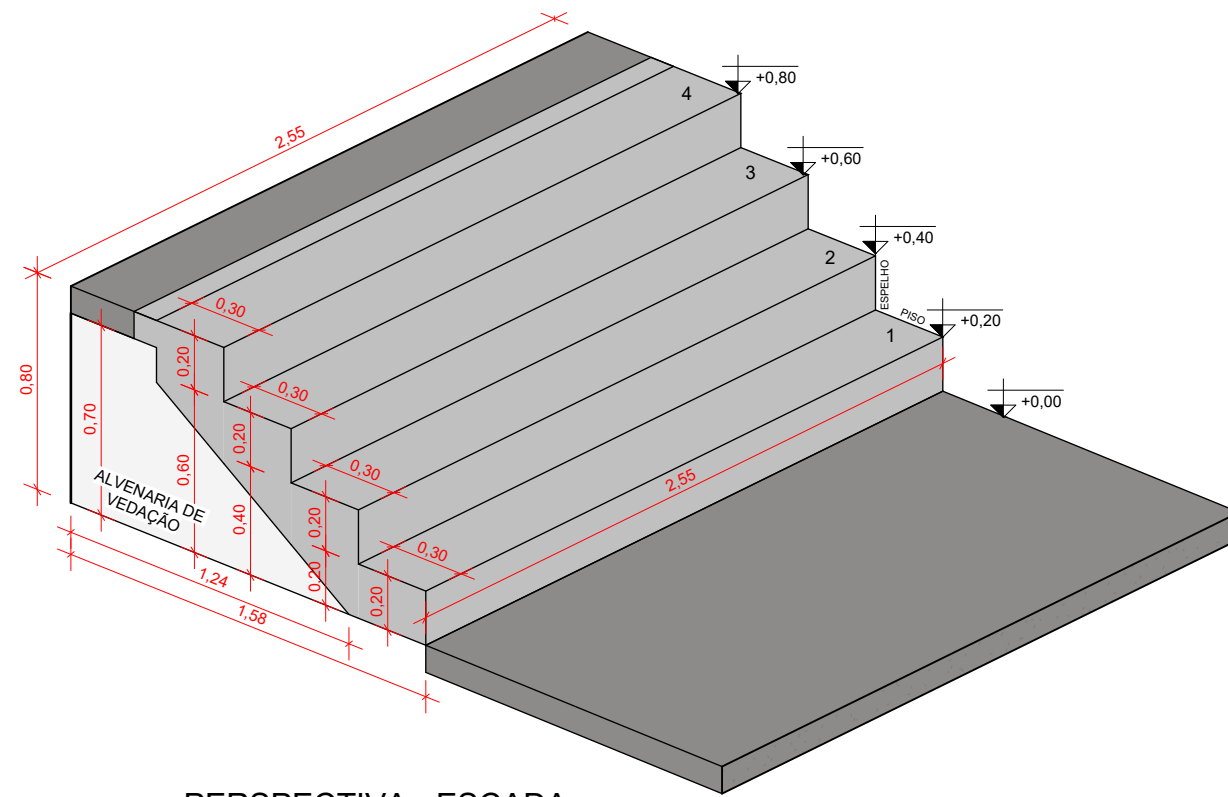
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996781 e o CRC C6E0F260.



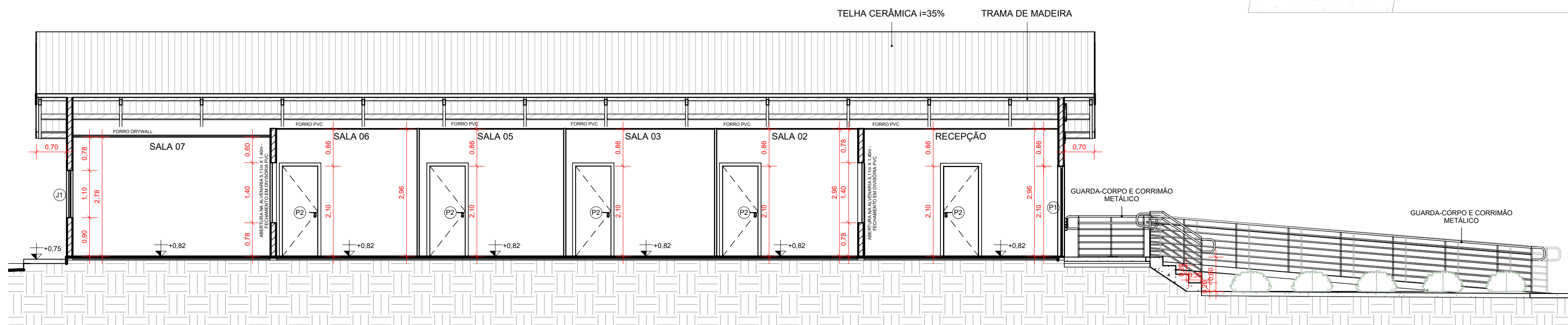
1 PLANTA BAIXA FINAL
1: 100



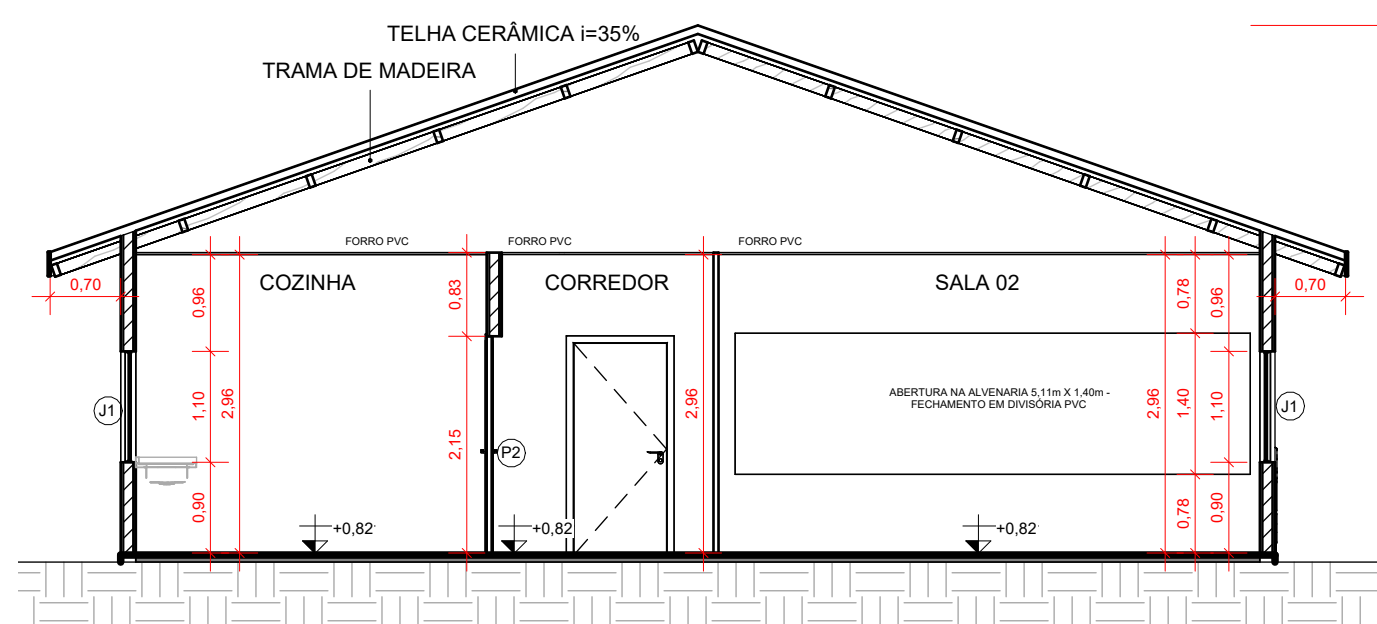
5 DETALHE ESCADA
1: 20



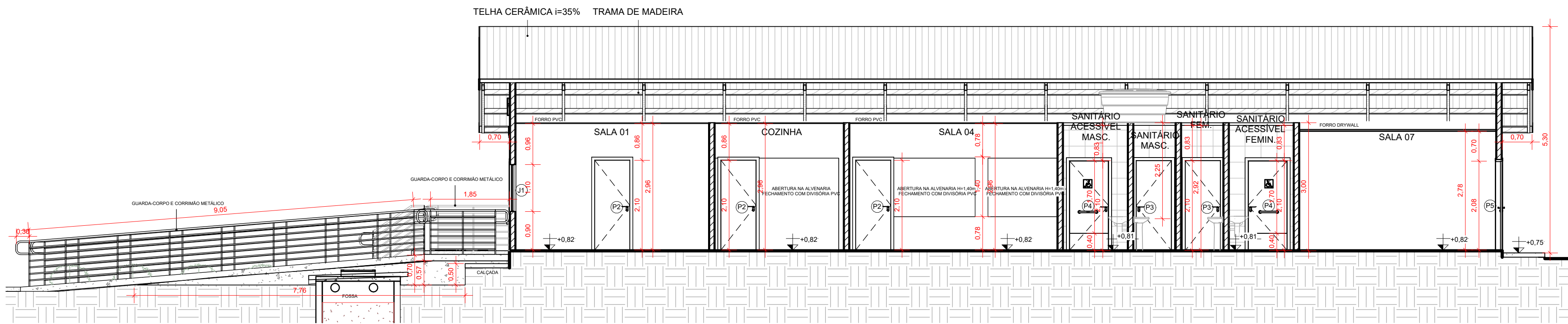
6 PERSPECTIVA - ESCADA



2 CORTE CC
1: 75



4 CORTE BB
1: 75



3 CORTE AA
1: 75

TABELA DE JANELAS FINAL - PÓS REFORMA						
CÓDIGO	QUANT.	LARGURA	ALTURA	PEITORIL	ILUMINAÇÃO ÁREA (m²)	MODELO
J1	12	1,50	1,10	0,92	19,80 m²	JANELA DE CORRER 4 FOLHAS - VIDRO
J2	2	1,20	0,50	1,70	1,20 m²	JANELA MAXIM-AR - VIDRO
J3	2	0,60	0,60	1,70	0,72 m²	JANELA MAXIM-AR - VIDRO



ID: 1996782 e CRC: 89FEF5F2

TABELA DE PORTAS FINAL - PÓS REFORMA					
CÓDIGO	ALTURA	LARGURA	QUANT	TIPO	
P1	2,10	2,00	1	PORTA DE CORRER 4 FOLHAS - VIDRO	
P2	2,10	0,80	7	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - PVC	
P3	2,10	0,80	3	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA	
P4	2,10	0,90	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA COM ACESSÓRIOS DE ACESSIBILIDADE	
P5	2,10	0,90	2	PORTA DE ABRIR 1 FOLHA - MADEIRA	
P6	2,10	0,90	1	PORTA DE CORRER 1 FOLHA - MADEIRA	

QUADRO DE ACABAMENTOS	
PISO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	PISO CERÂMICO
2	PISO CIMENTADO
PAREDE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	PINTURA ACRÍLICA COM RODAPÉ CERÂMICO
2	REVESTIMENTO CERÂMICO ATÉ O FORRO
3	PAREDE EM DIVISÓRIAS PVC
FORRO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	FORRO PVC
2	FORRO DE GESSO

TABELA DE AMBIENTES		
AMBIENTE	ÁREA	PERÍMETRO
CORREDOR	28,77 m²	31,52
COZINHA	10,47 m²	12,98
RECEPÇÃO	31,19 m²	22,84
SALA 01	18,98 m²	17,44
SALA 02	17,67 m²	17,32
SALA 03	18,63 m²	17,68
SALA 04	16,91 m²	16,68
SALA 05	18,10 m²	17,48
SALA 06	17,61 m²	17,30
SALA 07	51,29 m²	31,50
SANITÁRIO ACESSÍVEL FEMIN.	5,22 m²	9,96
SANITÁRIO ACESSÍVEL MASC.	5,22 m²	9,96
SANITÁRIO FEM.	3,38 m²	8,90
SANITÁRIO MASC.	3,38 m²	8,90
Total geral: 14	246,82 m²	

SEMPLAN		ANO:	TIPO:	FOLHA:
PREFEITURA DE JI-PARANÁ		2025	ARQ	03/05
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ		LOCAL: AVENIDA DOIS DE ABRIL 1021 - CENTRO - JI-PARANÁ		MODIFICAÇÕES:
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL		ÁREAS:		A:
CONTEÚDO:		ÁREA DE RESERVA: 286,00m²		B:
PLANTA BAIXA FINAL, CORTES AA, BB, CC, DETALHES ESCADA, TABELAS		ÁREA COBERTA: 286,00m²		C:
AUTOR / RESPONSÁVEL TÉCNICO:		DATA: 21/08/2025		D:
CINTIA ROCHA SILVA - CAU A-272562-2		DIM: METROS		E:
ARQUITETA E URBANISTA		ESC: INDICADAS		F:



Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	ARQ 03-05	26/08/2025

ID:	1996782	Processo	Documento
CRC:	89FEF5F2		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:57	Finalização:	26/08/2025 09:44:57

MD5: **DF817F779F183DA4C9FC9C95989A6BCE**

SHA256: **BAC13279176993EE3E5251E4DBBCBF51D4A27FEEBDF8E7699646C3C58206E262**

Súmula/Objeto:

Projeto Arquitetônico de reforma/adequação de Acessibilidade


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:57
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:57
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

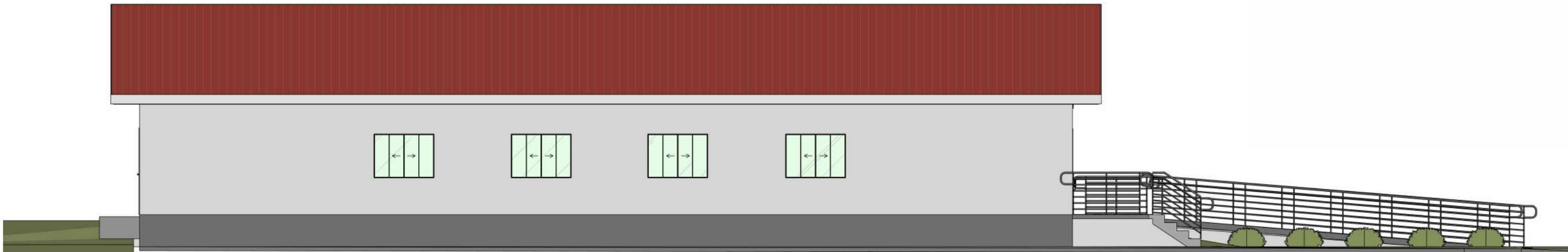
 CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:49:22
---	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

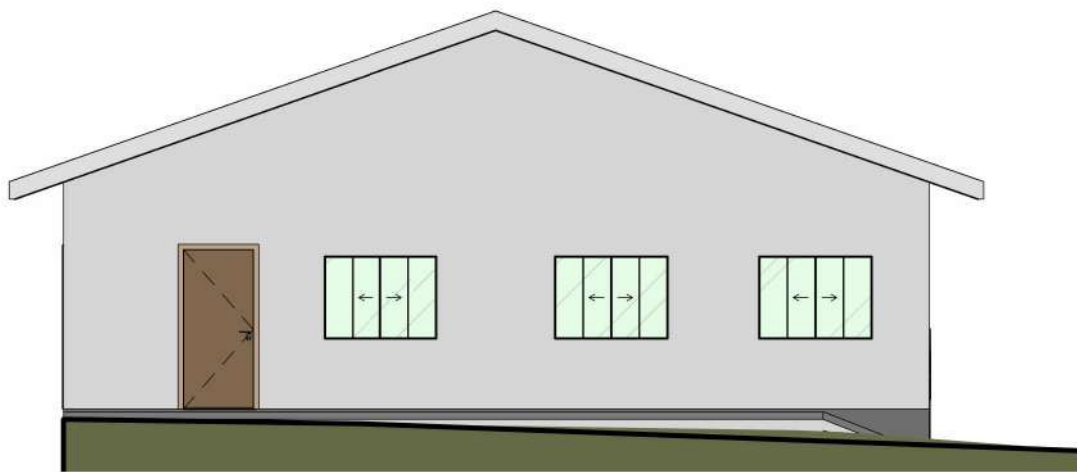
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996782 e o CRC 89FEF5F2.



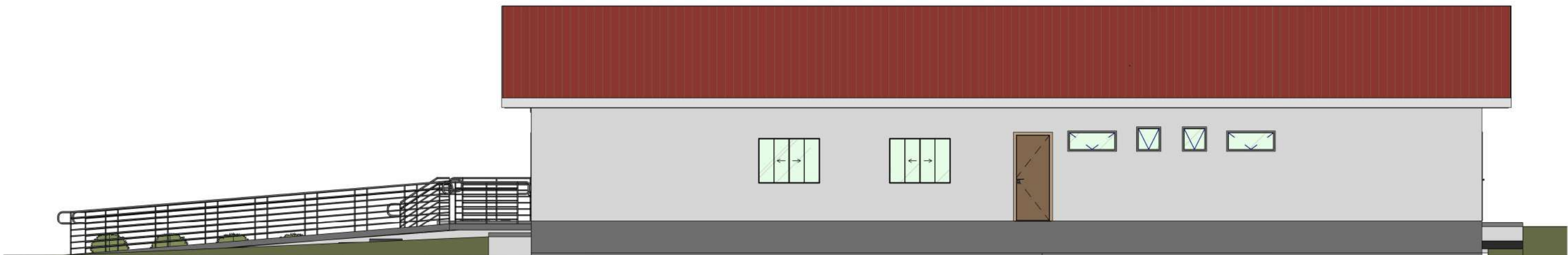
1 FACHADA PRINCIPAL
1 : 100



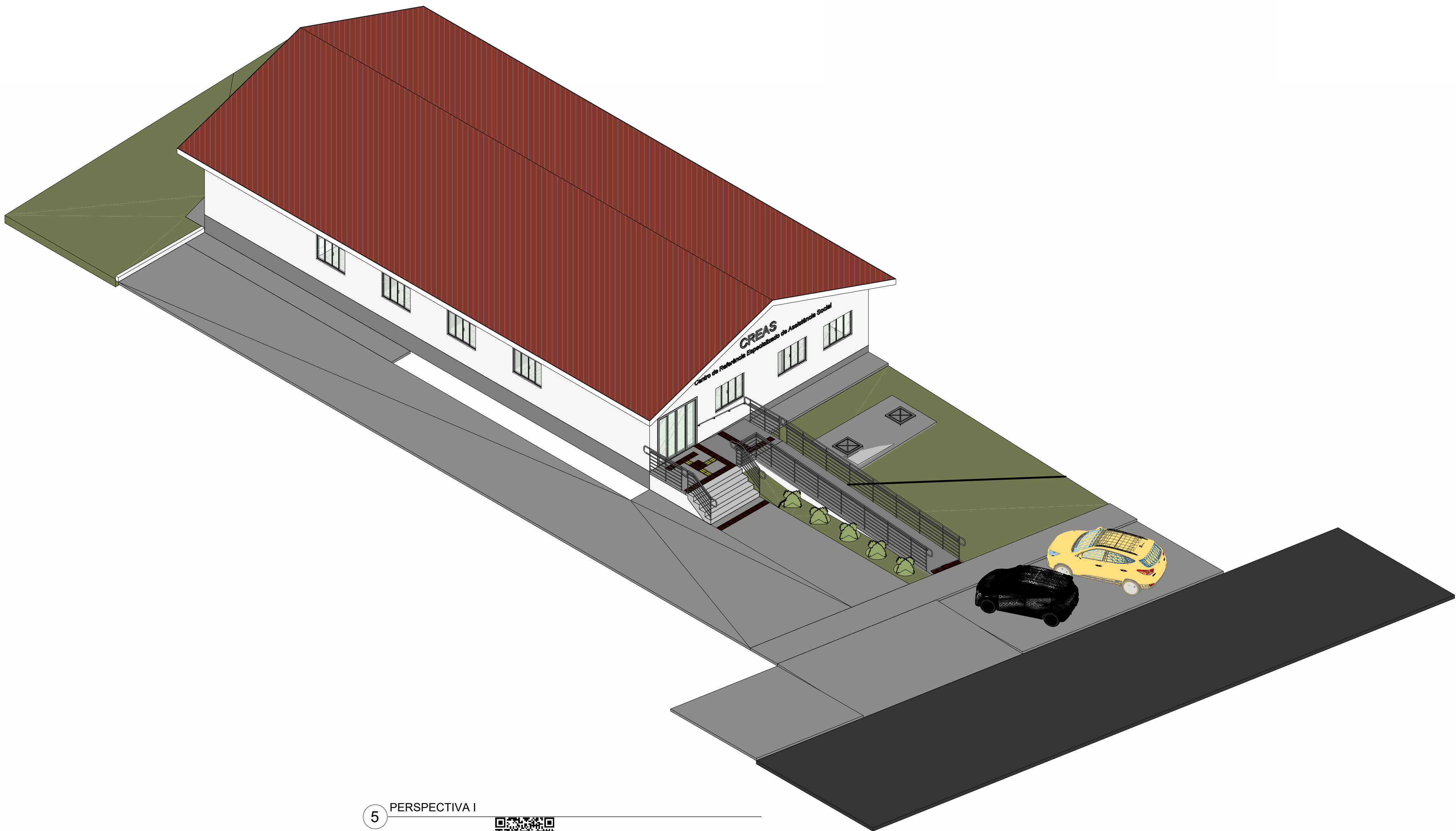
2 FACHADA LATERAL ESQUERDA
1 : 100



3 FACHADA POSTERIOR
1 : 100



4 FACHADA LATERAL DIREITA
1 : 100



5 PERSPECTIVA I



ID: 1996784 e CRC: D3D3D135

 SEMPLAN Secretaria Municipal de Planejamento	ANO: 2025	TIPO: ARQ	FOLHA: 04/05
	CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ	LOCAL: AVENIDA DOIS DE ABRIL 1021 - CENTRO - JI-PARANÁ	MODIFICAÇÕES:
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL		ÁREAS: ÁREA DE RESTAURANTE: 200,00m² ÁREA DE COZINHA: 100,00m² ÁREA DE CULINÁRIA: 100,00m²	A:
CONTEÚDO: FACHADA PRINCIPAL, FACHADA POSTERIOR, FACHADA LATERAL DIREITA E FACHADA LATERAL ESQUERDA, PERSPECTIVAS		DATA: 21/08/2025	B:
		DIM: METROS	C:
AUTOR / RESPONSÁVEL TÉCNICO: CINTIA ROCHA SILVA - CAU A-272562-2 ARQUITETA E URBANISTA		ESC: INDICADAS	D:
			E:
			F:





Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	ARQ 04-05	26/08/2025

ID:	1996784	Processo	Documento
CRC:	D3D3D135		
Processo:	1-6401/2025		
Usuário:	CINTIA ROCHA SILVA		
Criação:	26/08/2025 09:44:57	Finalização:	26/08/2025 09:44:58

MD5:	CF0E7160D6DAB62C0735CC50B8C70675
SHA256:	981D82E27A0D0A82AE8A57A54704B62C4143A5DECBB793434F0A6D81CEBC79

Súmula/Objeto:

Projeto Arquitetônico de reforma/adequação de Acessibilidade


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:57
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

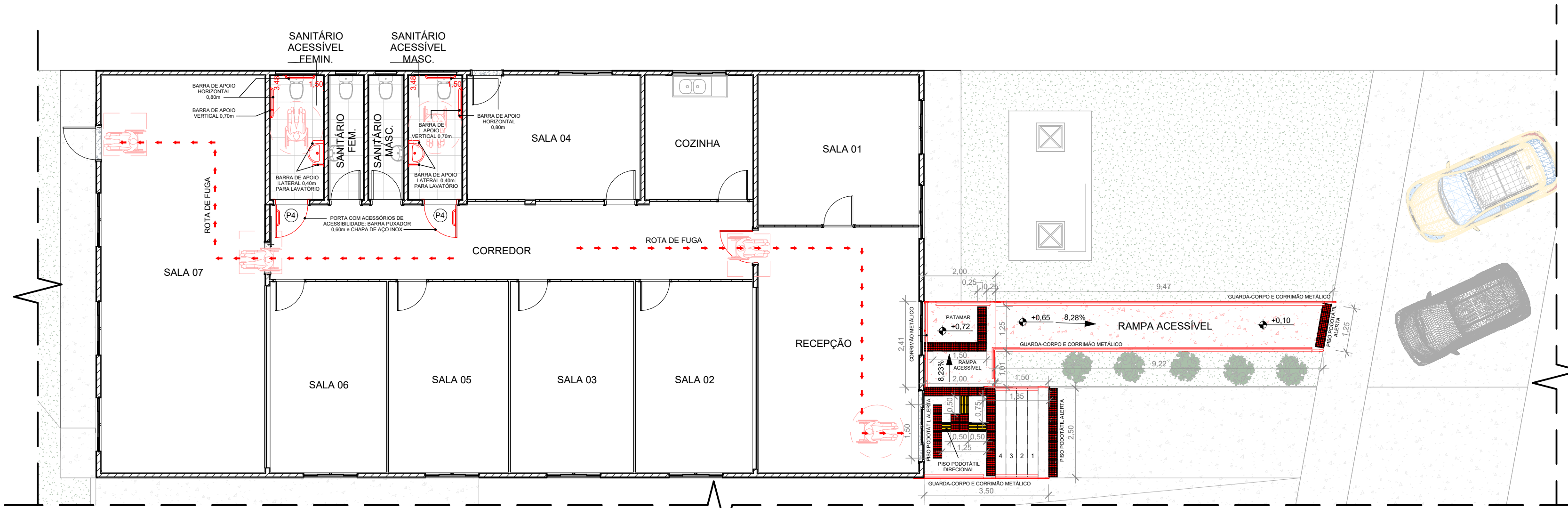
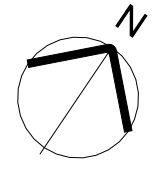
IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:57
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

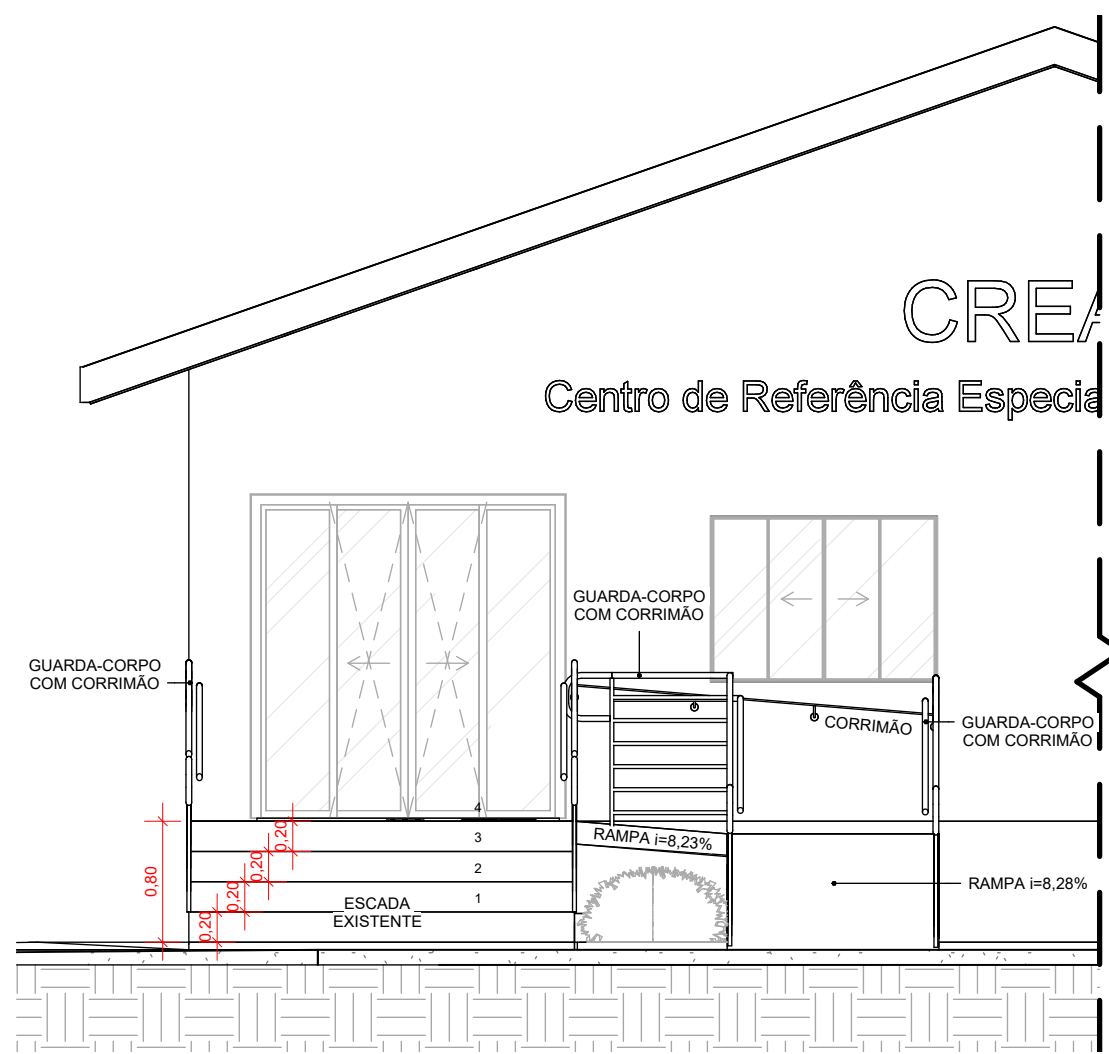
	CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:49:43
--	--------------------	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

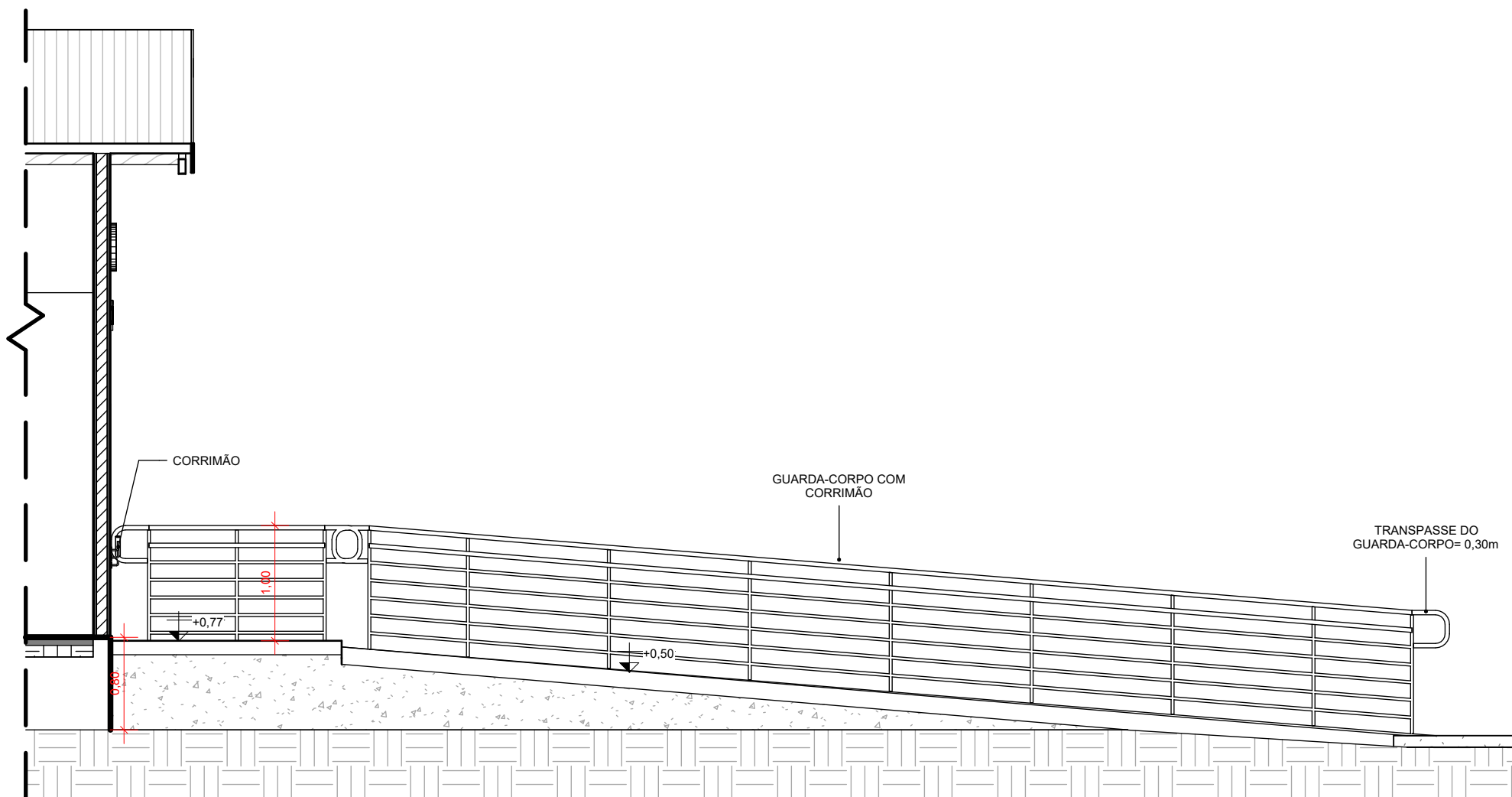
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996784 e o CRC D3D3D135.



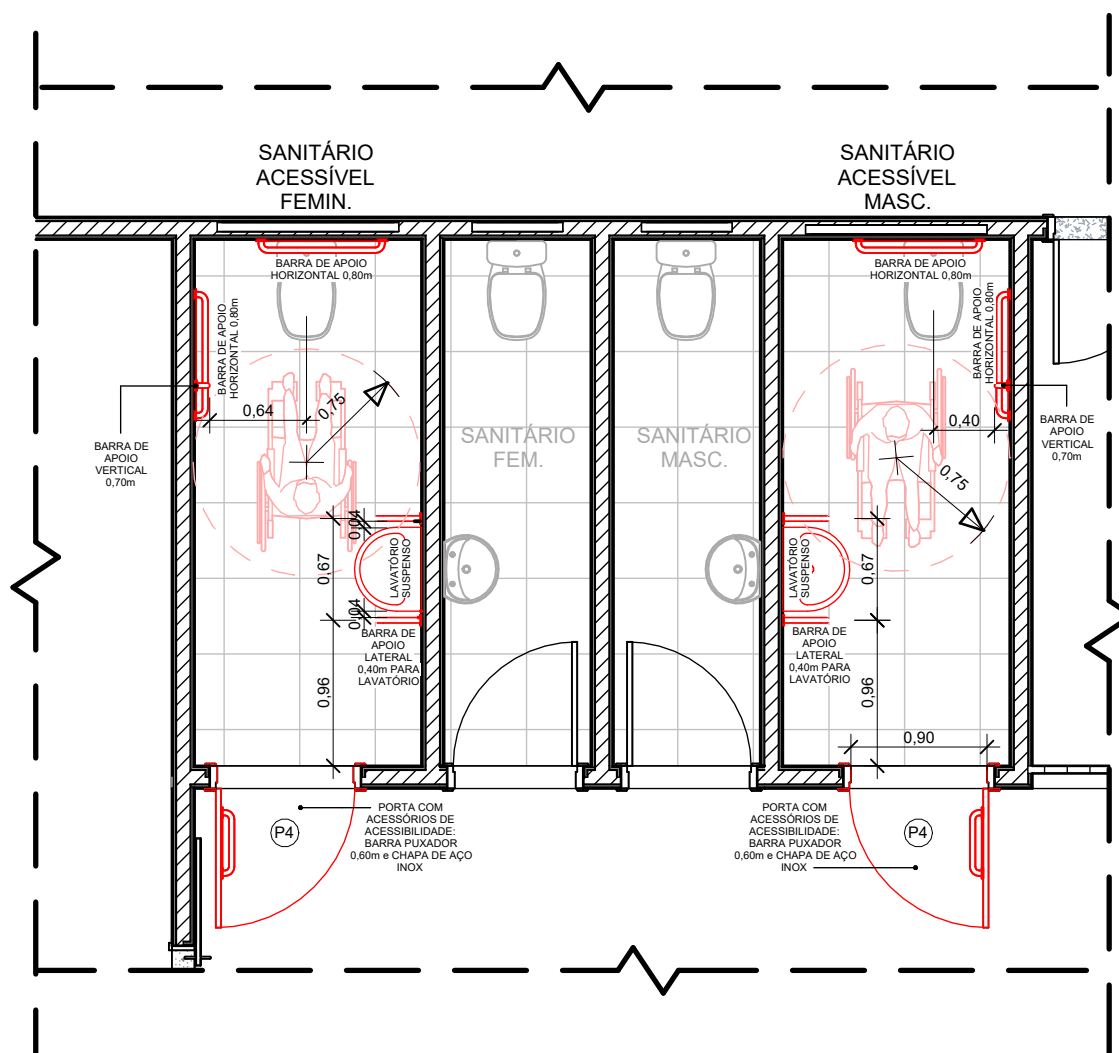
1 PLANTA DE ACESSIBILIDADE
1 : 100



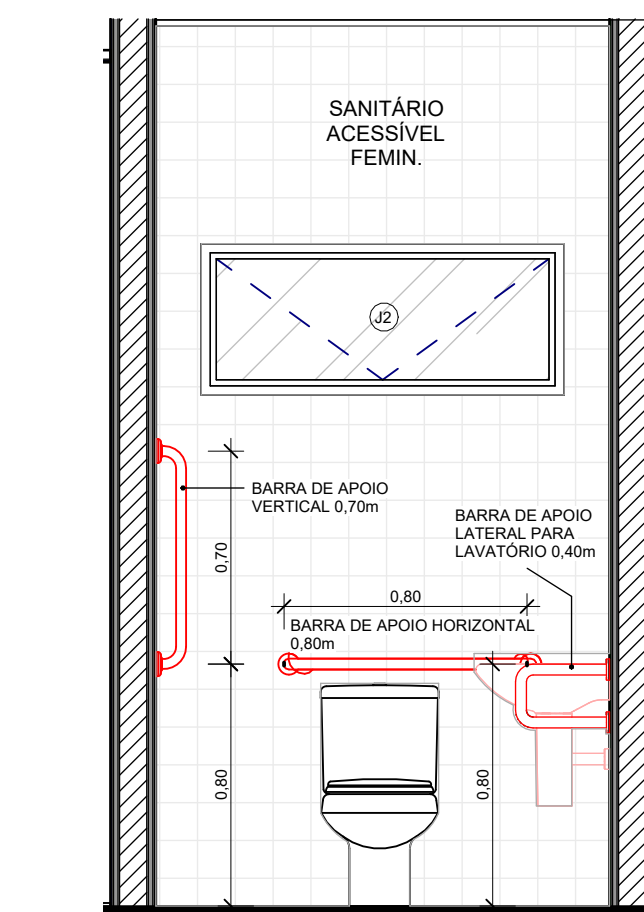
2 DETALHE RAMPA II
1 : 50



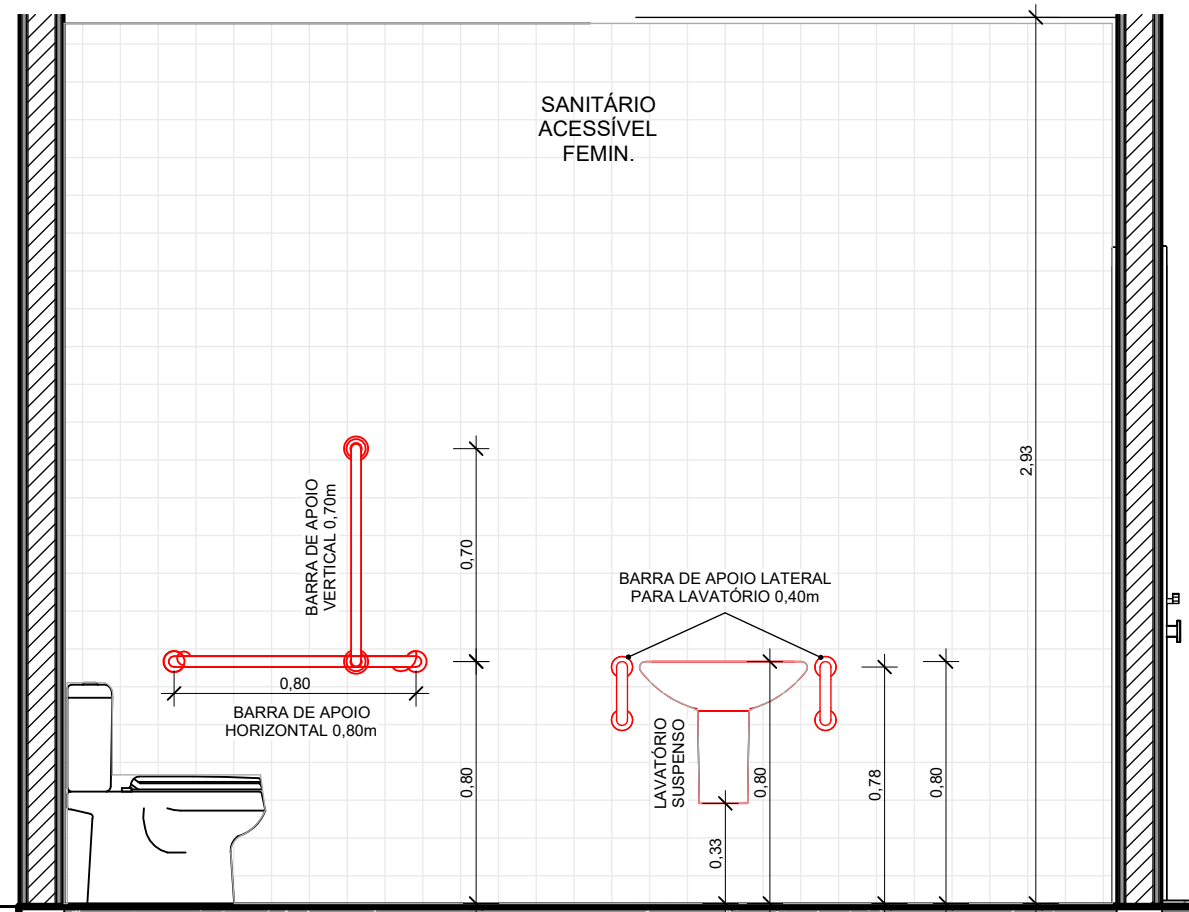
3 DETALHE RAMPA I
1 : 50



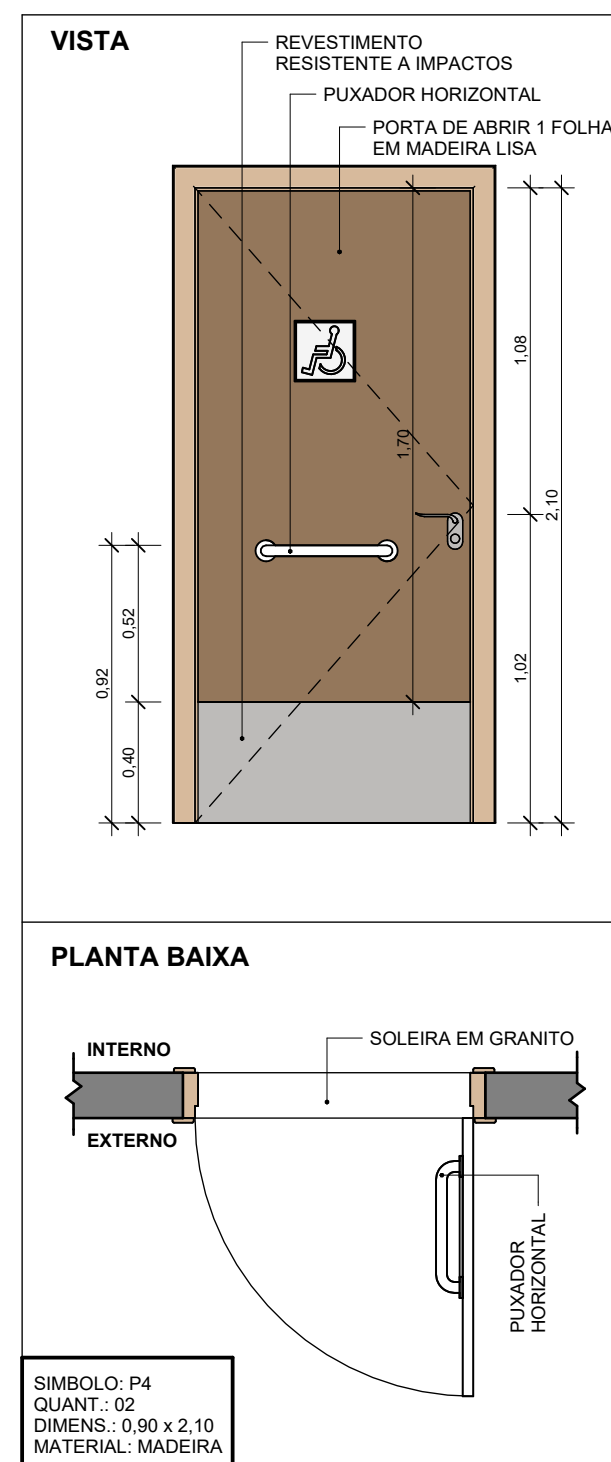
4 DETALHE SANITÁRIOS ACESSÍVEIS
1 : 50



5 DET SANITÁRIO ACESSÍVEL I
1 : 25



6 DET SANITÁRIO ACESSÍVEL II
1 : 25



LEGENDA PISO TÁTIL			
SÍMBOLO	MODELO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
		PISO TÁTIL ALERTA	53 UND
		PISO TÁTIL DIRECIONAL	05 UND

NOTA: DIFERENCIAÇÃO DE CORES ENTRE PISO TÁTIL DIRECIONAL E PISO TÁTIL DE ALERTA APENAS PARA REPRESENTAÇÃO EM PROJETO. AMBOS SERÃO EXECUTADOS EM COR AZUL PARA CONTRASTE DE LUMINÂNCIA COM O PISO DO ENTORNO, CONFORME ITEM 5.6.2 DA ABNT NBR 16.537/2016

NOTA DE ACESSIBILIDADE			
*A CIRCULAÇÃO DOS AMBIENTES POSSUEM ÁREAS DE ROTAÇÃO NECESSÁRIAS PARA QUE UM USUÁRIO DE CADEIRES DE RODAS EFETUE MANOBRAS. PARA ROTAÇÃO DE 360° + DIÂMETRO DE 1,50m.			
*A ROTA ACESSÍVEL DEVE SER UM TRAJETO CONTÍNUO, DESOBSTRUÍDO E SINALIZADO, QUE CONECTA OS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS DE ESPAÇOS E EDIFICAÇÕES, E QUE PODE SER UTILIZADO DE FORMA AUTÔNOMA E SEGURA POR TODAS AS PESSOAS.			
*O PISO TÁTIL DEVE ATENDER ÀS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:			
a) SER ANTEDETERMINADO EM QUALQUER CONDIÇÃO;			
b) TER RELEVO CONTRASTANTE EM RELAÇÃO AO PISO ADJACENTE, DE FORMA A SER CLARAMENTE PERCEBIDA POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL QUE UTILIZAM A TÉCNICA DA BENGALA LONGA;			
c) TER COR CONTRASTANTE EM RELAÇÃO AO PISO ADJACENTE DE FORMA A SER PERCEBIDO POR PESSOAS DE BAIXA VISÃO.			
d) ATENDER ÀS CARACTERÍSTICAS DE DESENHO, RELEVO E DIMENSÕES DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 16537/2016.			

SEMPLAN		ANO:	TIPO:	FOLHA:
PREFEITURA DE JI-PARANÁ		2025	ARQ	05/05
CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ		LOCAL: AVENIDA DOIS DE ABRIL 1021 - CENTRO - JI-PARANÁ		MODIFICAÇÕES:
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL		ÁREAS:		A:
CONTEÚDO:		PLANTA DE ACESSIBILIDADE, DETALHE RAMPA, DETALHE BARRAS DE APOIO, DETALHE BANHEIROS ACESSÍVEIS		B:
AUTOR / RESPONSÁVEL TÉCNICO:		CINTIA ROCHA SILVA - CAU A-272562-2		C:
ARQUITETA E URBANISTA		DATA:		D:
		21/08/2025		E:
		DIM:		F:
		METROS		
		ESC:		
		INDICADAS		



1996786 e CRC: AA900FCC



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Projeto	ARQ 05-05	26/08/2025

ID: **1996786**

CRC: **AA900FCC**

Processo: **1-6401/2025**

Usuário: **CINTIA ROCHA SILVA**

Criação: **26/08/2025 09:44:58** Finalização: **26/08/2025 09:44:58**

Processo



Documento



MD5: **01F2460290BBC704AD7623FD5C963782**

SHA256: **AC2FDF98FDA3B6159D20B4B0C685E52B554CC83FB5F6BCDABD0021A24BAA8AC9**

Súmula/Objeto:

Projeto Arquitetônico de reforma/adequação de Acessibilidade

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JI-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:58
---	-----------	----	---------------------

ASSUNTOS

IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE	26/08/2025 09:44:58
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



CINTIA ROCHA SILVA

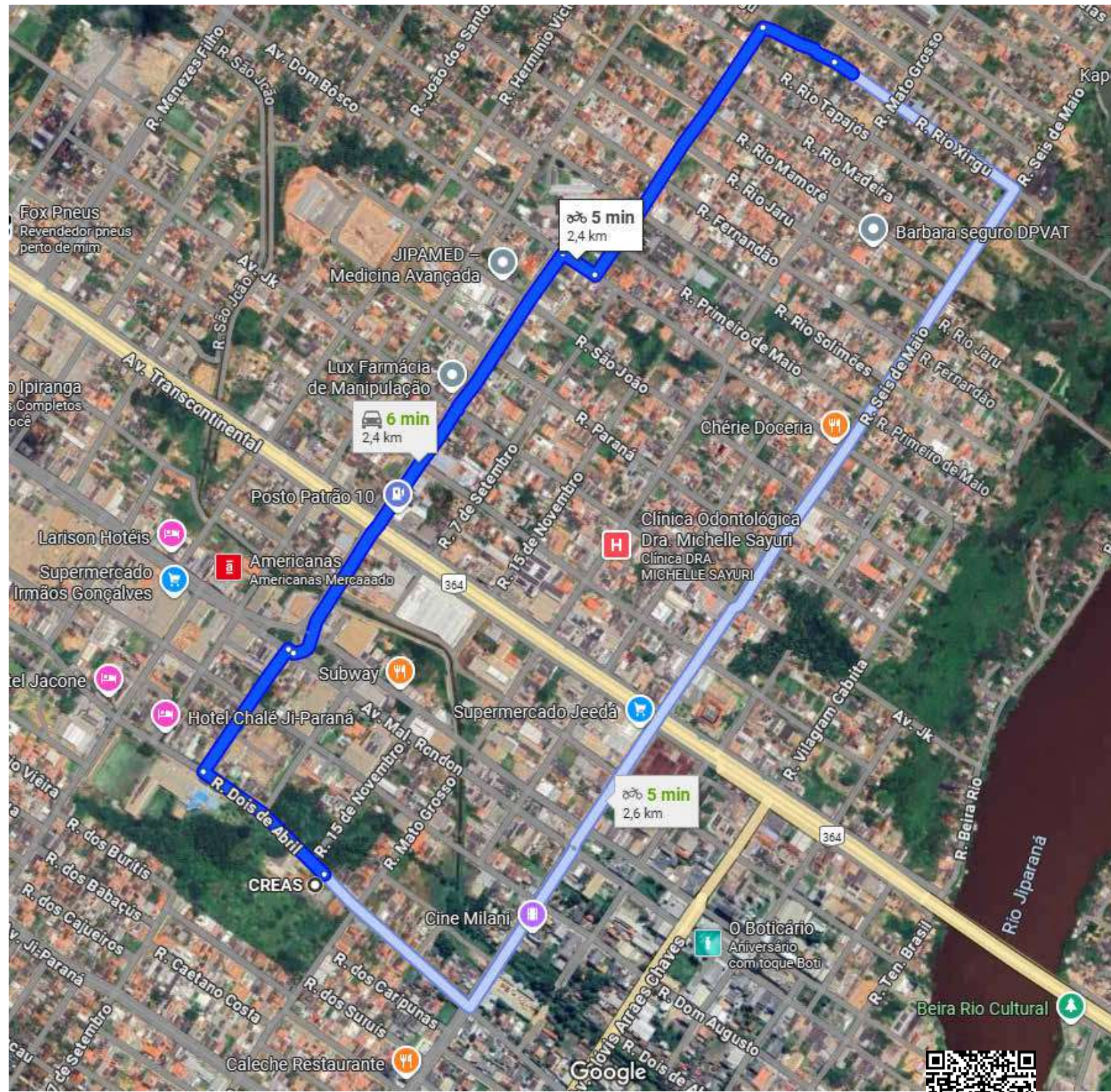
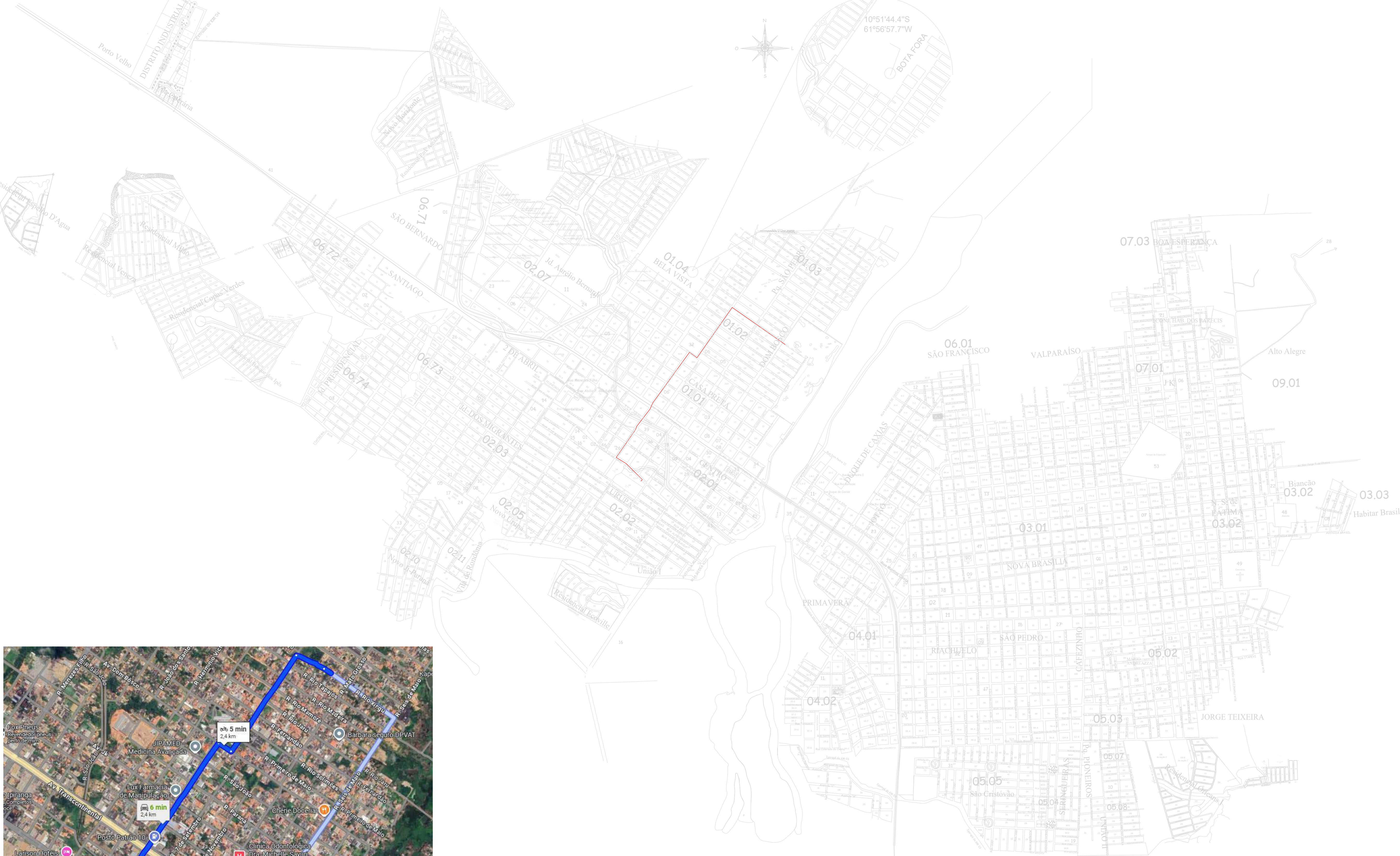
ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN

26/08/2025 09:49:56

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996786 e o CRC AA900FCC.

SAIDA PARA PORTO VELHO




1 LOCAÇÃO BOTA FORA

1 : 10000



ID: 1996787 e CRC: 7927305E


 SEMPLAN Secretaria Municipal de Planejamento	ANO: 2025	TIPO: LOC	FOLHA: 01/01
	CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ	LOCAL: ÁVENIDA DOIS DE ABRIL 1021 - CENTRO - JI-PARANÁ	MODIFICAÇÕES:
OBRA: IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 02 DE ABRIL		ÁREAS:	A:
CONTEÚDO: PLANTA DE LOCAÇÃO E ROTA DO BOTA FORA - DISTÂNCIA= 2,4KM		ÁREA DE ESTUDO: 200,00m²	B:
		ÁREA DE COBERTURA: 100,00m²	C:
AUTOR / RESPONSÁVEL TÉCNICO: CINTIA ROCHA SILVA - CAU A-272562-2 ARQUITETA E URBANISTA		DATA: 21/08/2025	D:
		DIM: METROS	E:
		ESC: INDICADAS	F:



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento Projeto	Identificação/Número LOC 01-01	Data 26/08/2025	
ID: 1996787		Processo	Documento
CRC: 7927305E			
Processo: 1-6401/2025			
Usuário: CINTIA ROCHA SILVA			
Criação: 26/08/2025 09:44:58	Finalização: 26/08/2025 09:44:59		
MD5: 76B1DA92883F4EFC165528CD63EB83CA			
SHA256: 8638308C51B6BF35809F39185CD9BB1519CE67E53D379881998AA4FF49A040AB			
Súmula/Objeto: Projeto Arquitetônico de reforma/adequação de Acessibilidade			
INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA -	JÍ-PARANA	RO	26/08/2025 09:44:58
ASSUNTOS			
IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE			26/08/2025 09:44:58
ASSINATURAS ELETRÔNICAS			
 CINTIA ROCHA SILVA	ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMPLAN	26/08/2025 09:50:40	

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 1996787 e o CRC 7927305E.

ANEXO III

MODELO DE CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-6401/2025 - SEMASF.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma de instalações prediais visando a implantação de acessibilidade, a complementação e a adequação de calçadas no entorno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), situado à Av. Dois de Abril, 1021 - Centro - Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e especialmente em todos os seus anexos.

À

Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL
Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	ACESSIBILIDADE (RAMPAS, BANHEIROS, BARRAS, PLACAS TÁTIL, ADEQUAÇÕES DAS PORTAS). Adequação/reforma dos banheiros para serem acessíveis - a adequação visa permitir o giro 360° de cadeira de rodas; portas acessíveis abrindo para fora com largura mínima de 0,90m; instalação de Barras de apoio. Adequação da rampa de entrada para que não ultrapasse a inclinação máxima permitida por norma = 8,33%: instalação de piso podotátil na nova rampa; instalação de Guarda-Corpo de corrimão Adequação das portas da rota de fuga - segurança contra incêndio e pânico Rampas de acesso com corrimãos; Adequação de sanitários acessíveis Piso tátil direcional e de alerta; Placas de sinalização em braile e relevo Placas de sinalização visual	SÇ	1	112.710,66	112.710,66
Valor total estimado R\$ 112.710,66 (cento e doze mil, setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos).					

Observação:

Deverão acompanhar a presente proposta, as planilhas orçamentárias e o cronograma físico financeiro, conforme exigências do edital.

Prazo de Execução da Obra: Conforme descrito ANEXO I - Projeto Básico.

Local da obra: Conforme descrito ANEXO I - Projeto Básico

Esta proposta é **VÁLIDA POR xx (conforme Termo de Referência) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

Dados do Responsável Técnico da Empresa:

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

Registro Profissional:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.....

Banco.....

A empresa (**NOME DA EMPRESA**), (nº do CNPJ), sediada (**endereço completo**), tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Edital da **Concorrência Eletrônica nº xxxxxxxxxxxxxxxxx**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARA** expressamente que:

1. Prestará, sob sua integral responsabilidade, os serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
2. Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa realização do serviço e sua entrega, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
3. Os serviços serão disponibilizados após o recebimento da autorização de início dos serviços.
4. Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
5. Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
6. Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

DECLARA AINDA sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

Nome, cargo e assinatura do Responsável Técnico

ANEXO IV

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- 1.2. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.3. Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa.
- 1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.5. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 1.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- 1.2. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 1.3. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF – FGTS**);
- 1.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT**);
- 1.5. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a **Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**;
- 1.6. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 1.7. Regularidade perante a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.1. **Certidão negativa de falência**, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com emissão de até **90 (noventa) dias** anterior à data da sessão pública;
 - 3.1.1. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

3.2. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

3.2.1. **O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;**

3.2.2. Empresas **criadas no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa será avaliada de forma objetiva pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **maiores que 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.3. Caso a empresa licitante apresente resultado **inferior ou igual a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL

4.1. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

4.1. **Qualificação Técnica Profissional:** A empresa licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente, profissional (is) devidamente habilitado (s) e registrado (s) no respectivo conselho de classe, que seja (m) responsável (is) pela execução do objeto lícitado.

4.1.1. A comprovação deverá ser feita por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, referente à **execução de serviços de natureza similar ao objeto desta contratação.**

4.1.2. Para fins da licitação pertinente entendem-se enquadrado no quadro técnico permanente da empresa, o profissional que esteja devidamente inscrito e relacionado na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica (empresa), cujo vínculo de trabalho profissional seja comprovado, nos termos, a seguir:

- 4.1.2.1. Carteira de Trabalho
- 4.1.2.2. Contrato Social
- 4.1.2.3. Contrato de prestação de serviços
- 4.1.2.4. Contrato de Trabalho registrado na DRT

4.2. Qualificação Técnica Operacional: Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante, emitido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove “aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em quantidades equivalentes **a 50% do quantitativo dos serviços de maior relevância no projeto.**

- 4.3. É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a empresas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.
- 4.4. Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do número da ART que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.
- 4.5. No(s) atestado(s) devem estar explícitos: a empresa/órgão público que está fornecendo o atestado e o respectivo CNPJ, o responsável pelo setor encarregado do objeto em questão, os contatos para realização de diligência e a especificação dos serviços executados ou em execução.
- 4.6. A critério da Administração, poderá ser necessário diligenciar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica de forma presencial ou documental, visando obter informações objetivas sobre o serviço prestado, se necessário chegando ao nível de procedimentos.
- 4.7. **Relação explícita**, bem como **declaração formal** de disponibilidade das instalações, do aparelhamento, ferramentas, veículos e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos;
- 4.8. **Termo de Vistoria**, declarando, inclusive, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme modelo do Anexo VI deste Edital.

ANEXO V

DECLARAÇÕES

A **Empresa** xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, **CNPJ** n. n.xxxxxxxxxxxxxxxxxx, com endereço devidamente credenciada no sistema ComprasGov, nos termos do edital, por intermédio do seu representante legal, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, que pratica todos os atos referentes ao procedimento mediante chave de acesso, apresenta, sob as penalidades da lei, as declarações a seguir:

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO
REFERÊNCIA**

Declara que não possui, em seu quadro funcional e composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, e que não possui parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até 3º grau, e/ou não possui cônjuge ou companheiro (a) servidor da entidade contratante, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança e que exerça suas funções na área responsável pela presente demanda ou contratação.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declara, para fins do disposto no inciso "VI", art. 68, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III e IV DO
ART. 1º E NO INCISO III ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declara, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE
CARGOS**

Declara, para fins do disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que os serviços são prestados por empresa que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**DECLARAÇÃO QUE ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES
CONTIDAS NO EDITAL**

Declara, para os devidos fins que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declara que considerou o seu faturamento atualizado, até 30 dias anteriores a data de apresentação da proposta e que a empresa _____ (*preencher com 'possui' ou 'não possui'*), sócios em comum com outras empresas.

(Caso possua sócios em comum com outras empresas preencher quadro abaixo)

Os sócios em comum são:

Sócios	Empresa	CNPJ n.

Foi conferida a receita bruta global das empresas com sócios em comum até a data de 30 dias anteriores a data de apresentação da proposta, a fim de verificar se o valor é superior aos limites de ME/EPP, conforme prever o inciso V, § 4º, Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Sendo assim, esta empresa _____ (*preencher com 'encontra-se' ou 'não se encontra'*) enquadrada no conceito de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

Responsável ou Representante Legal da Empresa

ANEXO VI

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação conforme exigido no **Edital da Concorrência Pública n.ºXXXXXXXXXX/202x**, que o Sr.(a) _____, Engenheiro(a)/Arquiteto(a), registrado no CREA/CAU sob o N° _____, na qualidade de Profissional Responsável Técnico do quadro técnico da empresa _____, CNPJ N° _____, compareceu no local onde será executada as obras/serviços, e tomou pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução da mesma, acompanhado do Engenheiro(a) _____ designado(a) pela Secretaria Municipal de Planejamento.

(Local e data)

Assinatura – Engenheiro (a) – Prefeitura do Município de Ji-Paraná

Assinatura - Profissional Responsável Técnico da empresa

OU

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ n°. _____, por intermédio de seu responsável técnico (a) Sr.(a) _____ registrado(a) no CREA/CAU sob o N° _____, e/ou do(a) seu/sua representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n°. _____ e do CPF n°. _____ DECLARAM abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o **Edital da Concorrência Pública n.ºXXXXXXXXXX/202x**.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

(Local e data)

Responsável Técnico (a) e/ou Representante legal da licitante

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A REFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representada pelo [cargo e nome], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], conforme consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de [objeto], nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais artefatos anexados aos autos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Projeto Básico;
- 1.3.2. Edital de Licitação da Concorrência Pública
- 1.3.3. A Proposta e Planilhas do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de *[indicar o prazo]* contados do(a) *[indicar o termo inicial da vigência]*, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ *xxxxxx (xxxxxxxxx)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de XXXXXX;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

- 9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.47.3. florestas plantadas; e
 - 9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - 9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152

- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do **ANEXO I - Projeto Básico**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha:

Unidade:

Funcional:

Cat. Econômica:

Código de Aplicação:

Fonte de Recurso:

Fonte STN:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-